

Escola de Sociologia e Políticas Públicas
Departamento de História

O Património Imaterial e o Turismo Cultural para o desenvolvimento da Freguesia da Atalaia

Ana Catarina Fonseca Caetano

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em
Empreendedorismo e Estudos da Cultura
Especialização em Património e Projetos Culturais

Orientador:

Doutora Sofia Costa Macedo, Professora Auxiliar Convidada
ISCTE-IUL

Setembro de 2020

Escola de Sociologia e Políticas Públicas
Departamento de História

O Património Imaterial e o Turismo Cultural para o desenvolvimento da Freguesia da Atalaia

Ana Catarina Fonseca Caetano

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em
Empreendedorismo e Estudos da Cultura
Especialização em Património e Projetos Culturais

Orientador:

Doutora Sofia Costa Macedo, Professora Auxiliar Convidada
ISCTE-IUL

Setembro de 2020

Dedicatória

Às minhas avós, que Deus as proteja no céu e na terra,

Aos meus pais

À minha família

Às minhas melhores amigas (Ana Carolina Pinho e Rafaela Canastra), e às minhas
colegas de trabalho, nomeadamente Susana Assunção

Que sempre me apoiaram, nunca me deixaram desistir, que acreditaram que eu era
capaz e pela amizade imprescindível.

Agradecimentos

Agradecer à minha orientadora Professora Doutora Sofia Macedo, a minha gratidão pela paciência e orientação, pela rapidez nas várias revisões ao longo da tese, pelos comentários que ajudaram bastante e pelas observações com o intuito de melhorar o trabalho, e principalmente agradecer por ter aceite o desafio de ser minha orientadora. Obrigada, também, pela boa energia e motivação passadas durante as aulas de Património e Estudo das Coleções e pela transmissão de conhecimentos não só em aulas como em visitas de estudo realizadas.

Agradecer à Professora Doutora Maria João Vaz, pessoa a quem devo a ideia deste tema de trabalho e pelo desafio colocado.

A todos os entrevistados pelos minutos que cederam, sem os quais este trabalho não seria tão completo, neste propósito, Elisabete Jacinto, madrinha da candidatura às «7 Maravilhas da Cultura Popular», que ajudou de certa forma a enriquecer a tese através do seu testemunho; Zélia Cristina Duarte, do Posto de Turismo de Montijo; ao Professor Mário Balseiro Dias que também corrigiu algumas lacunas relativamente ao estudo-caso, e por fim ao Presidente da Junta de Freguesia da Atalaia, Luís Morais, pelo tempo despendido para entrevista e por toda a ajuda dada.

Agradecer, também, a todos os meus amigos e colegas de Licenciatura em História da Arte e Mestrado em Empreendedorismo da Cultura, a quem enviei a tese de mestrado para opinião e acompanhamento do meu trabalho, assim como, agradecer à minha professora de História e Cultura das Artes, por ter metido em mim o gosto pela história, mas, sobretudo, pela Arte, Professora Luísa Soares.

A todos um sincero Obrigado!

Resumo

O património cultural imaterial (PCI) de Portugal representa uma parte do que consideramos, enquanto sociedade, ser a nossa herança cultural e cuja origem associamos aos nossos antepassados.

Ao PCI associamos, de maneira muito marcada, fâcies culturais locais e específicos de determinadas comunidades, às quais estão associadas manifestações e bens culturais que lhes conferem determinada identidade.

Não descurando o significado que o património cultural material, sobretudo o histórico e monumental, tem nos diversos contextos locais ou globais, e numa perspetiva de cultura e tradição enquanto noções em constante transformação, entendemos a necessidade de investigar os contributos do PCI para a construção da identidade cultural local.

Este registo identitário confere ao PCI um lugar relevante nas atuais tendências do turismo cultural. A opção por um registo turístico emocional e experiencial, o reencontro com a cultura, a procura de um sentido de pertença faz do PCI um recurso de excelência para o turismo cultural. Indo ao encontro deste novo paradigma, o património imaterial torna-se determinante nas sociedades, na medida em que expressa a sua identidade, apelando ao acionar de medidas com vista à sua preservação e conservação bem como a valorização turística no contexto da mercantilização da cultura nas sociedades pós-modernas.

Enquanto recurso, o PCI, apresenta-se de várias formas. Uma das mais aceites são as manifestações culturais congregadas em torno da religiosidade local e popular, por vezes com séculos de existência. Tal é o caso da Festa em Honra de Nossa Senhora da Atalaia, cujo processo de construção enquanto um bem cultural nos propomos a estudar, assim como os seus impactos no desenvolvimento turístico local.

Palavras-Chave: Património Cultural Imaterial; Religiosidade; Identidade, Memória

Abstract

Intangible Cultural Heritage is a significant part of what we consider, as a society, to be our heritage and whose origins we connect with our ancestors.

Intangible Heritage is often connected to local cultural manifestations, specific of a given community, working as identity features.

Without overlooking the meaning and importance of built cultural heritage in local and global contexts and having in mind that culture and tradition are everchanging concepts, there is the need to research the Intangible Heritage contributions to the construction of local cultural identities.

The identity aspect allows for a relevant place for Intangible Heritage in what cultural tourism is concerned. A more emotional and experiential tourism, reconnecting to culture itself, and seeking a sense of belonging allows Intangible Heritage to be a useful resource in cultural tourism. Because it expresses the social identities. The need for its preservation and conservation as well as valorisation takes its place in modern societies.

Several forms are associated with intangible heritage. Some of the most popular are cultural manifestation driven from local and popular religion, in some cases with a large historic background. Such is the *Festa Grande em Honra de Nossa Senhora da Atalaia*, whose process as an intangible heritage asset we study, as well as its impacts on local tourism development.

Keyword: Intangible Cultural Heritage; Religiosity; Identity; Memory

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I. QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO, OBJETIVOS E METODOLOGIA	3
1.1 Objetivos	3
1.2 Conceitos	4
1.2.1 Conceito de Património Cultural.....	4
1.2.2 Conceito de Identidade	5
1.2.3 Conceito de memória	6
1.2.4 Património Cultural e Turismo Cultural.....	7
1.4. Estrutura da Dissertação:.....	11
CAPÍTULO II: PROTEÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL.....	13
2.1. Património Cultural Imaterial.....	13
2.1.1. Domínios e categorias de Património Cultural Imaterial.....	16
2.2. Enquadramento legal da proteção e salvaguarda do PCI em Portugal	20
2.2.1. Enquadramento Normativo	21
2.2.2 Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.....	21
2.2.3. Kit de Recolha do Património Imaterial	25
2.3. O papel dos detentores no processo de salvaguarda do PCI	25
CAPÍTULO III: PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL E O TURISMO.....	27
3.1. Uma «aliança» desejável, com regras.....	29
3.2. Turismo Cultural Religioso	31
3.2.1. O Turista Religioso.....	33
3.2.2. Turismo Religioso em Portugal.....	34
CAPÍTULO IV: VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E TURISMO NO MONTIJO	37
4.1 Enquadramento Geográfico e Demográfico da Freguesia da Atalaia	40
4.2. Relação do Património com o Turismo do Montijo	42
4.3 A Festa Grande e o Turismo	46
CAPÍTULO V: A FESTA DE NOSSA SENHORA DA ATALAIA: CONTRIBUTO PARA A INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE INVENTARIAÇÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL	49
5.1 Contexto tipológico.....	50
5.2 Contexto social.....	50
5.3 Contexto temporal.....	50
5.4 Contexto Síntese	50
5.5 Caracterização desenvolvida.....	51
5.5.1. O Culto, a Origem e a História de Nossa Senhora de Atalaia.....	51
5.5.2 A Romaria em Honra de Nossa Senhora da Atalaia	54
5.5.3 A «Festa Grande».....	57
5.5.4 A Procissão.....	58

5.5.5 Os Círios da Atalaia	61
5.6. Contexto de Transmissão.....	69
5.7. Património Associado	70
5.7.1. Património cultural móvel.....	70
5.7.2. Património cultural imóvel.....	72
5.8 Fundamentação do Processo	82
5.9 Estudos, metodologias e programas associados.....	83
5.10 Ações de Salvaguarda	84
5.11 Riscos e Ameaças.....	84
5.12 Os detentores da Festa Grande	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
FONTES	89
BIBLIOGRAFIA.....	91
ANEXOS.....	I
ANEXO I. Guião de Entrevista	I
ANEXO II	IX
ANEXO III - Programa das Festas de 2019	XI

Índice de Quadros

Quadro 1.4. População Residente na Freguesia de Atalaia.....	41
Quadro 2.4 População Residente no Freguesia da Atalaia, distribuição por grupos etários.....	42

Índice de Figuras

Figura 1.2 Procedimento de «Inventariação» do PCI	24
Figura 2.3 Relação entre turismo, cultura e religião	30
Figura 3.3. Repartição das viagens, segundo os motivos em 2018	35
Figura 4.4 Binómio Recursos e Produtos Turísticos Potenciais.	37
Figura 5.4 Planta da Atalaia	40
Figura 6.4 Localização geográfica do Concelho do Montijo	40
Figura 7.4 Museu Municipal, Casa Mora, Sala de Jantar.....	43
Figura 8.4 Museu Municipal, Casa Mora, fachada do Posto de Turismo	43
Figura 9.4 Moinho do Vento Esteval	43
Figura 10.4 Museu Agrícola, Quinta Nova da Atalaia.....	43
Figura 11.4 Moinho de Maré do Cais das Faluas – Frente Ribeirinha.....	43
Figura 12.5 Santuário de Nossa Senhora da Atalaia	49
Figura 13.5 Painel de azulejos junto à Fonte Santa com a lenda do aparecimento de Nossa Senhora da Atalaia	52
Figura 14.5 Oração a Nossa Senhora da Atalaia.....	55
Figura 15.5 Procissão em Honra de Nossa Senhora da Atalaia	56
Figura 16.5 Chegada dos Círios ao Santuário de Nossa Senhora da Atalaia	56
Figura 17.5 Músicos que acompanham toda a romaria e procissão em dias de festa	56
Figura 18.5 Imagem de Nossa Senhora da Atalaia mais perto dos peregrinos	59
Figura 19.5 Início da Procissão à saída da Igreja de Nossa Senhora da Atalaia.....	60
Figura 20.5 Decorrer da procissão pelas ruas da Atalaia.	60
Figura 21.5 Espetáculos Musicais e danças pelos ranchos folclóricos da região.....	61
Figura 22.5 Círios com as suas bandeiras durante a procissão	62
Figura 23.5 Círios com as suas bandeiras durante a procissão	63
Figura 24.5 Cirio da Azoia.....	65
Figura 25.5 Bandeira do Círio da Azoía a representar na procissão	65
Figura 26.5 Placa de azulejos encimando a Porta de Entrada da Casa do Círio da Quinta do Anjo.	66
Figura 27.5 Edifício da Sociedade do Círio Novo da Atalaia.....	67
Figura 28.5 Casa dos círios, com fachada a branco e frisos a azul	68
Figura 29.5 Casa dos círios, com fachada a branco e frisos a azul	68
Figura 30.5 Casa dos círios, com fachada a branco e frisos a amarelo	68
Figura 31.5 Imagem de Nossa Senhora da Atalaia, Senhora Moça, no Altar-Mor da Igreja.....	70
Figura 32.5 Imagem de Nossa Senhora da Atalaia, encontra-se no local inicial, a sacristia, designada como a Senhora Velha.....	70
Figura 33.5 Painel de Azulejo de Nossa Senhora da Atalaia.	71
Figura 34.5 Museu dos Ex-votos.	72
Figura 35.5 Pormenor do Plinto do Cruzeiro da Atalaia.....	74
Figura 36.5 Cruzeiro de Alcochete.	74
Figura 37.5 Pormenor do Plinto do Cruzeiro da Estrada.	75
Figura 38.5 Cruzeiro das Esmolas.	75
Figura 39.5 Cruzeiro da Rotunda.	76
Figura 40.5 Pormenor de Cristo na Cruz.	77
Figura 41.5 Cruzeiro Quinhentista.	78
Figura 42.5 Pormenor do Plinto do Cruzeiro Quinhentista com inscrição	78
Figura 43.5 Pormenor de Nossa Senhora da Piedade.....	78
Figura 44.5 Fonte Santa.	79
Figura 45.5 Plano aproximado da Fonte Santa	80

Figura 46.5 Azulejaria com Nossa Senhora da Atalaia na Fonte Santa.	80
Figura 47.5 Pormenor da placa identificativa de obra por parte da Câmara de Alcochete.	80
Figura 48.5 Pormenor da placa identificativa de obra por parte da Câmara de Alcochete	80

INTRODUÇÃO

O presente estudo incide no património cultural imaterial (PCI) e, dentro das manifestações imateriais, focam-se aqui as de carácter religioso. Procura-se investigar estas manifestações e sua relação com as comunidades e com o turismo cultural, uma das tipologias turísticas com um maior crescimento, e com maior aceitação social, materializado no caso de estudo da freguesia da Atalaia, concelho do Montijo, que, na época da “Festa Grande”, ou Festa em Honra de Nossa Senhora da Atalaia, de carácter religioso, é invadida por milhares de turistas estimulados quer por motivos de fé e de religião, quer por motivos de apropriação cultural, procurando mostrar as lembranças sobre a romaria, procissão e festa, que se realizam.

A freguesia da Atalaia, é uma localidade antiga onde a modernidade se tem vindo a impor, embora as tradições ainda tenham eco nas vivências da comunidade, pois a memória coletiva soube preservá-las até aos nossos dias. O envolvimento com a comunidade tem sido um fator determinante neste processo, dando cumprimento ao determinado pela Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003, segundo o qual o património são “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências (...) que as comunidades (...) reconhecem como fazendo parte do seu património cultural”¹. De acordo com a Lei nº 107/2001 de 8 de setembro, o património é importante na construção, conservação e explicação da identidade de uma comunidade. Considera-se também que “os bens imateriais constituem parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesas”².

Laurajane Smith defende que a participação ativa da comunidade leva à partilha das suas memórias sobre um tempo passado, mas não distante. Destacando-se assim a importância de experiências partilhadas, em conjunto com o património material, mas também das atividades diárias que dão significado e continuidade destas memórias, funcionando com um elo entre o património tangível e o património imaterial (Smith, 2006).

Procura-se investigar a relevância do património imaterial expresso por meio de uma festa religiosa tradicional, já que existe uma relação entre cultura, património e turismo, grande parte dos deslocamentos turísticos está relacionado com o desejo de conhecer património histórico e vivenciar outras culturas, aceitando que “É impossível

¹ UNESCO, 2003, Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial.

² Lei nº107/2001, de 8 de setembro de 2001, número 1, artigos 1º e 4º e artigo 2º.

desconsiderar a cultura e um povo como uma das mais importantes motivações de viagens turísticas” (Ruschmann, 1997: 50).

As festas e romarias, que, apesar de evidenciarem uma componente religiosa, incluem também uma componente cultural e social, possibilitando não só a preservação de usos e costumes, mas também ajudam a compreender o passado, correspondendo a uma revitalização das vivências, pois embora homenagem o santo padroeiro, têm o poder de atua na manutenção da memória local.

Assim, a freguesia da Atalaia foi escolhida para caso estudo, por se tratar de uma localidade com forte carga simbólica religiosa onde é importante a devoção a Nossa Senhora da Atalaia, bem como é importante não apenas para a permanência da história local, como uma referência da identidade desta comunidade.

A investigação será conduzida no sentido de verificar o papel das comunidades em presença neste evento sobretudo as entidades públicas e as associações envolvidas na “Festa Grande” e o seu contributo para a conservação e preservação do património cultural imaterial, na tentativa de recuperar e manter alguns aspetos da nossa história consolidando-se uma identidade local.

Estuda-se ainda os efeitos desse valor cultural comunitário sobre o desenvolvimento turístico local. O facto destes acontecimentos cíclicos e efémeros – documentos vivos de séculos e tradições, devoções e história – motiva ao estudo, porque como tudo o que está vivo, pode crescer e evoluir, mas também pode ser levado ao seu desaparecimento.

CAPÍTULO I. QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO, OBJETIVOS E METODOLOGIA

O presente trabalho pretende refletir sobre as apropriações turísticas do bem patrimonial imaterial em que consiste a *Festa em Honra de Nossa Senhora da Atalaia*, doravante chamada Festa Grande, que decorre na freguesia da Atalaia, concelho do Montijo.

A temática a estudar, assenta em duas grandes premissas: a Festa Grande como património cultural identitário de uma comunidade; e a relevância do PCI no planeamento e gestão territorial, com enfoque na sua potencialidade turística

A investigação norteou-se pela procura de respostas para as seguintes questões:

“Qual a importância da Festa Grande ao nível da identidade cultural e do desenvolvimento da freguesia?”;

“Os elementos culturais que compõem este acervo de celebração, têm potencial para elevar a Festa Grande a Património Cultural Imaterial da UNESCO?”;

“Em que medida os planos e as medidas desenvolvidas pelas entidades pública e as associações envolvidas com a Festa Grande têm contribuído para a valorização turística deste património imaterial e para a manutenção e preservação da identidade e autenticidade?”.

Por fim, o trabalho passa por uma análise do potencial que a festa religiosa pode representar na freguesia da Atalaia, valorizando os aspetos que contribuem para o desenvolvimento desta freguesia, nomeadamente a religiosidade, a importância da comunidade, sendo esta vinculadora e transmissora dos usos e costumes da identidade local e, por fim, avaliar o potencial da Festa Grande como património cultural imaterial da UNESCO.

1.1 Objetivos

Foram definidos os seguintes objetivos para esta investigação:

Contribuir para um maior conhecimento do património cultural imaterial do concelho do Montijo;

Caraterizar a Festa Grande enquanto bem cultural imaterial;

Caraterizar a Festa Grande enquanto produto de turismo cultural religioso;

Identificar a relação da Festa Grande com as estratégias de desenvolvimento local;

Contribuir para o desenvolvimento de conteúdos tendo em conta uma futura candidatura a Património Imaterial da UNESCO.

1.2 Conceitos

Para a prossecução desta investigação consideram-se fundamentais os seguintes conceitos: memória, identidade e património, que se interrelacionam no momento de seleção e produção cultural, proporcionando uma contínua consciência e narrativa, temporal e cultural, e uma permanente materialização em objetos, sítios e construções (Peralta & Anico, 2006).

1.2.1 Conceito de Património Cultural

A noção de património, está ligada ao conceito de herança reportando-se ao legado dos antepassados que deveria ser transmitido aos descendentes, sendo o património “um conjunto de bens culturais sobre o qual incide uma determinada carga valorativa” (Chagas, 1995).

Os bens materiais são testemunhos civilizacionais e, por isso, portadores de interesse cultural, sendo espelho de valores de memória, autenticidade e singularidade. As cidades e os territórios desenvolvidos são tidos muitas vezes como lugares onde se pode ter aceso ao património histórico, cultural e artístico, com uma concentração de grandes museus, monumentos emblemáticos e significativos da nação. A conceção moderna de património estabeleceu-se durante a Revolução Francesa, com a preocupação de proteger os monumentos históricos, com significado para a Revolução. Até ao século XX, estavam incluídos nesta definição, objetos e construções de valor histórico e artístico.

Não há um conceito de património acabado, mas sim uma multiplicidade de contribuições para uma definição de conceito de património, que tem em conta a sua própria intemporalidade. Foram essas contribuições, fornecidas ao longo do tempo, que permitiram a assunção de um conjunto de critérios que definem aquilo que hoje aceitamos como património cultural.

Considera-se que as discussões sobre o património têm contribuído para que este seja mais abrangente, adequando-se a diferentes contextos e culturas, além de permitir que todas as comunidades sejam capazes de obter, para os seus bens, práticas e manifestações culturais, um reconhecimento internacional e a respetiva proteção.

Em resposta às críticas e apelos de comunidades sem grande capacidade económica e política, e como resultado de conferências promovidas pela UNESCO, os bens imateriais entraram no campo da atuação do Património Cultural, sujeitos a ações de preservação consoante as suas tipologias: expressões culturais, rituais, celebrações, técnicas e práticas.

Smith e Akagawa (2008) sublinham que, ao enfatizar o intangível não se ignora o caráter tangível do património, mas apenas se desnatura a percepção de que ele é evidente, adotando a conceção de património como um processo, que não possui uma feição acabada, que não pode ser simplesmente restaurado, vendido ou materializado. Para os autores, o património estaria no fazer, no compartilhar, no experimentar, no sentimento de pertença e de identidade. Desse modo, o património seria sempre circunstancial, imerso a contestações que colaborariam para o seu desenvolvimento e vivacidade (Smith e Akagawa, 2008).

1.2.2 Conceito de Identidade

A identidade é um padrão orientador da sociedade que caracteriza a comunidade e, entre outros elementos, materializa-se nos bens patrimoniais.

A noção de património cultural está vinculada à recordação e às memórias coletivas, sendo aceite que este é uma materialização das identidades culturais. Os sentimentos de pertença de um grupo social ou de um sujeito, acabam por ser influenciados e, por sua vez influenciam, as identidades locais, pois ao estar em contacto com as características onde vive, com o seu património, o indivíduo estabelece uma ligação com a sua própria história, a sua memória, desenvolvendo-se assim, um processo de identidade social e cultural, que depois é vertido novamente, uma espécie de ciclo.

É importante ter consciência de que sendo a herança algo partilhado, logo comum, a formação da identidade dos grupos culturais depende da legitimação dos seus elementos culturais, da sua memória e da sua representação perante dos detentores. Segundo Peralta (2000), “(...) toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão da identidade, “manufaturada” pelo presente que a idealiza”. Assim segundo a mesma autora “(...), o património cultural compreenderá então todos aqueles elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferenciam dos demais” (Peralta, 2000:219).

Cuche (2002) considera que a identidade é ao mesmo tempo um fenómeno de inclusão e exclusão, isto porque, ela identifica o grupo e distingue-o de outros. Nesta perspectiva, a identidade cultural aparece como modalidade de categorização da distinção, baseada na diferença cultural.

Nem todos os factos ficam registados, apenas os mais relevantes e determinantes, resultando numa organização intelectual e emocional dos fatores que geram unidade e coerência, ou seja, a identidade, por isso, a identidade cultural faz-se a partir do momento

em que nos predispomos a preservar e a divulgar as nossas ideias e bens culturais, dando-se início a uma construção cultural, segundo critérios de identificação (Agudo Torrico, 2006).

Perceciona-se a cultura como encontrando-se na base identitária de uma comunidade e que o património cultural imaterial constitui a dimensão intangível da mesma. Cuche (1999) defende que a cultura depende, em grande parte, de processos inconscientes, ao passo que a identidade remete para processos conscientes.

A identidade é, por isso, um conceito dinâmico, fluido e relacional: “A identidade é tão difícil de se restringir e de se definir, precisamente devido ao seu carácter multidimensional e dinâmico. É isto que lhe confere a sua complexidade, mas também o que lhe dá flexibilidade. A identidade conhece variações, presta-se a reformulações e até manipulações” (Cuche, 1999:96).

1.2.3 Conceito de memória

A memória é sempre composta por duas componentes: a lembrança, por um lado e, por outro, o esquecimento.

Como refere Mário Chagas, “a preservação e a destruição, ou de um outro modo, a conservação e a perda, caminham de mãos dadas pelas artérias da vida” (Chagas, 2002:36). Contudo, Choay, questiona-se sobre “Qual é o fundamento sobre o qual repousa a conservação do património histórico edificado num mundo que possui os meios científicos e técnicos para a guarda da memória e para interrogar o passado, sem mediação de monumentos e de monumentos históricos reais?” (Choay, 1999:205), que com isto quer dizer que é no envolvimento direto com a obra, que são criadas relações entre o passado e aquilo que uma comunidade selecionada pretende trazer para o presente, procurando encontrar significado na memória utilizando para esse efeito o elegendo-o como representativo da sua identidade.

É importante referir ainda o papel das emoções na preservação da memória pois essas emoções dão prioridade a certos conteúdos, sendo as experiências afetivas uma condição relevante na preservação da memória coletiva e assim, do registo do património cultural. Este registo do património, material e imaterial, resulta como uma tentativa de fazer com a totalidade de uma comunidade, por exemplo, uma nação, reconheça uma pertença a esses locais e práticas, constituindo uma história que pertence a todos.

A memória dá o principal contributo para a preservação do passado e possibilita a sua renovação e evolução, através da sua natureza seletiva (Smith, 2006), na medida em

que conferimos um sentido a determinadas lembranças coletivas, como por exemplo, o título do património cultural imaterial nacional, estas memórias têm a capacidade de convidar-nos a desempenhar ações, coletivas ou sociais, operando-se modificações tanto nas memórias que, constituem esse património como também do património em si.

Procurando preservar as memórias locais, a política de patrimonialização pode possibilitar a continuidade histórica desses saberes, modos de viver e fazer, que enquanto memórias dos grupos se enraizavam nos espaços a que pertenciam e nas relações afetivas que a mantinham. Enquanto património, esses saberes, costumes e modos de viver ancoram-se em memórias que circulam entre membros de um grupo e para serem preservados devem permanecer na lembrança de todos. “O nosso património é a memória da nossa história e símbolo da nossa identidade nacional” (Hartog, 2006: 266).

1.2.4 Património Cultural e Turismo Cultural

Nos inícios da década de 1970, a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, que decorreu de 17 a 21 de novembro de 1972, na cidade de Paris, reforçou a internacionalização das políticas de conservação do património cultural e tornou-se na norma de referência obrigatória para as práticas patrimoniais, onde o turismo começou a ser visto como um instrumento de desenvolvimento.

A ideia de que a atividade turística contribui para a “perda” da identidade local, é contraposta por outras opiniões que revelam que o turismo contribui para o fortalecimento das referências identitárias. Podemos compreender que o património engloba elementos da cultura de um local que constitui um benefício e que gera atividade turística e desenvolvimento local. Beni refere que “(...) não existe praticamente lugar da nossa geografia onde não se observe a influência desse fenómeno em maior ou menor intensidade” (Beni, 2003:77)

Aceita-se que o turismo possa permitir o envolvimento e a participação da comunidade local, enquanto detentores do património imaterial, e, nessa perspetiva, considerar que as comunidades são uma ferramenta para a valorização e preservação das heranças e que o património cultural contribuiu para a sustentabilidade local.

O turismo promove a exploração das características da identidade e das tradições locais, procurando elementos para que a construção da imagem turística seja feita em consonância com a memória coletiva dos locais, proporcionando assim a capacidade de o turista “entrar” nas vidas das comunidades das localidades que visita. O Turismo Cultural é a tipologia turística que permite este acesso à história, à cultura e ao modo de

viver de uma comunidade; apoiando-se na motivação sentida pelo turista em conhecer regiões com fortes características baseadas na história, nas tradições e nas manifestações culturais, históricas e religiosas. Em tempos de globalização, a Turismo Cultural permite enriquecimentos pessoais e aquisição de novos conhecimentos, que depois podem ser disseminados por vários grupos (Carvalho, 2013:19).

Consideramos que o turismo cultural tem a capacidade de estimular um determinado local ou região, através da potenciação dos recursos culturais: “O turismo cultural é aquele que se desenvolve à volta de recursos culturais” (Swarbrooke, 1997: 307). Neste contexto, o património cultural tornou-se uma componente essencial da indústria turística, percecionando-se com isto que a cultura permita uma maior diferenciação do destino turístico, em mercados cada vez mais globalizados. A diversidade cultural é assim, interessante para as novas formas turísticas não massificadas (UNESCO, 2003).

Neste âmbito de relevância da diversidade cultural, o património imaterial desempenha um papel interessante na indústria do turismo, contribuindo com recursos fortemente identitários. O resultado, espera-se, será o desenvolvimento económico e sustentável de cada região, e sobretudo, a salvaguarda ativa dos bens patrimoniais imateriais, contribuindo a atividade turística para a manutenção destes valores, mesmo com o risco de uma massificação da manifestação imaterial para efeitos de consumo alargado (Richards, 2016). O património imaterial faz parte das manifestações culturais que têm um carácter dinâmico e processual que mantêm os seus intervenientes vinculados no presente com o seu passado (Alves, 2002), sendo esta características uma mais valia para o setor do turismo.

1.3 Metodologia

Após a definição do objeto de estudo e encontrado o enquadramento conceptual e teórico sobre o tema que nos propusemos a trabalhar, o desenvolvimento desta dissertação utilizou um modelo metodológico de base qualitativa, que obedeceu às seguintes fases:

1ª Fase: Análise da bibliografia disponível, sobretudo as monografias locais que abordam o nosso objeto de estudo, análise de conteúdos dos documentos, legislação e instrumentos normativos relevantes na matéria do património cultural imaterial, no plano internacional e nacional. No plano local foi também analisada a documentação produzida no âmbito da Câmara Municipal da Montijo, sobretudo as atas da Assembleia Municipal, bem como os instrumentos de ordenamento territorial existentes no município. Com

objetivo de analisar a relação entre o património cultural imaterial, desenvolvimento territorial e turismo cultural.

2ª Fase: Aplicação de uma metodologia de Estudo de Caso: aprofundamento da problemática do património cultural imaterial e do turismo religioso em Portugal tendo como estudo a *Festa Grande em Honra de Nossa Senhora da Atalaia*. Esta metodologia inclui uma etapa de pesquisa de campo, onde através de um suporte estruturado, diário de campo, realizou-se em junho de 2020, o conhecimento físico do território, nomeadamente o Santuário de Nossa Senhora da Atalaia e a Fonte Santa, com o intuito de verificar a complementaridade dos elementos recolhido em análise documental e da manifestação cultural imaterial.

Através da visita ao local, foram recolhidos alguns registos fotográficos dos vários componentes do património material (móvel e imóvel), onde foi feita uma pré-listagem de sítios a fotografar, tais como a Igreja da Atalaia (interior e exterior), os cruzeiros, as casas dos círios e a arte azulejar em Honra de Nossa Senhora da Atalaia que ocorre com relevância das imediações do Santuário.

Numa segunda visita ao local, em julho de 2020, assistiu-se à entrevista do Professor Mário Balseiro Dias para o programa “7 Maravilhas da Cultura Popular” na RTP. Após a entrevista, houve uma conversa aberta com Mário Balseiro Dias e a com a Vereadora Sara Ferreira sobre as Festas da Atalaia e um melhor esclarecimento entre as diferenças da Romaria a Nossa Senhora da Atalaia e a “Festa Grande”,

O trabalho de campo incluiu ainda a realização de uma entrevista com o intuito de perceber sobre a influência que esta festa tem sobre a atividade turística naquele Concelho, o número de turistas que a Festa traz e como é que uma possível inscrição no Inventário Nacional do Património Imaterial Cultural pode trazer um aumento de visibilidade. A entrevista teve na sua base um guião de entrevista, que se encontra em anexo, tendo-se optado por um modelo de entrevista semiestruturada, onde uma primeira parte da entrevista incide sobre o papel da identidade entrevistada e o seu envolvimento com a “Festa Grande”, e quais os principais domínios de intervenção por parte das mesmas. As entrevistas decorreram com uma estruturação iniciada por uma apresentação pessoal de ambas as partes, apresentação do tema e por fim, a colocação das questões.

Considerou-se que o modelo de uma entrevista semiestruturada apresentava vantagens para o trabalho a desenvolver uma vez que, confinados com os temas específicos e organizados de acordo com os objetivos definidos para esta investigação, os entrevistados podem acrescentar livremente outra informação que permite

complementar o trabalho, onde os entrevistados dispuseram de liberdade para responder às questões colocadas; Foi feita uma seleção criteriosa de entrevistados, entrevistados correspondendo essencialmente a entidades em presença no território com capacidade para dinamizar e potenciar a Festa Grande e com capacidade para a transformar num recurso ao serviço da comunidade e território

A seleção dos indivíduos foi definida com base em critérios de relação e proximidade do estudo caso com a área de trabalho dos entrevistados, nomeadamente o Professor Mário Balseiro Dias e Elisabete Jacinto. O contato com os entrevistados foi feito através de uma abordagem direta com os mesmos através de *email* e telefonemas, onde primeiramente se apresentou, por escrito, o projeto de investigação, se referiu a estrutura da entrevista fez-se a identificação do estudo e os objetivos do mesmo. Foram também realizadas entrevistas com os responsáveis do Posto de Turismo do município, foi também contactada a Vereadora da Cultura Sara Ferreira, mas da qual não se obteve resposta. As entrevistas foram realizadas por meios digitais, uma vez que devido à pandemia COVID-19, o contacto pessoal e presencial não foi possível. Houve também entrevista presencial no adro da igreja com o Presidente da junta de freguesia da Atalaia e Alto-Estanqueiro Luís Morais, no dia 30 de junho.

O trabalho de campo foi essencial para o estabelecimento de uma relação da investigadora com o objeto de investigação, reconhecendo, entre outros aspetos a dimensão do recinto do santuário e as suas extremidades dadas pelos cruzeiros, nomeadamente o Cruzeiro da Estrada e o Cruzeiro de Alcochete.

3ª Fase – Reflexão dos dados obtidos e conclusão.

1.4. Estrutura da Dissertação:

A dissertação inicia com uma Introdução, onde se procurou explicar as razões e a relevância deste estudo.

O primeiro capítulo é um capítulo onde se apontam as questões de investigação, os objetivos da mesma e a metodologia utilizada para atingir os objetivos definidos. Neste capítulo faz-se ainda uma reflexão sobre os principais conceitos teóricos que nortearam esta investigação, procurando uma vertente aplicada ao caso de estudo enunciado.

O segundo capítulo, corresponde à Proteção e Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, propõe uma reflexão da literatura abordando os domínios e categorias do PCI assim como o seu enquadramento legal da proteção e salvaguarda, dando especial enfoque ao inventário e assinalando as medidas de salvaguarda preconizadas quer a nível internacional, quer ao nível nacional. No terceiro capítulo, é feita uma abordagem sobre a relação do Património Cultural Imaterial e o Turismo Religioso, estudando-se conceitos base como Turismo Religioso e Turista Religioso.

O capítulo IV relaciona-se com o estudo de caso efetuado, faz referência a uma caracterização da área de estudo, apresentando-se a sua localização geográfica, demografia assim como, as atrações turísticas do Concelho do Montijo. É feita ainda uma análise de inventariação e o contributo da “Festa Grande em Honra de Nossa Senhora da Atalaia” para a instrução do processo de inventariação do Património Cultural Imaterial, terminando por trazer a relação entre o culto de Nossa Senhora da Atalaia e a peregrinação a este lugar.

Finalizando-se este trabalho com as principais reflexões e conclusões, a indicação das fontes de informação que sustentaram o trabalho e a apresentação dos anexos.

CAPÍTULO II: PROTEÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL

Neste capítulo abordam-se as principais questões relacionadas com o Património Imaterial desde a sua teorização e internacionalização da sua relevância, às práticas de salvaguarda adotadas em Portugal.

2.1. Património Cultural Imaterial

Atualmente, é universalmente aceite que o património cultural não se limita aos edifícios nem aos objetos materiais de natureza variada. O património cultural é também constituído pelos bens imateriais, que correspondem às manifestações culturais que herdamos dos nossos antepassados e que são transmitidas entre gerações de pais para filhos ou até mesmo entre pessoas da mesma geração.

Uma das características mais relevantes do Património Imaterial é o facto das comunidades e indivíduos reconhecerem essas manifestações como fazendo parte importante da sua história, da sua cultura e da sua memória coletiva, que dão um sentido de pertença a uma comunidade, como por exemplo o local onde nasceram, onde vivem ou onde trabalham, ou mesmo os locais que lhe trazem recordações. A relevância e significado do património imaterial deve ser feita e atingida na conjugação de vários aspetos: as expressões culturais que se vivenciam e partilham em comunidade (ex: festa), a sua associação a um determinado lugar (ex: o bairro onde se realiza essa festa), a edifícios (ex: capela do Santo Padroeiro da comunidade) e a objetos (ex: a imagem do Santo Padroeiro homenageado na festa).

O conceito geral do património imaterial é bastante amplo, e universalmente aceite:

“1. Entende-se por “património cultural imaterial”, as práticas, representações, expressões, conhecimento e competências – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados, que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhe um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana”³.

³ Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, art.º 2.º.

De acordo com o ICOMOS o

“(...) património cultural imaterial abrange todas as formas de cultura tradicional e popular ou folclórica, os trabalhos artesanais e tradicionais. Estas criações são transmitidas por via oral ou gestual e são modificados ao longo do tempo, através de um processo de recriação coletiva. Elas incluem as tradições orais, costumes, línguas, música, dança, rituais, festas ...” (ICOMOS, 2002:23).

A UNESCO considera que a importância do Património Cultural Imaterial, não reside nas manifestações culturais em si mesmas, mas sim na transmissão de conhecimentos. Desta forma, o Património Cultural Imaterial caracteriza-se simultaneamente por ser tradicional, mas ao mesmo tempo vivo, inclusivo, representativo e de base comunitária⁴.

Em Portugal, o termo encontra-se definido na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, referindo-se ao património num sentido mais alargado do termo incluindo, a noção de elementos imateriais associados ao património cultural, tal como se pode ler no art.1º: “O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo”. Este novo entendimento sobre o património é sublinhado no artigo 2º, onde o conceito de património é definido e amplamente alargado: “Para efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização”⁵.

No âmbito do trabalho da UNESCO, têm sido produzidos alguns instrumentos de trabalho que derivam de um crescente processo de globalização e uniformização dos comportamentos culturais, chamando a atenção para a necessidade do registo, preservação, estudo e valorização das tradições ou expressões vivas herdadas, e todos os saberes e/ou “saberes fazeres”, que testemunhem particularidades das comunidades, suscetíveis de promoverem a diversidade cultural e, em consequência, o enriquecimento cultural da humanidade. Ainda segundo a UNESCO, “a importância do património

⁴ Informação consultada no website da UNESCO, <http://www.unesco.org/culture/ich>

⁵ Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

cultural imaterial não reside na manifestação cultural em si, mas no acervo dos conhecimentos e técnicas que se transmitem de geração em geração”⁶.

O património imaterial é também representativo de determinado local ou região, uma vez que “floresce nas comunidades e depende daqueles cujos conhecimentos das tradições, técnicas ou costumes são transmitidos ao resto das comunidades, de geração em geração ou às outras comunidades”⁷.

Por tal motivo, o património cultural imaterial baseia-se sempre na comunidade, e somente poderá a ser considerado como tal “se for reconhecido por essas mesmas comunidades, grupos ou indivíduos que o criam, mantêm ou transmitem”. Sem este reconhecimento, ninguém pode decidir por eles quando uma expressão ou um uso determinado formam parte do seu património”⁸.

É necessário estimular a consciencialização para a importância do património cultural e para a sua preservação. O reconhecimento que a sociedade tem um papel significativo na produção, preservação e conservação do património cultural imaterial, enriquece a diversidade cultural e a criatividade humana.

O património cultural imaterial é importante quando é um elemento da identidade cultural de um povo porque contribui para a criação de um sentimento de pertença, partilha e sentido de comunidade. Unir o património às pessoas permite a construção de um sentimento de pertença coletiva, passando a assentar no princípio da semelhança cultural tendo por base uma cultura e uma história comum, através das histórias, memórias e saberes, possibilitando a ligação entre o passado e o presente.

Essa identidade deve ser preservada e conservada através da sua transmissão, utilizando a atração turística como forma de preservar e conservar o património.

⁶ UNESCO, 2003, Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial.

⁷ Lei nº107/2001, de 8 de setembro.

⁸ Lei nº107/2001, de 8 de setembro, número 1, artigos 1º e 4º e artigo 2º.

2.1.1. Domínios e categorias de Património Cultural Imaterial

De acordo a Convenção do PCI em 2003, foram definidos vários domínios ou categorias em que se expressa o Património Cultural Imaterial:

a) **Tradições e expressões orais, incluindo a língua como património cultural imaterial:** Transmitem o conhecimento, os valores e a memória coletiva e desempenham um papel essencial na vitalidade cultural de uma comunidade ou grupo; muitas formas foram desde sempre um passatempo popular, abrangendo uma grande variedade de formas incluindo provérbios, advinhas, histórias, rimas, lendas, mitos, canções e poemas épicos, rezas, cânticos, desempenhos dramáticos.

b) **Expressões artísticas e manifestações de carácter performativo:** As artes do espetáculo incluem uma grande diversidade das expressões culturais que, no seu conjunto, são testemunho da criatividade humana como música vocal ou instrumental, a dança, o teatro, assim como outras formas tradicionais tais como versos cantados.

c) **Práticas sociais, rituais e eventos festivos:** Executadas em público ou em privado, estas práticas sociais, rituais e festivas podem estar relacionadas com o ciclo de vida dos indivíduos e dos grupos, com o calendário agrícola, com a sucessão das estações ou com outros sistemas temporais. São condicionadas por visões do mundo e por histórias e memórias comuns. As práticas sociais, os rituais e os eventos festivos são atividades rotineiras que estruturam as vidas das comunidades e dos grupos, que são por estes compartilhadas, e que se afiguram relevantes para muitos indivíduos por reafirmarem a identidade dos intervenientes enquanto grupo ou comunidade.

d) **Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo:** Estes sistemas cognitivos expressam-se através da língua, das tradições orais, da ligação a um lugar, de memórias, da espiritualidade e da cosmogonia, e exprimem-se mediante um vasto complexo de valores e crenças, cerimónias, medicina tradicional, práticas ou instituições sociais, e organização social que incluem o conhecimento, o saber-fazer, as competências, as práticas e as representações desenvolvidas e perpetuadas por comunidades no decurso da sua interação com meio ambiente. Este domínio abrange áreas tão diversas como a sabedoria ecológica tradicional, o conhecimento indígena, a etnobiologia, a etnobotânica, a etnozootologia, sistemas de medicina e farmacopeia tradicionais, rituais, hábitos alimentares, crenças, ciências esotéricas, ritos de iniciação, adivinhações, cosmologias, cosmogonias, xamanismo, ritos de possessão, organizações sociais, festivais, línguas, e artes visuais.

e) Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais: Todos os esforços para salvaguardar o artesanato tradicional devem centrar-se não na preservação dos objetos resultantes da produção, mas antes na criação de condições que incentivem os artesãos a continuar a produzir todo o tipo de artefactos e a transmitir o seu saber-fazer e conhecimentos a outros, em especial aos membros mais novos das suas próprias comunidades. Muitos destes objetos são efémeros, pretendendo-se que durem apenas o tempo necessário ao festival comunitário ou ao ritual familiar para que são feitos. Outros transformam-se em objetos de memória, transmitidos de geração em geração como relíquias familiares e são usados como modelos para a criatividade contínua.

A Festa Grande insere-se no domínio de práticas sociais, rituais e eventos festivos, na categoria de Festividades Cíclicas, com a denominação de *Festa Grande, em Honra de Nossa Senhora da Atalaia*.

2.1.2. Salvaguarda do PCI

A manutenção das manifestações culturais imateriais reside na continuidade das mesmas ao longo das gerações: “A salvaguarda do património cultural imaterial implica a garantia e a transmissão de conhecimentos e das práticas que o constituem” (Costa, 2009). Há ainda que ter em conta que este esforço de salvaguarda e continuidade reconhece que existe uma constante criação contemporânea e a adaptação dessas mesmas tradições às condições sociais do presente. Por fim, a garantia da sua documentação e registo apropriado, permite que quando uma determinada expressão cultural se altere ou desapareça, as gerações futuras tenham conhecimento acerca dessas manifestações, quando não existam condições para a sua manutenção (Costa, 2009).

A salvaguarda do PCI é um dos eixos centrais das políticas do património em Portugal. À Direção Geral do Património Cultural (DGPC) compete a execução deste eixo assente em “medidas que visem assegurar a viabilidade do PCI” (UNESCO, 2003). Neste conjunto de medidas estão incluídas atividades de “identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, valorização, transmissão, essencialmente através da educação formal e não formal, bem como da revitalização dos diferentes aspetos do património” (UNESCO, 2003, Artº 2).

A salvaguarda do PCI passa assim por um conhecimento profundo dos seus contextos sociais de produção. É importante referir que nem todas as expressões culturais

se enquadram no campo de PCI, não se podendo salvaguardar património imaterial quando não existe o respetivo suporte social (seja individual ou coletivo). Daqui retira-se que o contexto social é um dos vetores essenciais na salvaguarda do PCI, sendo que este contexto social é o garante de uma transmissão do bem. Assim sendo, são objetos de salvaguarda apenas as expressões que as comunidades reconhecem como parte das suas tradições, com as quais se identificam e que são passíveis de serem por si transmitidas. Cabe às comunidades e aos grupos sociais a definição do que deve ser objeto de salvaguarda, assim como a implementação de atividades tendentes a este fim devem contar com a participação, em ampla escala, da comunidade interessada e detentora, que assume no processo de salvaguarda do PCI um papel de igual importância ao do especialista técnico. Talvez o processo de salvaguarda do património imaterial seja o que permite cumprir da melhor forma os princípios da Convenção de Faro de 2005, sobretudo na responsabilidade da manutenção do património cultural que compete às sociedades.

Há uma certa identificação do PCI com a cultura tradicional. Olhando para as manifestações inventariadas de PCI em Portugal⁹, não existem manifestações de cultura erudita ou de música *pop*. Além disso não são objeto de salvaguarda as expressões que não sejam compatíveis com os instrumentos internacionais de direitos humanos ou que não estejam de acordo com o respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos (Kurin, 2004).

Do ponto de vista da Convenção de 2003, as práticas de salvaguarda excluem à partida aquelas manifestações culturais que já não são postas em prática pelas comunidades. Nesse caso, continua algo que importa documentar, mas cuja ação de salvaguarda termina no ato de documentação. Apenas as manifestações vivas, que se refletem de forma diversa, através de atividades, objetos é que são reconhecidas pelos instrumentos normativos de carácter internacional.

São objetivos centrais das práticas de salvaguarda do PCI, o respeito e reconhecimento do património e a sensibilização relativamente à sua importância feita a uma escala local, regional e internacional. No documento da Convenção da UNESCO de 2003 são realçadas as ameaças a que o património está sujeito, o risco de ser ignorado, a sua fragilidade, a ausência de apoios.

⁹ É possível aceder às manifestações inventariadas ou em fase de conclusão do processo de inventariação através da plataforma MatrizPCI (<http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web>).

As medidas que consubstanciam o processo de salvaguarda tiveram de facto grande impacto sobre o reconhecimento da importância do Património Cultural Imaterial a uma escala global, no entanto, as opiniões dividem-se sobre a pertinência ou não desta Convenção para a salvaguarda do PCI, podendo-se observar duas posições distintas.

Inúmeros estudos e análises têm incidido sobre as questões relacionadas com a constituição de inventários do PCI pela urgência que o tema suscita na aplicação prática da Convenção. O Inventário tem sido assim objeto de discussão enquanto “instrumento de conhecimento ou de reconhecimento (...) da cultura” (Ciaria, 2006).

Por um lado, alguns autores contestam a necessidade de preservar artificialmente esta categoria patrimonial, referindo que as mudanças são inevitáveis e, neste sentido, quando uma tradição já não desempenha qualquer função é natural que desapareça, não se justificando ações para a sua proteção. É também ao exigir a participação das comunidades, grupos e indivíduos na inventariação, salvaguarda e gestão do património, que a Convenção transfere para estes agentes o poder de definir que património seus querem ver reconhecidos, salvaguardados e ativados, que identidade desejam dar a conhecer e divulgar, atribuindo-lhes o poder de participar na construção da sua própria memória coletiva e resolvendo o conflito entre património e identidade descrito por Peixoto (2006:66), quando defende que “(...) uma identidade vivida e partilhada é inimiga da formação do património” e que “o momento de atribuição de um estatuto patrimonial corresponde ao reconhecimento da morte de uma identidade”. A tradução do património cultural imaterial em inventários ou registos constituiu uma forma de preservação que fixa as manifestações no tempo, podendo tornar-se um entrave à dinâmica evolutiva das manifestações previstas no artigo 2º da Convenção (Condominas, 2004: 23; Goody 2004:99).

Em contrapartida, os partidários da Convenção justificam que sem a implementação de políticas de proteção, muitos destes bens culturais poderão desaparecer e com eles, elementos importantes da identidade cultural das comunidades. Associada a esta perspetiva está muitas vezes uma posição que reclama uma política interventiva por parte dos Estados e governos. Este “dever de memória”, foi analisado extensivamente por Guillaume (2003:39), que ao explicar a paixão pelo passado nas sociedades ocidentais, considera que a vontade de conservar, constituiu um verdadeiro trabalho relativamente a um mundo em desaparecimento. Do mesmo modo Choay (2006:12) vê no culto do património um comportamento narcisista cujo objetivo é o de conjugar a angústia e as incertezas do presente.

Sendo o património um elemento importante na identidade dos grupos, a sua salvaguarda poderá constituir uma forma de preservar a diversidade cultural face à globalização. Num mundo em constante mudança, os sentimentos de perda e de instabilidade tornam o património cultural uma âncora, assumindo uma especial urgência à sua conservação como forma de garantir o acesso à cultura (Manson e Torre, 2009: 171).

Salvaguardar elementos do PCI está longe de ser um processo linear, pois entre os aspetos mais problemáticos, está a forma como se deve preservar uma manifestação do PCI, se de acordo com a sua forma original, ou se mais adaptada ao presente. No entanto, ao procurar preservar uma possível “autenticidade” da manifestação pode incorrer-se na sua cristalização no tempo, não deixando que esta expressão evolua ou se recrie. Por outro lado, até que ponto é lícito permitir alterações? Os contornos destes limites, expostos aqui de forma simplificada, não são evidentes e geram controvérsia por parte dos especialistas.

Face ao referido anteriormente, a diversidade cultural pode ficar em causa, no sentido em que se tende a valorizar mais uma expressão do que outra. Nestas situações devem ser consideradas metodologias que possam ultrapassar esta dificuldade, assegurando a promoção da diversidade cultural.

2.2. Enquadramento legal da proteção e salvaguarda do PCI em Portugal

A existência de um regime jurídico de proteção e salvaguarda do PCI em Portugal decorre do cumprimento das disposições internacionais sobretudo da obrigação primacial a que se refere o Art.º 12º da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2003), que o Estado Português ratificou em 2008.

A proteção e salvaguarda do PCI assenta exclusivamente no registo patrimonial de inventariação. Desta forma, ao PCI, não é aplicável a figura jurídica de classificação. Esta, uma das duas medidas em que consiste a política portuguesa de salvaguarda e valorização do património cultural, é exclusiva aos bens patrimoniais materiais nos três níveis de proteção existentes: nacional, público ou municipal.

Assim, a única forma de proteção legal do PCI juridicamente válida a nível nacional consiste no registo de uma expressão no Inventário Nacional do PCI, o que decorre do quadro legal instituído pela Lei de Bases 107/2001, desenvolvido pelo Decreto Lei nº139/2009, de 15 de junho, que define o regime jurídico para a salvaguarda do PCI.

2.2.1. Enquadramento Normativo

O referido Decreto Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, foi regulamentado pela portaria n.º 196/2010 de 9 de abril. Em 2015 foi revisto pelo Decreto-Lei n.º 149/2015 de 4 de agosto.

Esta revisão teve em conta as alterações verificadas no contexto do património cultural em Portugal, nomeadamente com a criação da Direção Geral do Património Cultural e a integração nesta estrutura da, entretanto, extinta Comissão para o Património Cultural Imaterial, a entidade que tutelava as matérias da salvaguarda do PCI em Portugal e que funcionava como órgão independente com competência exclusiva para decidir sobre a inscrição de manifestações do património cultural imaterial no inventário nacional. Para além desta alteração administrativa esta revisão teve ainda em conta que o tempo entretanto decorrido e a experiência de aplicação do regime jurídico instituído pelo Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, permitia a melhor explicitação ou desenvolvimento de conceitos, princípios e mecanismos para a salvaguarda do PCI.

2.2.2 Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial

A implementação do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (INPCI) tem como objetivo elaborar “a fim de assegurar, a identificação com vista à salvaguarda, de forma adaptada à sua situação, um ou mais inventários do património cultural imaterial existentes no seu território. Tais inventários são objeto de uma atualização regular” (UNESCO, 2003).

O sistema de inventariação - INPCI - possibilita enquanto mecanismo de salvaguarda do património cultural imaterial, uma uniformização de procedimentos e o respeito pelas boas práticas em contexto de identificação, recolha, estudo e documentação das manifestações do PCI.

Nos termos do disposto pelo Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto, é obrigatória a inscrição de uma manifestação de património cultural imaterial no INPCI previamente à sua eventual candidatura à “Lista representativa do património cultural da humanidade”, ou à “Lista de património imaterial que necessita de salvaguarda urgente”, instruídas pela Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial de 2003.

O Inventário Nacional constitui-se como mecanismo indispensável para a apresentação de candidaturas e é o principal e único instrumento nacional de divulgação da Convenção de 2003, pelo facto de ser um dos seus objetivos, a preparação de candidaturas à UNESCO, funcionando assim como mecanismo de qualificação e validação prévia do processo de salvaguarda do PCI.

O INPCI permite, de igual modo esclarecer, relativamente às manifestações que devem ser tidas em conta, a elaboração de planos sectoriais e de propostas de classificação de património cultural móvel e imóvel associado.

Os princípios que norteiam o INPCI promovem uma equivalência do sentido e do valor cultural intrínseco das várias de manifestações possíveis, independentemente do lugar, do tempo e modos da sua produção/reprodução. Promovem uma estratégia de salvaguarda equitativa, não diferenciadora. Os critérios que presidem ao INPCI, presentes no Decreto Lei n.º 139/2009 são:

- a) A importância da manifestação do PCI enquanto reflexo da respetiva comunidade ou grupo;
- b) Os contextos sociais e culturais da sua produção, reprodução e formas de acesso, designadamente quanto à respetiva representatividade histórica e espacial.
- c) A efetiva produção e reprodução da manifestação do património cultural imaterial no âmbito da comunidade ou grupo a que se reporta;
- d) A efetiva transmissão intergeracional da manifestação do património cultural imaterial e dos modos em que se processa;
- e) As circunstâncias suscetíveis de construir perigo ou eventual extinção, parcial ou total, da manifestação do PCI;
- f) As medidas de salvaguarda em relação à continuidade da manifestação do PCI;
- g) O respeito pelos direitos liberdades e garantias e a compatibilidade com o direito internacional em matéria de defesa dos direitos humanos;
- h) A articulação com as exigências de desenvolvimento sustentável e de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos.

Como tal, o inventário deve estender-se a cada um e a todos os bens que integrem uma determinada coleção e não apenas aos “tesouros”, às suas “obras-primas”. No caso do PCI, o território a cobrir é relativamente mais amplo e complexo do que as reservas de um Museu, o seu inventário estará, muito possivelmente, sempre incompleto, designadamente dada a necessidade da sua periódica atualização, tal como preconizado pela Convenção 2003.

Contudo, parece que as vias serão essencialmente duas: a da ambição do rigor, da sistematicidade e inclusividade, ou da elaboração de listas formadas por exclusividade, nela incorporando apenas exemplos de maior notoriedade.

A inventariação é conduzida no sentido de verificar o papel das identidades públicas e dos agentes envolvidos, assim como a verificação do seu contributo para a sua conservação, preservação e valorização.

Tal como preconizado pelo regime jurídico de salvaguarda do PCI, o Inventário Nacional:

“Promove a realização do procedimento de inventariação de forma integralmente desmaterializado, prevendo a participação nesse processo de entidades de carácter científico, técnico e administrativo de relevância para a salvaguarda do PCI; Assenta sobre uma estratégia de salvaguarda do tipo *bottom-up*, estimulando a participação direta das comunidades, grupos e indivíduos no processo de inventariação do seu património cultural imaterial”¹⁰.

No que diz respeito ao processo de inscrição no INPCI, a iniciativa pode ser desenvolvida por comunidades, grupos ou indivíduos detentores do PCI, Organizações Não-Governamentais, autarquias, Regiões Autónomas ou o Estado Central (Decreto-Lei n.º 138/2009, art.º 5º). O grande objetivo desta formulação é promover a participação das comunidades, grupos e indivíduos através de uma participação ativa no próprio processo.

O pedido de inventariação é elaborado e apresentado à tutela, neste caso, a DGPC, mediante o preenchimento de uma ficha de inventário, nos moldes em que foi instituída pela Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril. De uma forma genérica, o pedido de inventariação, submetido à DGPC através dessa mesma ficha, é constituído por dois tipos de informação:

- a) Informação sobre a manifestação de PCI, de carácter etnográfico e histórico, que ateste obrigatoriamente a dinâmica atual da prática social, assim como, com a profundidade temporal possível, o devir histórico e as dinâmicas que a tradição conheceu no âmbito da sua génese e transmissão ao longo das gerações;
- b) Proposta de medidas de salvaguarda, articuladas entre si e exequíveis, quer por parte da entidade proponente da inventariação, quer no âmbito de articulação desta com outras entidades, tais como ONG's ou entidades de carácter patrimonial, técnico ou científico.

Dado que o PCI coincide com muitas tradições populares – tais como festas, rituais, expressões artísticas e performativas, técnicas tradicionais e saberes naturalistas

¹⁰ DGPC, *Matriz PCI, Inventário Nacional de Património Cultural Imaterial, Manual de Utilização*.

populares -, para a produção e organização do primeiro tipo de informação deve ter-se em conta que a elaboração de um pedido de inventariação deve resultar de um processo de investigação exaustivo, rigoroso e fundamentado em critérios etnográficos, com recurso a trabalho de terreno e a observação direta das realidade sociais. Neste sentido considera-se fundamental a utilização de métodos e técnicas de pesquisa antropológica, que devem ser integradas a par da investigação dos registos documentais de natureza bibliográfica ou arquivística, que poderão integrar o procedimento de inventariação. As fases do processo de inventariação de PCI são as seguintes:

1. Elaboração da proposta de inventariação, por parte da entidade proponente da proteção legal;
2. Apreciação prévia, por parte da DGPC, da proposta de inventariação
3. Emissão de parecer técnico sobre a proposta de inventariação por parte da Direção Regional de Cultura e do Município competentes, em sede de fase de consulta direta;
4. Realização de consulta pública sobre a proposta de inventariação;
5. Análise final e decisão sobre a proposta de inventariação, por parte da DGPC.

Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4
Apreciação do Pedido	Consulta Direta	Consulta Pública	Decisão
(DGCP)	(Direção Regional da Cultura/ Câmaras Municipais)		(DGPC)

Figura 1.2 - Procedimento de «Inventariação» do PCI com o Pedido de Participação das Comunidades, Grupos e Indivíduos (nos termos do Decreto Lei nº139/2009, conjugado com o disposto pelo Decreto Lei nº115/2012).

O procedimento de inventariação é feito através de uma aplicação *online*, apoiado numa base de dados, sendo o preenchimento do formulário no sistema informático, o que permite alargar a um universo maior a submissão de informação relativamente à inventariação do PCI. A interface digital tem por nome MatrizPCI, derivando do sistema MatrizNet, o catálogo coletivo online dos Museus da Administração Central do Estado Português, que permite o acesso a informação selecionada sobre mais de 100.000 bens culturais móveis, que por sua vez radica no Matriz, a ferramenta de uso quotidiano dos

Museus para o inventário, digitalização, gestão e publicação on-line dos respetivos acervos. O MatrizPCI, é assim, o sistema de gestão do INPCI, constituindo-se como fonte de recursos para a difusão de boas práticas, salvaguarda e valorização do PCI à escala nacional, assim como proceder à atualização e à revisão de manifestações já inventariadas. O Matriz PCI é ainda a plataforma para a participação direta dos interessados nos processos de inscrição e inventariação, quer em fase de instrução, quer nas fases de consulta pública dos mesmos.

2.2.3. Kit de Recolha do Património Imaterial

Inserido na política de proteção e salvaguarda do PCI e em estreita articulação com o sistema de gestão Matriz PCI, encontra-se o Kit de Recolha do Património Imaterial.

O Kit é um instrumento operacional e tem como objetivo principal promover uma consciencialização das gerações mais novas sobre a relevância do PCI. É um recurso educativo, para ser aplicado, preferencialmente, em contexto escolar, mas promove uma abordagem intergeracional levando os mais novos ao contacto com os elementos das comunidades que detêm uma importância decisiva na transmissão desse património.

Sensibilizar as gerações mais novas, promover a iniciativa e/ou participação destes em ações de salvaguarda do património na respetiva comunidade, ao mesmo tempo que se promove o conhecimento sobre o património cultural são alguns dos objetivos deste Kit.

2.3. O papel dos detentores no processo de salvaguarda do PCI

De acordo com a legislação em vigor (quer a legislação nacional quer a própria convenção da UNESCO de 2003), a proteção legal de manifestações imateriais deve resultar no envolvimento das respetivas comunidades de detentores do processo, não podendo ser conduzido exclusivamente por instituições sem a participação, o consentimento e o envolvimento ativo das respetivas comunidades, grupos e indivíduos.

Para além dos próprios detentores do PCI, nas fases do seu procedimento de inventariação ou proteção legal participam ainda diversas identidades, designadamente as Direções Regionais de cultura e as câmaras municipais relevantes.

Na fase de consulta pública poderão pronunciar-se sobre o pedido de inventariação todas as entidades, públicas ou privadas, designadamente os membros das respetivas comunidades ou grupos detentores.

CAPÍTULO III: PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL E O TURISMO

A contribuição das práticas turísticas para a proteção e valorização dos bens culturais é encarada neste trabalho de uma forma positiva, pois considera-se que o turismo tem contribuído na proteção e valorização dos bens culturais, podendo também ser uma ferramenta de diálogo entre comunidades, podendo melhorar assim as condições de vida das populações contribuindo para a redução de pobreza (Baptista, 1997:39), proporcionando melhoria da infraestrutura do lugar através de estratégias de investimentos públicos e privados, levando a sociedade a ter conhecimento substrato histórico-cultural. Essas ações são importantes no processo de salvaguarda do património, além de colaborarem para a economia local e regional.

As memórias que estão representadas pelo património cultural - material e imaterial - são substratos que alimentam o turismo cultural. Através delas constrói-se uma narrativa que se apresenta ao turista no sentido de lhe proporcionar uma experiência, conectada positivamente com o conteúdo simbólico característico do local visitado.

Mostrar a abertura à promoção de novos conteúdos, como oferecidos pelo património imaterial, contribuirá muito seriamente para a afirmação de um turismo mais distintivo e moderno. O património imaterial, devido às suas características fortemente ligadas com os contextos sociais, possibilita a introdução de outro tipo de agentes, de naturezas e formas diversas, muitos os quais que permanecem sem valor, constituindo por isso uma fonte de diversidade cultural, capaz de agir de uma forma positiva em sistemas de desenvolvimento sustentável.

Os limites para a apropriação turística dos valores patrimoniais estão nas estratégias desenvolvidas em relação às características culturais tradicionais. A sua descontextualização consegue propagar uma certa imagem exótica e única do seu lugar de origem, mas pode igualmente levar à perda de vínculos tradicionais e de funcionalidade simbólica, descaracterizando a sua valia no meio em que são originários. Reis (2004), refere que a cultura e património são elementos com potencial turístico, mas, que a excessiva apropriação turística dos elementos culturais traz o risco da sua transformação em apenas um elemento de entretenimento e consumo, com perda de autenticidade e, com isso, perda de atrativo turístico.

No *Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal 2020*, definido pelo Turismo de Portugal, os objetivos estratégicos do turismo passam pelo reconhecimento do território como recurso turístico por excelência, sendo que no âmbito do património histórico-cultural, pretende-se melhorar a salvaguarda e conservação, o

acesso e fruição e, preservação e divulgação de identidades e dos valores. Na qualificação e valorização do território e dos seus recursos turísticos distintivos as prioridades de investimento passam pela preservação e valorização económica do património histórico-cultural, regeneração urbana das cidades e centros históricos de interesse turístico e por fim, o desenvolvimento de equipamentos e serviços de suporte à atividade turística.

As atividades comerciais que podem surgir a partir de certas formas de património cultural imaterial e o comércio de bens e serviços culturais relacionados com o PCI podem aumentar a consciencialização sobre a importância desse património como recurso potencializador contribuindo para o respetivo desenvolvimento sustentável se houver capacidade para o converter num ativo potenciador de benefícios económicos para a população local. Embora o PCI deva ser considerado um recurso turístico com forte poder de atração deve-se ter cuidado em não desvirtuar as práticas tradicionais.

Um primeiro aspeto a salientar está associado ao facto de que o impacto do turismo pode levar a uma vontade de modificação dos recursos patrimoniais por parte das comunidades para atrair mais turistas. Um primeiro limite está, portanto, na natureza das atividades turísticas associadas ao PCI. Encontrar um equilíbrio entre os interesses dos agentes comerciais, da administração dos bens culturais e dos praticantes da cultura, é essencial para que uma demasiada exploração comercial não deturpe o significado do PCI da comunidade envolvida.

O turismo pode ainda alterar significativamente a forma como se transmite o património imaterial, quer porque o torna mais acessível a grupos mais alargados, afastando-o dos seus contextos tradicionais de produção, difusão e consumo, minimizando o conceito de “detentores” dos bens patrimoniais, quer porque “congela” os elementos patrimoniais, padronizando-os e impedido uma recriação ativa e assimilação ativa por parte de várias gerações de detentores.

Neste sentido, festa, eventos, costumes, podem servir para atrair a atenção e o interesse de muitas pessoas para conhecerem um pouco mais do lugar e desses costumes, despertando um desejo de vivenciarem a festa junto à própria comunidade, onde o “produto” é um atrativo motivador do deslocamento das pessoas. O que geralmente acontece em alguns casos, é que essas manifestações se transformam, elas próprias, em simples produtos culturais, perdendo o seu fator identitário e de ligação coletiva. É preciso não espetacularizar o património seja material ou imaterial, e um dos procedimentos é não perder de vista um sentido de uma determinada manifestação tem para o grupo que a produz (Veloso, 2006).

Esta necessidade de responder às motivações da procura turística contemporânea leva a que haja algum perigo de se desenvolverem as manifestações de acordo com o que se pensa que o turista quer ver e experimentar, invés de o convidar a integrar-se nas verdadeiras práticas populares. Se bem que atividades coerentes com os atuais padrões de qualidade exijam respeito “pela irrepetibilidade da emblematização local, proporcionando-lhe o seu contato e fruição, mas sem abalar na sua cíclica ou tradicional dinâmica” (Marques, 2011).

3.1. Uma «aliança» desejável, com regras

A criação de bases sustentáveis ao nível de gestão do Património Cultural é imprescindível para um desenvolvimento turístico equilibrado e com regras específicas, alicerçadas na afetação de recursos humanos e financeiros.

A recuperação de espaços degradados, a manutenção de uma gestão diária através de pequenas ações concretas, são medidas fundamentais para a conservação e posterior utilização dos mesmos. Isto é um processo cíclico porque só se torna possível quando os monumentos estão abertos ao público de forma permanente, mas também cria a possibilidade de estes se manterem abertos, porque há uma sustentabilidade associada.

Para que este pressuposto se torne possível, é vital apostar na criatividade, investir na reabilitação do património e reconhecer a importância de uma estratégia de gestão e divulgação como vetores determinantes.

Não basta apenas a apresentação de bens adjetivados; é necessário que se apliquem as recomendações relativamente à gestão e manutenção de espaços, monumentos e atividades de índole cultural, social e económica. A definição de um plano estratégico, assente numa rede de parcerias e em estreita colaboração com a comunidade local, deve ser prioritária. Conhecer o território e definir métodos de ação, são as premissas fundamentais para a implementação de planos sustentáveis. Este objetivo só pode ser alcançado com a criação de equipas pluridisciplinares e integradoras. A participação em iniciativas relacionadas com a Cultura e o Património tem a particularidade de permitir a troca de partilhas, de pontos de vista e experiências de trabalho entre os técnicos e responsáveis deste setor. Para além das comunicações e dos projetos que vão sendo divulgados, estes encontros originam, em muitas circunstâncias, ideias e propostas que podem ser replicadas em diferentes contextos, nomeadamente naqueles de que somos originários e que conhecemos melhor.

A primeira etapa para a definição destes planos sustentáveis assenta em lógicas de conhecimento. É preciso conhecer com rigor o que se pretende valorizar e divulgar. O que se tem para oferecer? Excecionalidade do património? Singularidade da história local? A componente museológica? Turismo Religioso? A identidade local? As personalidades? O mapeamento dos locais de interesse, com a identificação dos bens patrimoniais, a definição do seu significado e relevância para a localidade e suas comunidades, contribui para a conceção de ferramentas operativas.

O estabelecimento de uma rede de parcerias entre os diferentes atores locais, instituições e empresas é outra etapa de grande relevância para garantir a eficácia da relação entre turismo e património. Promover e fomentar práticas de gestão partilhada de bens culturais, pode ser um caminho eficaz na resolução de problemas e que pode permitir o usufruto de espaços atualmente encerrados ao público.

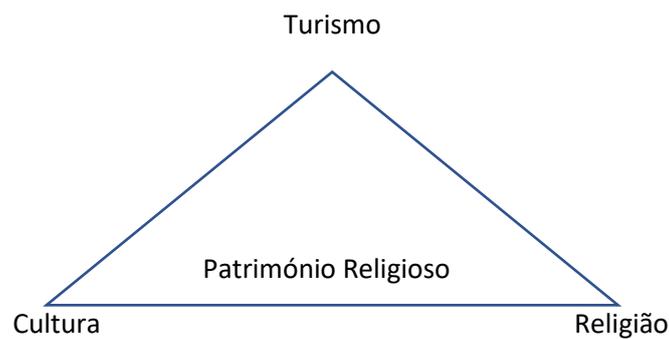


Figura 2.3 Relação entre turismo, cultura e religião.

O turismo sustentável assente numa exploração dos bens culturais implica repensar estratégias de desenvolvimento territorial. Este envolve uma interação direta do visitante com a comunidade, permitindo experiências únicas e inovadoras, com a participação integrada em atividades, permitindo a descoberta da cultura local.

3.2. Turismo Cultural Religioso

O turismo religioso, embora constitua um segmento do turismo, tem relação com o turismo cultural.

No turismo religioso as motivações da visita são, além de visita devocional a espaços de culto ou da participação em eventos religiosos, o conhecimento do património histórico, cultural e artístico religioso de uma região.

O termo turismo religioso começou a ser utilizado na década de 60 do século XX, acompanhado da definição oficial da Conferência Mundial de Roma, sendo referido como uma atividade que movimenta peregrinos em viagens pelos ministérios da fé ou da devoção a algum santo. Na prática, são viagens organizadas para locais sagrados, congressos e seminários ligados à evangelização, festas religiosas que são periodicamente, espetáculos e representações teatrais de cunho religioso.

O conceito de Turismo Religioso desenvolveu-se a partir da percepção da existência de motivações religiosas que induzem à prática turística. O turismo religioso está a crescer à escala mundial. A Organização Mundial do Turismo (OMT) estima que o turismo espiritual, como também é conhecido, movimenta anualmente 330 milhões de pessoas, que fazem cerca de 660 milhões de viagens, representando, aproximadamente, 26% do turismo a nível mundial.

O principal objetivo do turismo religioso é à vista a locais religiosos e/ou espirituais, - assim como a participação no culto religioso e/ou espiritual. Desta forma, peregrinações e visitação a locais, objetos, monumentos religiosos constituem as duas tipologias mais comuns dentro do turismo religioso, tendo esta última tipologia uma ligação com as práticas de turismo cultural. Ray e Morphet (2007), afirmam que o turismo religioso abrange todo o tipo de viagens em que o indivíduo é motivado pela religião e onde o destino é um local religioso.

Segundo Vieira (2006) as características do turismo religioso são a multifuncionalidade das deslocações e a sobreposição das motivações dos turistas-peregrinos. Já para Sousa e Corrêa (2000), a característica principal deste tipo de turismo é a ida a locais que possuam conotação fortemente religioso, designadamente, visitas a igrejas e santuários e também peregrinação ou a ida a congressos eucarísticos.

Em Portugal, o Turismo Religioso é um segmento de mercado que difere dos demais, pois tem como motivação a fé, onde uma parte substantiva dos espaços patrimoniais têm uma função religiosa, havendo uma ligação acentuada entre o turismo cultural e o turismo religioso, onde cerca de 75% do património arquitetónico é composto

por edifícios de carácter religioso (RHTurismo, 2010). O turismo religioso – e espiritual – em Portugal é um produto turístico que tem várias potencialidades, e tem tido um crescimento exponencial, sendo um instrumento poderoso para levar as pessoas a descobrir todo o território. Se tivermos em conta que em 2018 o número de chegadas estimado a Portugal de turistas não residentes, atingiu tenha 22,8 milhões, correspondendo a um crescimento de 7,5% face a 2017, o potencial para o turismo religioso também ele aumenta.

Dentro do universo do turismo religioso em Portugal destacam-se duas vertentes principais: a visita a espaços religiosos das quais se destaca o Santuário de Fátima¹¹ e o turismo religioso que assenta em valores com forte vertente cultural, com o Caminho de Santiago, a Herança Judaica, os Altares Mariano ou as inúmeras e significativas romarias existente no território:

“Vamos introduzir duas novas dimensões neste programa: as festividades religiosas e os Sacro Montes (integram locais de arte sacra como o Santuário do Bom Jesus do Monte e o do Sameiro, a Capela de Santa Maria Madalena, o Caminho Real que liga esta capela a Guimarães, a Citânia de Briteiros e o Castro de Sabroso). Não há números globais sobre turistas com motivação de turismo religioso e de espiritualidade, mas temos bons indicadores quanto à procura crescente de turistas para cada uma das áreas que temos promovido”¹².

Em Portugal o turismo religioso é promovido pelo Turismo de Portugal, através de um *website*, www.pathsofffaith.com. O Turismo de Portugal aposta assim na promoção e valorização do turismo religioso, agregando informação relevante desde a oferta da procura¹³.

¹¹ Em 2018 a afluência de peregrinos a Fátima chegou aos sete milhões de pessoas, com 2.785 grupos de estrangeiros, vindos de 26 países, e 1.602 grupos portugueses. Para o reitor do Santuário, Carlos Cabecinhas, estes números são reveladores de “um crescimento significativo de grupos de proveniências até há pouco incomuns”. O desenvolvimento das áreas em redor do santuário –unidades hoteleiras e espaços comerciais – é feito também com este crescimento do número de pessoas. Em 2006 o santuário de Fátima apresentava contas com 17 milhões de euros em receitas.

¹² Entrevista de fonte da Secretaria de Estado do Turismo ao jornal *Dinheiro Vivo* na edição de 17.08.2019. Disponível em <https://www.dinheirovivo.pt/economia/turismo-religioso-traz-cada-vez-mais-visitantes/>, [acedido em 19/02/2020].

¹³ <https://www.pathsofffaith.com/pt> (consultado a 15 de maio de 2020).

3.2.1. O Turista Religioso

O turista religioso define-se não pela natureza do lugar ou do edifício que visita, mas sobretudo pela motivação principal inerente à viagem que realiza, ou seja, religiosa (Pinto, 2011).

Este turista que viaja com estas motivações está aberto a apreciar outras atrações como a contemplação da paisagem, conhecer a cultura e as populações locais, visitar monumentos, entre outras experiências de caráter geral (Pinto, 2011).

Fazendo uma reflexão sobre esta tipologia de turista, citando Cunha (2006), este afirma que enquanto o peregrino é um crente devoto a certo santo, de determinada invocação mariana ou de um lugar sagrado particular, o turista religioso por sua vez, é um fiel da religião cujos lugares consagrados visita, apresentando características de um verdadeiro turista, aquele que viaja simplesmente por recreio ou para se instruir, podendo também visitar lugares sagrados.

Segundo Smith e Akagawa (2008) o turismo e a peregrinação situam-se em campos opostos, estando num extremo o sagrado e no outro o profano, e no centro o Turismo Religioso. Santos (2008) também partilha da mesma ideia quando, ao caracterizar em termos de motivação da viagem, coloca o turista religioso na posição intermédia entre o peregrino e o turista propriamente dito, e indo mais longe, este autor apresenta o peregrino como um fundamentalista religioso e o turista como um hedonista sem restrições.

O turista religioso é aquele que procura a vivência espiritual tentando abranger nos seus itinerários destinos religiosos.

A motivação religiosa é a principal causa que faz com que as pessoas saiam de casa e façam longas viagens com o objetivo de ir ao encontro de um novo “eu”. Numa peregrinação a principal característica é conseguir deixar o mundo profano tentando aproximar-se ao sagrado podendo incluir-se momentos de sacrifício. Este turista percorre longas distâncias com o intuito de procurar lugares religiosos e não a procura do prazer, ao contrário do turista não religioso.

3.2.2. Turismo Religioso em Portugal

De acordo com o Recursos Humanos no Turismo, Portugal possui um vasto património histórico-religioso edificado que deve ser mais valorizado a fim de ter um destaque positivo no turismo religioso, que poderá ser completado com o turismo de massas (RHTurismo, 2010).

Também Portugal está a aproveitar este mercado, com várias entidades a fazer a sua promoção. De acordo com os operadores turísticos, todos os destinos associados ao turismo religioso têm Fátima no seu percurso, que recebe cerca de 6 milhões de pessoas por ano, o que corresponde a cerca de 2% do total mundial de quem procura este tipo de turismo¹⁴.

Tendo como referência o Santuário de Fátima, o número de peregrinos em 2017 superou todas as expectativas, e as estatísticas oficiais revelam 9,4 milhões de peregrinos participantes, um número recorde e que se relacionou com o centenário das Aparições de Nossa Senhora dos Pastorinhos. Em 2019, Fátima recebeu cerca de 6,3 milhões de peregrinos, confirmando-se a tendência para uma estabilização dos peregrinos à Cova de Iria. Para além das celebrações, da visita à Capelinha das Aparições, do recinto e das basílicas, os peregrinos de Fátima aproveitam a passagem pela Cova de Iria para fruírem da oferta cultural aqui existente, visitando os espaços museológicos que narram e perpetuam a mensagem de Fátima.

Em Portugal, os lugares dedicados ao culto mariano proporcionam uma viagem pela história, pela cultura e pela arte, cruzando o sagrado e a devoção em igrejas, pinturas e escultura, romarias e peregrinações. Decorre que o turismo religioso engloba não só Fátima, que é o principal local de atração, mas também outros elementos como o Santuário do Bom de Jesus, em Braga, classificado em 2019 como Património da Humanidade, evidenciando que “cerca de 75% do património visitável [de Portugal] é religioso”. Factos que a concluir, apensar de não haver estimativas oficiais, que o turismo religioso em Portugal “andarà entre os 10% e os 14% de certeza absoluta”¹⁵.

Em 2018, os residentes efetuaram 22,1 milhões de deslocações turísticas, sendo que 1,0% destas correspondeu a viagens com destino religioso, como é possível verificar

¹⁴ Informação disponível em <https://www.dn.pt/sociedade/religiao-movimenta-330-milhoes-de-turistas-por-ano-e-seis-milhoes-vao-a-fatima-5677138.html>

¹⁵ Informação disponível em <https://observador.pt/2017/05/04/peso-do-turismo-religioso-em-portugal-oscila-entre-10-e-14-diz-investigador/>

no gráfico de repartição de viagens, segundo os motivos, do Instituto Nacional de Estatística, 2018 (Gráfico 2).

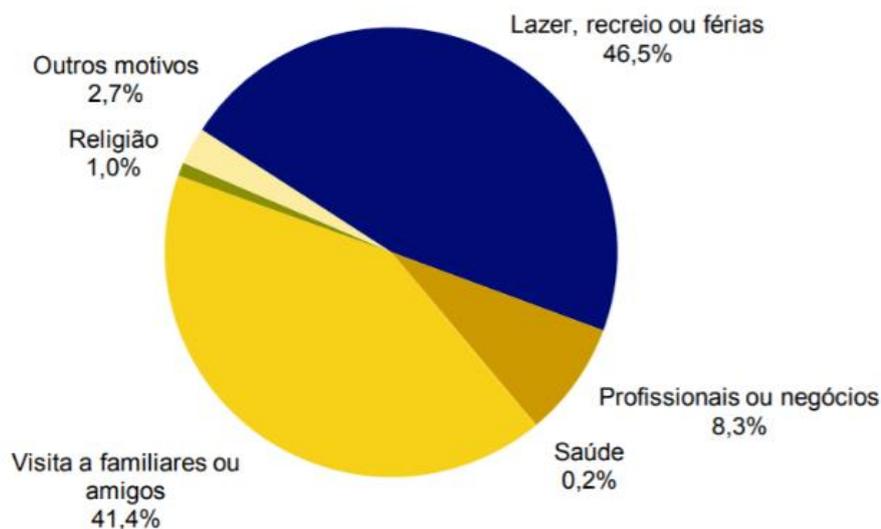


Figura 3.3 Repartição das viagens, segundo os motivos em 2018. Fonte: INE, 2019.

O Turismo de Portugal entende que o país tem “condições únicas para se apresentar como um destino distintivo de turismo religioso (com 900 anos de história), ponto de cruzamento das principais religiões”. Defende essa posição com “fatores de competitividade”, a valorização do património material e imaterial alusivo à herança judaica do país, além de todo o património associado ao culto religioso¹⁶.

¹⁶ Entrevista à agência Lusa, a propósito da visita a Portugal do Papa Francisco, em 12 e 13 de maio de 2017. Jornal *O Observador*. Disponível em <https://observador.pt/2017/05/04/peso-do-turismo-religioso-em-portugal-oscila-entre-10-e-14-diz-investigador/>

CAPÍTULO IV: VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E TURISMO NO MONTIJO

O papel das autarquias locais tem cada vez mais importância na salvaguarda do património. As mais diversas instituições têm vindo, ultimamente a refletir e a intervir, crescentemente no domínio do património cultural, com destaque para as autarquias, estas que segundo o Decreto-Lei 50/2018 de 16 de agosto, têm competência de gerir, valorizar e conservar o Património Cultural. De facto, não podemos ignorar que compete aos municípios a salvaguarda e a promoção do seu património cultural enquanto fator insubstituível da sua identidade.

No caso da Câmara Municipal do Montijo, esta definiu uma política de intervenção local, no qual as primeiras competências do município no âmbito da salvaguarda do património artístico municipal, são o de promover e apoiar o desenvolvimento local, procurando o equilíbrio entre a proteção do património e esse mesmo desenvolvimento, não deixando de envolver as comunidades.

Através da Divisão de cultura, biblioteca, juventude, a Câmara Municipal do Montijo tem como Missão:	Plano Estratégico para o Desenvolvimento Turístico com recurso ao património Religioso da Atalaia.
<ul style="list-style-type: none">• Propor, programar e executar as políticas de desenvolvimento cultural, museológico e patrimonial do Montijo;	<p style="text-align: center;">Atrações Turísticas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Celebração religiosa ligada ao culto de Nossa Senhora da Atalaia;• Pelo Património edificado e pelo Museu Agrícola da Atalaia;
<ul style="list-style-type: none">• Dinamizar iniciativas que integrem os valores culturais, monumentais, artísticos e paisagísticos municipais.	<p style="text-align: center;">Pontos Fortes:</p> <ul style="list-style-type: none">• Simbolismo ligado ao culto de Nossa Senhora da Atalaia, imagem devota dos círios em ambas as margens do Tejo;• Tradições ligadas à festa religiosa e Círios como forte componente popular e pelo património agrícola do concelho congregados num museu que foi uma antiga quinta e que permite uma visita sensorial do património agrícola.

Figura 4.4 Binómio Recursos e Produtos Turísticos Potenciais. Recurso ao Património Religioso da Atalaia. Fonte: *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo Do Montijo* (PEDTM).

Os pontos fortes do turismo do município do Montijo passam pelas boas acessibilidades, a tradição e a identidade da cultura, a ruralidade, a sensibilidade das instituições locais e dos agentes socioeconómicos relativamente ao turismo como instrumento de desenvolvimento local, os recursos naturais e o património passível de recuperação.

Os pontos fracos passam pelo desequilíbrio existente entre o número de visitantes e os turistas, a falta de marca associada ao destino turístico do Montijo, as carências na qualificação de recursos humanos e património urbano danificado.

O *Plano Estratégico para o Desenvolvimento Turístico do Montijo* (PEDTM), de 2011, apresenta como um dos recursos principais o património religioso da Atalaia, aproveitando o seu potencial turístico, assente nas seguintes características:

- Celebração religiosa ligada ao culto de Nossa Senhora da Atalaia;
- Simbolismo ligado ao culto de Nossa Senhora da Atalaia, imagem devota dos círios em ambas as margens do Tejo;
- Tradições ligadas à festa religiosa e círios como forte componente popular ¹⁷.

A Assembleia Municipal do Montijo, por unanimidade e conscientes desta potencialidade, vincularam o órgão em 2013, declarando considerar a Festa Religiosa em Honra de Nossa Senhora da Atalaia como património imaterial do município do Montijo, desenvolvendo os procedimentos necessários, atentos aos estudos já existentes, para a inclusão no Inventário Nacional do PCI. O objetivo seria, a partir desse momento, a possibilidade de apresentar uma candidatura à UNESCO, visando integrar a Festa Grande na Lista Representativa do PCI. Esta intenção, embora aceite por todos, não chegou a ser concretizada uma vez que foi, também em Assembleia Municipal, votada negativamente a proposta de contratação de serviços para o processo de inscrição deste evento religioso festivo no Inventário do PCI.

Em 2019, uma nova proposta, apresentada pelo vereador da CDU, Carlos Almeida, reclamava uma nova análise para esta candidatura: “No mundo atual o reforço da identidade cultural, a preservação do património edificado e paisagístico, as festividades, tradições orais e artesanais, apresentam-se como prioridades (...) Ora, a

¹⁷ *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo do Montijo* (PEDTM), 2011. Disponível em https://www.munmontijo.pt/cmmontijo/uploads/writer_file/document/2398/plano_estrategico_para_o_desenvolvimento_do_turismo_no_montijo.pdf

Festa de Nossa Senhora da Atalaia, assume todo o potencial de enraizamento popular que justifica o seu legítimo lugar no Património Cultural Imaterial Português”¹⁸.

Os habitantes de Montijo herdaram um território, um património edificado e paisagístico, festividades cíclicas, práticas sociais e rituais, tradições orais e artesanais, certos sítios aos quais se ligam as memórias, afetos e valores, crenças, etc., isto é, uma cultura tangível e intangível, cuja distinção se deseja respeitada e valorizada.

O Montijo pretende, por isso, intervir neste domínio, acompanhando o amplo movimento internacional. Tanto mais que se assim fizer, reforçará significativamente a sua própria identidade cultural. Sobretudo se atender ao disposto na Convenção da UNESCO, que define e normaliza o conceito de Património Imaterial e os princípios e metodologias a observar para a respetiva salvaguarda.

No Montijo existem diversas manifestações culturais tradicionais, sendo inegável que uma das mais representativas é, sem dúvida, a secular Festa de Nossa Senhora da Atalaia, cujo santuário já vem assinalado em documentos pelo menos desde o século XVI, constituindo um lugar sagrado de referência para comunidades mais distantes, como ainda acontece permanentemente com as provenientes de Palmela, de Sesimbra e Alcochete.

É, portanto, neste sentido que se pretende “promover as festas populares nas freguesias, as nossas tradições e dos estudos locais”, com destaque para a Festa de Nossa Senhora da Atalaia, dado o seu histórico enraizamento popular e a sua singular expressão no âmbito do Património Cultural Imaterial Português.

Deste modo, a CMM propõe declarar considerar a secular Festa de Nossa Senhora da Atalaia como Património Imaterial do Município do Montijo, pelos fundamentos acima referidos; estabelecer contacto com os representantes do cónego assim bem como com a Diocese de Setúbal e dos Municípios onde se insere e, por fim, desenvolver um conjunto de procedimentos a partir de estudos já existentes, que permitam a inclusão no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (PCI).

Com base no trabalho a desenvolver, analisar a possibilidade de poder vir a apresentar candidatura à UNESCO, tendo em vista fazer parte da Lista Representativa do PCI, proposta esta subscrita pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, tendo sido esta deliberação aprovada por unanimidade.

¹⁸ CM Montijo, Reuniões de Câmara, Ata n.º 14/2019 de 10 de julho de 2019, Lv. 28, fl. 295 v e 296.

Não inviabilizando esta proposta, o momento e as condições não eram as melhores, a não ser que esta maioria achasse que teria condições em apresentar esta proposta num novo executivo, porque não acreditam num resultado favorável no próximo ato eleitoral¹⁹.

4.1 Enquadramento Geográfico e Demográfico da Freguesia da Atalaia

A Atalaia é uma antiga freguesia do concelho do Montijo, criada a 4 de outubro de 1985, pela Lei n.º 134/85 de 4 de outubro de 1985. A União de Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia, criada em 28 de janeiro de 2013, é resultado da agregação das anteriores, Freguesia de Atalaia e Freguesia de Alto Estanqueiro-Jardia. É formada como o nome indica, pelos nomes das localidades e tem o seu ponto mais alto em Atalaia local onde no século XVI foi edificado o Santuário Mariano de Nossa da Atalaia, sendo desde essa altura um local de peregrinação popular.

Está localizada na margem sul do rio Tejo e inserida na Península de Setúbal.

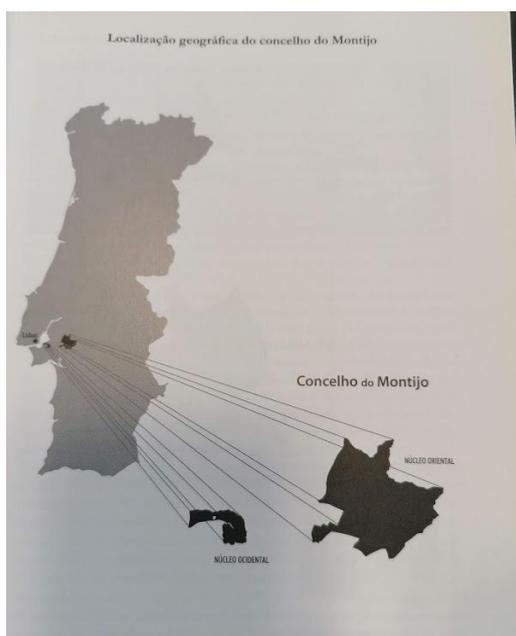


Figura 5.4 Planta da Atalaia. Fonte: Monografia da Atalaia (Barros, 2011).

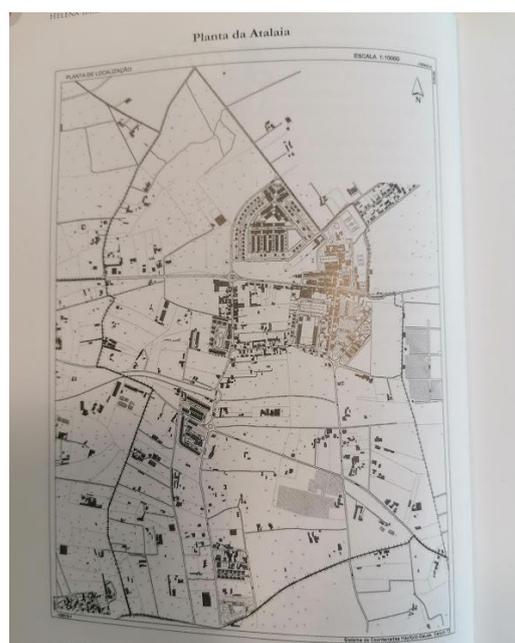


Figura 6.4 Localização geográfica do Concelho do Montijo. Fonte: Monografia da Atalaia (Barros, 2011).

¹⁹ CM Montijo, Reuniões de Câmara, Ata n.º 10/2013 de 15 maio.

As primeiras referências que encontramos referentes à população residente na Atalaia são do ano de 1864, e são feitas por Vilhena Barbosa descrevendo “um sítio quase ermo, [que] não ultrapassava os vinte e cinco moradores” (Rama, 1906:58).

Há cerca de um século a Atalaia era um lugar praticamente despovoado, que contrastava com o forte movimento das romarias, que se notava por altura da Festa Grande, que chegaram a durar de maio até outubro. Vilhena Barbosa referia em 1906, que a Atalaia vivia seis meses em festa e nos outros seis meses do ano, era praticamente desconhecida. O fator religioso marcou fortemente a história da localidade, sendo talvez o aspeto que mais contribui para o conhecimento desta peculiar freguesia. O culto a Nossa Senhora da Atalaia continua a fazer parte da vida do lugar, embora sem a intensidade do passado.

Em 1991 a população residente da Atalaia totalizava 1.090 pessoas, das quais 538 eram homens e 552 mulheres (Censos, 1991). Em 2001, segundo os resultados definitivos dos censos desse ano, a população da freguesia totalizava 1.312 pessoas, das quais 649 eram homens e 660 mulheres (Censos, 2001). Houve assim um crescimento positivo acima da média do concelho (0,9%), que resultou num crescimento urbano, relacionado com a abertura da ponte Vasco da Gama em 1998, e a proximidade de vias de acesso privilegiadas, bem como da existência de terrenos disponíveis para a construção e habitação.

Em 2011, os resultados definitivos dos Censos, apresentavam um total de população de 2239 habitantes, sendo que 1087 correspondem a população masculina e 1152 a mulheres²⁰.

População da freguesia de Atalaia ^[1]														
1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
												1 090	1 312	2 239

Quadro 1.4 População Residente na Freguesia de Atalaia. Fonte: INE, 2011.

²⁰ INE, 2011, *Censos 2011. Resultados Definitivos - Região Lisboa*.

Distribuição da População por Grupos Etários								
Ano	0-14 Anos	15-24 Anos	25-64 Anos	> 65 Anos	0-14 Anos	15-24 Anos	25-64 Anos	> 65 Anos
2001	186	156	754	216	14,2%	11,9%	57,5%	16,5%
2011	468	175	1 308	288	20,9%	7,8%	58,4%	12,9%

Média do País no censo de 2001: 0/14 Anos-**16,0%**; 15/24 Anos-**14,3%**; 25/64 Anos-**53,4%**; 65 e mais Anos-**16,4%**

Média do País no censo de 2011: 0/14 Anos-**14,9%**; 15/24 Anos-**10,9%**; 25/64 Anos-**55,2%**; 65 e mais Anos-**19,0%**

Quadro 2.4 População Residente no Freguesia da Atalaia, distribuição por grupos etários. Fonte: INE, 2011.

Atualmente, segundo informação da Junta de Freguesia, estima-se a existência de cerca de 3.000 habitantes na área da freguesia. Grande parte da população é natural de outras regiões, com grande incidência para a margem norte do rio Tejo (zona de Lisboa), verificando-se uma evolução muito acentuada neste sentido, em resultado de fenómenos migratórios.

O Montijo é uma das cidades mais dinâmicas, graças às novas acessibilidades e perspectivas proporcionadas pela construção da Ponte Vasco da Gama, estando também em vias de se transformar numa cidade de setor terciário, de grandes dimensões e com acentuada carga habitacional. Estudar a evolução urbana do Montijo é ter presente estes dois períodos fundamentais em que a história da cidade se divide: de um lado a fertilidade os campos e a atração económica pelo rio; de outro, as sucessivas mutações proporcionadas pelo estabelecimento das indústrias, da revolução urbana.

4.2. Relação do Património com o Turismo do Montijo

Nos últimos anos, a crescente consciência patrimonial, que se aliou à procura da identidade local por parte de numerosas autarquias locais, veio contribuir de forma decisiva, para a conservação e resgate de muitos elementos patrimoniais de primeira importância.

O património do Montijo não pode ser encarado apenas sob o ponto de vista científico, mas sim, como um impulsionador para a promoção do desenvolvimento cultural e social. O Montijo dispõe já de alguns equipamentos culturais que se constituem como importantes recursos no território, como por exemplo o Museu Municipal do Montijo. Atualmente, fazem parte do Museu Municipal do Montijo, o núcleo sede estabelecido na Casa da Mora, o núcleo da Quinta Nova da Atalaia, o núcleo do Moinho de Vento do Esteval, o núcleo do Moinho da Maré do Cais e o núcleo da Quinta do

Saldanha. Este equipamento em concreto integra-se na estratégia da gestão municipal para o aproveitamento e valorização do património do Montijo.



Figura 7.4 Museu Municipal, Casa Mora, fachada do Posto de Turismo. Fonte: Câmara Municipal do Montijo (mun-montijo.pt).



Figura 8.4 Museu Municipal, Casa Mora, Sala de Jantar. Fonte: Câmara Municipal do Montijo (mun-montijo.pt).



Figura 9.4 Museu Agrícola, Quinta Nova da Atalaia. Fonte: Câmara Municipal do Montijo (mun-montijo.pt).



Figura 10.4 Moinho do Vento Esteval. Fonte: Câmara Municipal do Montijo (mun-montijo.pt).



Figura 11.4 Moinho de Maré do Cais das Faluas – Frente Ribeirinha. Fonte: - Câmara Municipal do Montijo (mun-montijo.pt).

Outro passo, para uma melhor gestão dos bens culturais consiste na execução de um programa turístico sustentável. Esta ação deverá prever uma cooperação entre os serviços culturais e os serviços turísticos, para que ambos estejam na mesma linha de ação e divulgação e na “promoção” do património cultural, havendo assim uma gestão cultural onde são realizadas de forma organizadas e coerentes atividades, no sentido de não se repetirem ações idênticas, dentro da mesma instituição que não só transmite uma imagem desfavorável do poder local, à população em geral, como também, não favorece a proteção e salvaguarda do património e o desenvolvimento local.

O museu municipal e o turismo apresentam-se como serviços indispensáveis para o reforço da identidade, estes devem ser portadores de uma mensagem relativa ao passado, em que os monumentos históricos, as tradições, as memórias, constituem valores comuns que devem ser transmitidos a toda a comunidade, fazendo com que esta perceba que é, também responsável pelo seu património e pelos seus valores culturais.

Nuno Canta, Presidente da Câmara Municipal do Montijo, afirma que:

“uma das áreas mais relevantes da vida da cidade é a cultura, entendida como um conceito amplo e abrangente, de múltiplas dimensões e manifestações. (...) Não há cultura dispensável, até porque é na pluralidade e na diversidade que reside a riqueza cultura das terras e das gentes. (...) Temos assumido o investimento na cultura e no património como a pedra angular do desenvolvimento e progresso do Montijo. (...) Na afirmação da cultura, não esquecemos o movimento associativo, o apoio às festas populares, ao Carnaval, construindo um Montijo de portas abertas ao Mundo, num diálogo permanente com a cultura do povo montijense. Só assim cumprimos com a construção de um concelho moderno, sustentável, promotor da coesão, da democracia e da cidadania”²¹.

José Bastos enquanto vereador e militante do PS, em reunião de maio de 1991 indica o problema que existia relativamente à recuperação, proteção e salvaguarda do património construído existente no Concelho do Montijo²², afirmando posteriormente em 2017:

“Sempre que acreditamos que o concelho do Montijo, tinha grandes potencialidades turísticas, por pertencermos à região de turismo de Lisboa, e por termos uma importante ponte que nos liga à Capital. Temos um território e agrícola

²¹ *Montijo Hoje*, 29 de outubro de 2019.

²² Ata de reunião ordinária realizada a 29 de maio de 1991, fl 232-233. Livro 57. Fundo da Câmara Municipal do Montijo. Arquivo Histórico Municipal do Montijo.

de grande qualidade e um património histórico cultural que foi todo requalificado nos últimos anos (...). “Não temos nenhum castelo, temos, no entanto, um valioso património histórico de grande importância: igrejas na cidade do Montijo, o coreto, o moinho de maré de vento, uma zona ribeirinha (...), que possibilita passeios de barco no Rio Tejo (...). Temos também as chaminés das antigas fábricas em diversos locais da zona nova da cidade que mostra bem o valor que damos à nossa histórica. Também penso que o Santuário da Nossa Senhora da Atalaia e o museu agrícola na Atalaia têm grande importância turística (...)”²³.

Foi por vontade popular que surgiu a primeira associação de defesa do património do Montijo, em 1980. Face à falta de atuação do poder local, desponta um grupo de montijenses, que reuniu vontades e propósitos, para a criação de uma associação que impulsionasse a defesa do património cultural e natural do concelho. Havendo uma consciência da necessidade de uma dinamização cultural e eficaz, com vista a sensibilizar a população local para a defesa do património²⁴.

A Associação constituída no Montijo tomou o nome de Círculo Histórico-Cultural do Montijo (CHCM), tinha como objetivos prioritários: “... a salvaguarda, defesa, valorização e estudo das espécies monumentais, urbanísticas, naturais, históricos, arqueológicos, etnográficos e artísticos da região do Montijo...” (*Montijo Património*, 1981:15). Tratava-se assim da primeira associação com ações na preservação, valorização e proteção do património do Montijo. Esta associação nasceu no contexto do *boom* associativo do final da década de 70 e início da década de 80 do século XX e que demonstrava que o país estava de facto, preocupado com os seus valores culturais e pronto para atuar na sua salvaguarda (Magrinho, 2017: 110, 111, 112).

Nos últimos anos, têm sido desenvolvidas ações que se mostram fundamentais para a preservação do património por parte da Câmara Municipal do Montijo, como foram os levantamentos e inventários realizados a partir de 2000, o desencadeamento dos processos de classificação e a classificação de alguns edifícios patrimoniais, a

²³ *Turismo No Montijo em 2017* por José Bastos.

²⁴ Ata de sessão de Câmara datada de 5 de setembro de 1979, fl, 243, Livro 44. Fundo da Câmara Municipal do Montijo. Arquivo Histórico Municipal do Montijo. No qual consta uma reunião para deliberar quanto à forma de atuação e metodologia a aplicar pela comissão, para o desenvolvimento do trabalho do inventário, classificação e conservação do património municipal.

recuperação e a criação dos espaços museológicos, dos quais se destacam a criação do Museu Municipal do Montijo.

Também a divulgação do património tem sido notória através da execução de exposições, do serviço educativo do Museu Municipal do Montijo, das publicações locais e dos colóquios e outras formas de divulgação cultural.

Desde o ano 2000, que a Câmara Municipal do Montijo, tem realizado um trabalho notório na divulgação do património do Concelho, e que revela que o conceito de património se encontra bem definido. Tal como refere Maria Amélia Antunes (ex-presidente da câmara municipal do Montijo) “... a política cultural do município, tem vindo a privilegiar o levantamento sistemático do património, a sua identificação e a sua recuperação em harmonia com a política adequada de defesa do território e do ambiente”²⁵.

4.3 A Festa Grande e o Turismo

A freguesia da Atalaia é um local que se depara com algumas limitações em termos económicos, pelo que o Turismo poderá desempenhar um papel importante na sua estratégia de desenvolvimento. Apesar de ser uma freguesia ofuscada pelo município do Montijo, consegue atrair turistas, nomeadamente religiosos, que vêm essencialmente participar na “Festa Grande” em Honra de Nossa Senhora da Atalaia.

Nas palavras de José Bastos:

“O Santuário da Nossa Senhora da Atalaia é o mais antigo a Sul do Tejo e numa altura em que tanto se fala na importância do turismo era bom que a câmara do Montijo e a Igreja, criassem as condições para que o antigo santuário mariano, voltasse a ter a importância que já teve. (...) Hoje, a festa em honra de Nossa Senhora da Atalaia, não tem a importância que já teve, mas ainda tem uma grande força, capaz de juntar muitos milhares de pessoas de toda a região no período das festas. A tradição é tao forte que ainda existem cinco Círios com casa na Atalaia: Azóia, Quinta do Anjo, Carregueira, Olhos de Água e o Círio Novo. O Círio dos Marítimos de Alcochete faz a sua festa na Páscoa. A Atalaia é hoje um lugar histórico/cultural de excelência, com um santuário mariano, os cruzeiros e um espaço museológico. Bem promovido será um excelente local para o turismo”²⁶.

²⁵ *Jornal do Montijo*, 29 de agosto de 2008.

²⁶Bastos, José (2007) “O Santuário da Atalaia e o Turismo Religioso”, *Jornal Rostos*, 12 de dezembro de 2007.

Através de fontes diversas é possível perceber que a Festa Grande é visitada por milhares de pessoas: “Conhecidas, também, por Festa Grande, as festividades atraem à Atalaia milhares de visitantes (...)”²⁷; “Todos os anos acorrem à Romaria da Nossa Senhora da Atalaia, milhares de visitantes, entre romeiros, crentes, fiéis e curiosos”²⁸. No entanto, apesar desta grande afluência, segundo o trabalho de campo efetuado no âmbito desta investigação, não existem dados estatísticos de pessoas visitantes na festa; o público é muito diversificado estendendo-se de um público mais velho, por norma acompanhante dos círios e bailaricos, ao público mais jovem que também aproveita a festa para se divertir e conviver, pessoas estas que vêm sobretudo do Montijo e algumas de Lisboa. A Festa Grande não é muito conhecida fora desta região, sendo os romeiros oriundos sobretudo de Sesimbra e do Concelho do Montijo. A Festa recebe sobretudo visitantes portugueses, que permanecem na Atalaia durante os dias em que esta decorre, principalmente os círios, que vêm todos os anos e chegam mesmo a pernoitam na Atalaia nos dias de Festa.

A “Festa Grande” é promovida como uma atração turística diferenciadora “Costumo dizer que turisticamente o Montijo só tem um produto para “vender” que seja diferenciador, o Santuário da Atalaia. É bom perceber que o turismo religioso sobe a dois dígitos todos os anos”²⁹. O município do Montijo tem vindo a apostar na capacitação desta Festa como atração, como demonstra a candidatura, no ano de 2020, às “Sete Maravilhas da Cultura Popular” da Festa Grande³⁰. O foco de promoção desta Festa é a sua ligação à memória coletiva e à tradição, evidenciando com esta manifestação cultural um passado cultural religioso ao qual se junta uma festividade pagã, com bares, divertimentos e espetáculos de rua, onde a procura da gastronomia e do património

²⁷ “Festas em Honra de Nossa Senhora da Atalaia encerram segunda feira”, *Setúbal Mais*, 28-08-2016. Informação disponível em <https://setubalmis.pt/festas-em-honra-de-nossa-senhora-da-atalaia-encerram-segunda-feira/> (acedida em agosto 2020).

²⁸ “Festas em Honra de Nossa Senhora da Atalaia de volta ao Montijo Romaria remonta ao século XVI e decorre de 29 de agosto a 1 de setembro”, *rostos.pt*. Informação disponível em <https://www.rostos.pt/inicio2.asp?cronica=9001004> (acedido em agosto 2020).

²⁹ “JOSÉ RAFAEL: O Santuário da Atalaia e a Festa da Flor devem ser as grandes apostas para o Montijo”, *O Setubalense*, 14-06-2018. Informação disponível em <https://www.osetubalense.com/dossie/pessoas/2018/06/14/jose-rafael-o-santuario-da-atalaia-e-a-festa-da-flor-devem-ser-as-grandes-apostas-para-o-montijo/> (acedido em agosto 2020).

³⁰ Informação disponível em <https://7maravilhas.pt/portfolio/festa-em-honra-de-nossa-senhora-da-atalaia/> (acedido em agosto 2020).

cultural se faz sentir, onde o concelho aposta numa oferta turística e diferenciadora da existente na área metropolitana de Lisboa, capaz de também valorizar a experiência do turista.

Esta festividade concorre para uma nova mobilidade turística para o Município do Montijo, contribuindo para o desenvolvimento turístico, assente na salvaguarda e conservação da identidade da Festa.

CAPÍTULO V: A FESTA DE NOSSA SENHORA DA ATALAIA: CONTRIBUTO PARA A INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE INVENTARIAÇÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL

O âmbito deste estudo caso surge da consciencialização da importância do processo de inventariação como forma de salvaguarda, bem como de divulgação do património cultural imaterial relativo a esta manifestação.

Opta-se por desenvolver uma ficha de inventariação destinada à organização dos dados recolhidos, seguindo as recomendações referentes às práticas de inventário por parte da Convenção do PCI de 2003. A proposta de inventariação que aqui se apresenta tem como base a legislação portuguesa, nomeadamente o decreto lei n.º 149/2015 de 04 de agosto, e segue o modelo de estrutura de inventário por este proposta (Anexo II).

Domínio: Práticas sociais, rituais e eventos festivos

Categoria: Festividades Cíclicas

Denominação: Festa Grande em Honra de Nossa Senhora da Atalaia; Nossa Senhora das Alfândegas e Soberana Protetora das Alfândegas

Contexto Territorial: Local-Santuário de Nossa Senhora da Atalaia; Freguesia-Atalaia; Concelho-Montijo; Distrito-Setúbal; País-Portugal.



Figura 12.5 Santuário de Nossa Senhora da Atalaia. Foto da autora.

5.1 Contexto tipológico

A Romaria em Honra de Nossa Senhora da Atalaia tem o seu momento fulcral no último fim-de-semana de agosto, fazendo-se notar um maior número de romeiros nos dias de festa, romeiros esses que têm em comum o respeito e a adoração pela figura de Nossa Senhora da Atalaia.

As cerimónias e os atos são essencialmente religiosos: cerimónias litúrgicas, procissões e bênçãos. É um evento de carácter religioso, invocando o culto a Nossa Senhora da Atalaia, mas também de uma festa com uma forte tradição cultural de carácter lúdico, com concertos de música por bandas filarmónicas e até mesmo espetáculos de fogo, diversão com bailes dos diversos círios, e ainda as tradições taurinas que marcam presença com diversas largadas.

As manifestações de carácter eminentemente popular realizam-se no último domingo de agosto, culminando com a grande procissão.

5.2 Contexto social

Comunidade(s)- Habitantes da freguesia da Atalaia, Círios da Atalaia

Grupo(s)- Associação em Honra de Nossa Senhora da Atalaia, Círios da Atalaia

Indivíduo(s)- População Concelho do Montijo e da Freguesia da Atalaia, Romeiros dos Círios.

5.3 Contexto temporal

Periodicidade – realiza-se com regularidade anual

Datas – última sexta-feira de agosto prolongando-se pelo fim-de-semana contíguo até segunda-feira.

5.4 Contexto Síntese

As festas em Honra de Nossa Senhora da Atalaia são uma celebração de carácter religioso, que decorre durante quatro dias, no santuário de Nossa Senhora da Atalaia, no Montijo, durante o último fim-de-semana de agosto.

Invocando o culto à Nossa Senhora da Atalaia, desconhece-se a data de início desta festa, embora a vasta informação relacionada com os Círios que iam até ao lugar, nos leve a pensar que a feste teve uma origem religiosa associada às romarias. Os Círios que peregrinavam até à Atalaia, em épocas diferentes acabavam por se concentrar nesta altura.

Inicialmente, os romeiros transportavam e colocavam junto ao altar do Santuário uma vela grossa, um círio, de onde resultou o nome dado às romarias organizadas. Hoje, transportam as bandeiras que identificam as suas proveniências e promessas por determinada povoação, localidade ou comunidade.

Para além da dimensão religiosa, a esteira dos «Círios Civis», a Romaria de Nossa Senhora da Atalaia passou a dominar-se de «Festas Cívicas da Atalaia», esta festa adquiriu outros contornos em 1912 tornando-se num importante momento de convívio, surgindo ainda como uma rutura com o mundo do trabalho, possibilitando o encontro social e comunitário centrado num motivo religioso. O local mais fortemente ligado com esta festa é a igreja ou “Santuário alcandorado no alto dos montes onde se está mais defendido e próximo do céu” (Dias, 1987).

Esta feira estava, sobretudo, ligada ao comércio de gado *vacum* e cavalari (Dias, 2012: 14) que ajudou no estabelecimento da sua importância. Para além de uma expressão máxima de religiosidade popular, uma manifestação de fé e alegria, a festa passou a incluir eventos de natureza comemorativa, intensificando-se em finais do século XX o seu pendor comercial, atraindo naturalmente pessoas de fora e turistas. Resultado de um conjunto particular de desenvolvimentos históricos, as festas possuem hoje um carácter invulgar, agregando atividades religiosas, como a procissão, missas e bênçãos, com outras atividades de carácter lúdico.

5.5 Caracterização desenvolvida

A *Festa Grande em Honra de Nossa Senhora da Atalaia*, realiza-se, anualmente, no Santuário da Atalaia e integra eventos de natureza religiosa, cultural e social. Tem como componente central o culto à Nossa Senhora da Atalaia, agregando, igualmente, a celebração e promoção da identidade e cultura.

5.5.1. O Culto, a Origem e a História de Nossa Senhora de Atalaia

O santuário Igreja de Nossa Senhora de Atalaia ergue-se numa pequena elevação da Península de Setúbal, assumindo um papel de proteção dos campos em redor.

Situada numa confluência de caminhos, o lugar da Atalaia dispunha, no século XV, de uma estalagem privilegiada, como nos provam duas cartas de privilégio de estalajadeiro, datadas de 1446 e 1450 concedidas por D. Afonso V³¹. Ignora-se, contudo,

³¹ T.T., Chancelaria de D. Afonso V, l. 5, fl. 1; l. 34, fl. 139v *apud* Dias, 1999: 135.

a data do início do culto à Virgem da Atalaia e da construção da primitiva ermida. A prova documental mais antiga que se conhece da devoção à Senhora da Atalaia é de 1409³².

O aparecimento da imagem da Senhora da Atalaia foi descrito, pela primeira vez por Frei Agostinho de Santa Maria, em 1707. Este aparecimento está na origem do culto a Nossa Senhora da Atalaia. Segundo a lenda, a Virgem terá aparecido no topo de uma aroeira, junto à fonte que, depois, tomou o nome de «Fonte Santa» (Dias, 2000:20).

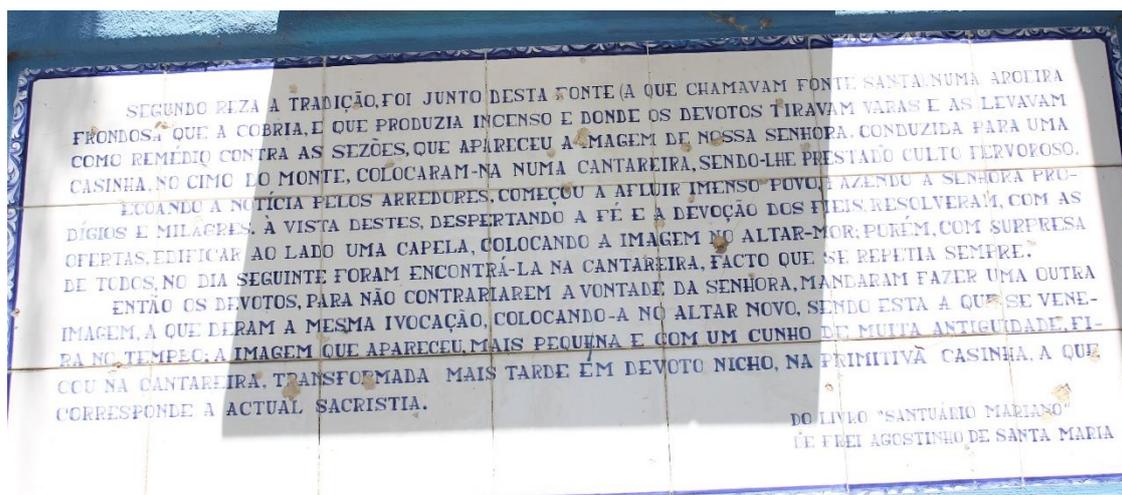


Figura 13.5 Painel de azulejos junto à Fonte Santa com a lenda do aparecimento de Nossa Senhora da Atalaia. Foto da autora.

Ainda de acordo com a lenda, desta enorme aroeira era extraído incenso, para fins medicinais, com efeitos demonstrados. Também a água da fonte era utilizada para curar enfermidades. Ao ser conhecida a notícia, os devotos passaram a acorrer ao local e a venerar a imagem, que foi colocada numa cantareira de uma casa, ali perto. Mais tarde, foi edificado um templo, que se implantou próximo da Fonte, onde se colocou a imagem, para que pudesse ser venerada de uma forma mais digna. Contudo, verificava-se que mesmo com a mudança para o novo local de culto e de veneração, a imagem voltava a aparecer no local onde tinha sido colocada anteriormente. Este episódio repetiu-se várias vezes até, que se decidiu deixar a imagem na cantareira junto ao local inicial e mandou-se fazer outra imagem que foi colocada na igreja.

³² Trata-se de uma cláusula do testamento de Isabel Afonso, moradora em Alcochete, que deixou a Santa Maria da Atalaia as suas casas de morada, situadas junto ao poço de S. João. TT, Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago, Convento de Palmeia, l. 155, fl. 170v ou l. 156, fl. 21 ou ainda l. 157, fl. 33v.

Diz o Padre Manuel Frederico Ribeiro da Costa que não se podendo “*averiguar a verdadeira origem da aparição da imagem, todavia não nos resta a dúvida de que ele é duma grande antiguidade*”.

Associada, está também a lenda do Milagre da Atalaia. Num dia de Verão estava o juiz do Círio da Azóia a dormir debaixo de uma árvore, na Atalaia. De repente, algo o acordou e ele deu-se conta que era um lagarto que lhe roía a orelha. De imediato o homem matou o lagarto e viu uma cobra que se dirigia a ele. De seguida, matou a cobra. O homem pensou então que foi um milagre o lagarto o ter acordado, pois certamente iria ser morto pela cobra. E foi então que ele viu, por entre as folhas da árvore, a Senhora do Cabo, a acenar-lhe e a fazer-lhe um sinal de afirmativo que de facto tinha havido um milagre. O milagre foi o aviso do lagarto salvando o homem da morte que a cobra lhe preparava. (Barros, 2011)

Os primeiros devotos da Senhora da Atalaia terão sido os habitantes dos lugares mais próximos da ermida, atraídos pela fama dos milagres, mas foi no século XVI que surgiu o primeiro testemunho escrito, datado de 1507, ano em que os alfandegários de Lisboa assumiam o compromisso de prestar culto à Virgem da Atalaia. Esta devoção era já de tal maneira significativa que os oficiais das alfândegas se obrigavam a fazer uma romaria anual (Fonseca, 1944:6). Por outro lado, e tendo em conta algumas informações do século XIX, alguns Círios reclamavam ser anteriores ao reinado de D. Manuel I (Costa, 1887:31).

Podemos concluir que, embora o culto a Nossa Senhora da Atalaia possa remontar a épocas anteriores, foi com o Círio da Alfandega de Lisboa que ganhou maior vigor, irradiando a sua influência até ao Alentejo. O culto a Nossa Senhora da Atalaia continua a fazer parte da vida do lugar, embora sem a intensidade do passado.

A Atalaia é hoje uma freguesia semiurbana, em resultado da transformação das atividades que eram então praticadas no seu meio rural, absorvidas por novas atividades voltadas para o sector secundário e, sobretudo, terciário. Para o facto contribui a sua proximidade a Lisboa, bem como as novas vias de acesso, as quais promoveram a expansão habitacional e a fixação de novos moradores.

5.5.2 A Romaria em Honra de Nossa Senhora da Atalaia

As romarias remontam à Idade Média, num contexto de peregrinação, a romaria fazia-se até Roma, a capital do catolicismo, os crentes rumavam ao centro do mundo cristão, as peregrinações assumiram uma grande importância, onde a religião se tornou um forte meio de união entre o povo, visto que a Igreja representava um papel proeminente na manutenção da civilização europeia. A vontade de penitência dos peregrinos, a devoção, a procura de relíquias e o alcance de milagres permitiram a movimentação de multidões (Amirou, 2007).

Na Idade Moderna os santuários de devoção a Maria estão presentes em todas as dioceses portuguesas. Na diocese de Setúbal destaca-se, o Santuário de Nossa Senhora da Atalaia, com especial ênfase para as peregrinações e romarias marcadas por viagens de fé (Barros, 2011).

As peregrinações coletivas a santuários assumiram ao longo dos séculos uma importância na região do Centro Litoral de Portugal, que corresponde de grosso modo à região da Estremadura.

Adquiriram, aqui, expressão própria, que virá a cristalizar-se numa forma que, pelos menos a partir da Idade Moderna, se dominou de “Círios” – peregrinações coletivas ou romagens (Penteado, 1998: 32), de uma localidade que, anualmente, se desloca a um santuário, segundo um ritual próprio. Assim, algumas romarias tornaram-se “festas do concelho”. Como tal, a Romaria é uma peregrinação popular a um local que se tornou sagrado devido à presença de um “santo” (Sanchis, 1992: 40).

A característica muito essencial da romaria é o facto de ser organizada em torno da “memória de um santo ou Virgem Maria”, que é geralmente representado por uma relíquia ou imagem (Sanchis, 1992: 39).

Segundo Pinho Leal a origem desta romaria está ligada a uma promessa feita à Senhora da Atalaia pelo Círio da Alfândega de Lisboa, pedindo proteção para as culturas e contra epidemias, guerras e outras catástrofes que apareceram em 1505, deixando a capital assolada, levando a que os oficiais embarcassem em direção à Aldeia Galega e a dirigirem-se em procissão à Atalaia, rogando proteção romaria em 1507. Hoje a Romaria de Nossa Senhora da Atalaia continua a honrar memórias e tradições. O Santuário de Nossa Senhora da Atalaia centraliza e testemunha todo este quadro religioso e profano que aqui acontece, pelos menos, desde o século XVI.

Ao tempo, a Romaria prolongava-se da primeira oitava páscoa até outubro, época em que as condições climatéricas eram melhores e os romeiros, grande parte trabalhava no campo, estavam mais aliviados das fainas agrícolas.

Uma das manifestações iniciais destas promessas era a deposição de ex-votos junto da virgem tutelar. Inicialmente depositados na sacristia do templo, onde se encontravam ainda nos finais do século XIX (Costa, 1887: 78), os ex-votos a Nossa Senhora da Atalaia adquiriram uma importância tão grande no contexto do culto popular que acabaram por determinar a existência de uma sala para os expor.

O pagamento da promessa é feito diante da imagem, no altar ou na casa das promessas, acompanhado por uma oração.

Depois da promessa paga, fica o ex-voto, a lembrança que resta da promessa. Ultrapassado o carácter secundário, a “sala das promessas” conferiu a este fenómeno religioso a verdadeira importância do culto, sendo que nos últimos anos, este espaço autónomo de exposições transformou-se num polo museológico, onde se mantém preservada a história e tradição da devoção popular dos fiéis da Atalaia (Carvalho, 2012: 99-103.)

Presentemente a romaria, abrange os festejos do Círio dos Marítimo de Alcochete, pela Páscoa, e a Festa Grande.

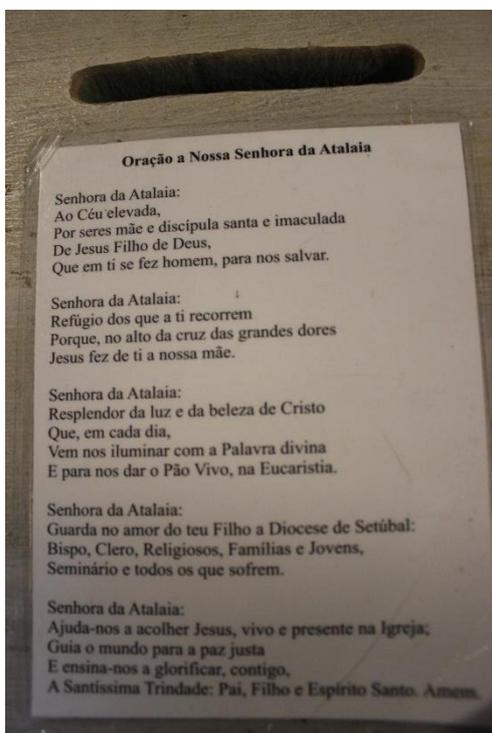


Figura 14.5 Oração a Nossa Senhora da Atalaia. Foto da autora.



Figura 15.5 Chegada dos Círios ao Santuário de Nossa Senhora da Atalaia, onde dão 3 voltas ao Cruzeiro-Mor.

Fonte: <http://ruki-luki.blogspot.com/2013/09/nossa-senhora-da-atalaia.html>



Figura 16.5 Procissão em Honra de Nossa Senhora da Atalaia. Fonte Câmara Municipal do Montijo (mun-montijo.pt).



Figura 17.5 Músicos que acompanham toda a romaria e procissão em dias de festa. Arraial – a Música era dominada pelo som estridente da gaita-de-foles e pelo rufar determinado do bombo.

Fonte: <http://ruki-luki.blogspot.com/2013/09/nossa-senhora-da-atalaia.html>

5.5.3 A «Festa Grande»

As festas têm uma natureza cíclica e não são realizadas sempre da mesma forma.

Esta forma é determinante para o seu caráter único e é sobre esta forma específica que deve apontar uma definição da estratégia do desenvolvimento turístico (Prandi, 1997: 41-53). A festa permanece como uma forma de transmissão de uma tradição e saberes entre gerações, e é ainda uma manifestação cultural e social onde existe uma participação ativa da população, valorizando a identidade cultural da população local, proporcionando uma melhor qualidade de vida à população local e estimulando a conservação do património cultural imaterial.

O culto a Nossa Senhora da Atalaia é um dos mais importantes da Península de Setúbal, tendo o seu ponto alto nos festejos dos Círios, que começavam a chegar à sexta-feira, procedendo aos seus rituais de devoção à Senhora, culminando no último domingo de agosto quando se realizavam as festas em honra da Padroeira.

Desconhece-se a data de início desta festa, embora a vasta informação relacionada com os Círios que iam até ao lugar nos leve a pensar que a festa teve uma origem religiosa, associada às romarias. Os Círios que peregrinavam até à Atalaia, em épocas diferentes, acabavam por se concentrar numa mesma época, neste local.

A romagem dos círios na Festa Grande inicia-se no Sábado, cada cortejo transporta um andor com a imagem da Senhora da Atalaia, o guião e as bandeiras, dirigindo-se até ao Cruzeiro-Mor, onde são dadas três voltas rituais em seu redor, acompanhadas por três músicos: o gaita-de-foles, o bombo e o clarinete. Cada círio regressa ao adro da igreja. No decorrer dos cortejos, ouvem-se foguetes e morteiro no ar, a anunciar a cerimónia.

O calendário das festas foi-se deslocando das datas que inicialmente eram celebradas e aproximando-se do período de verão, entre maio e outubro, devido por um lado, a melhores condições meteorológicas, por outro lado, com o propósito de atrair um maior número de pessoas.

Segundo Alvará registado na Câmara Municipal da Aldeia Galega, em 24 de Agosto de 1751, D. José, Rei de Portugal, concedeu ao Capelão da Atalaia, Padre António Pacheco Pimentel, autorização para realizar uma feira no último sábado, domingo e segunda-feira do mês de agosto, pois com o rendimento do aluguer das terras, se acabar as obras da Igreja. A componente de feira foi decaindo e a designação de “Festa Grande” emergiu. A alusão mais antiga que conhecemos à Festa Grande, vem do *Diário de Notícias*, 28 de agosto de 1866. Em 1910, João Baptista Nunes Júnior, Administrador do

Concelho da Aldeia Galega, escreveu ao Diretor do Mercado Central de Produtos Agrícolas: “... no último domingo de Agosto é costume realizar-se no sítio da Atalaya, uma feira denominada a feira dos setes cyrios, não concorrendo gado algum para venda, mas unicamente alguns produtos agrícolas, taes como mantas, enchadas, encinhos, campainhas, paus ferrados etc, e costuma durar trez dias é propriamente mais uma festa de que uma feira”. (*Diário de Notícias*, 28 de agosto de 1866, Arquivo Histórico da Câmara Municipal, 1910)

Assim, pelo menos desde meados do século XVIII a Festa Grande estabilizou a sua data de realização no mês de agosto.

5.5.4 A Procissão

A procissão é o momento de maior solenidade da romaria, dando-se a conhecer a relação da comunidade com a identidade. No «Dicionário de História Religiosa de Portugal», o termo procissão corresponde a uma manifestação pública, “«mais ou menos solene», destinada a pedir, agradecer, louvar ou remir os pecados, consagrada a Deus (...)” (Gouveia, 2001: 67). Mas a procissão pode também corresponder a um momento festivo, a uma forma ritualizada de autoridade política se mostrar e de hierarquização da sociedade se evidenciar (Souza, 2013: 44). Paula Cardona (2008-2009: 127) sustenta que as “procissões representavam um paradigma de vivências muito próprias” e exprimem “uma prática comunitária”.

Como sugere Ricardo de Souza,

“a procissão simboliza o pertencimento dos fiéis, mas é feita no espaço externo do templo, nas ruas e não no seu interior, o que demonstra a ambiguidade inerente ao ritual: cerimónia ao mesmo tempo eclesiástica e profana, controlada pela Igreja e absorvendo elementos profanos. Ao mesmo tempo, a procissão afirma a autoridade da fé sobre o espaço profano, incorpora-o à autoridade da Igreja e faz com que a identidade cristã dos que dela participam seja afirmada perante eles próprios e perante quem se mantenha alheio à fé” (Souza, 2013:44).

O ponto alto da Festa Grande acontece no domingo, ao fim da tarde, quando tem lugar a procissão em honra de Nossa Senhora da Atalaia.

No interior da igreja a Imagem da Senhora da Atalaia é deslocada do seu lugar habitual no altar-mor, e fica mais perto dos crentes onde a podem venerar ainda dentro da

igreja. Após uma saudação à Virgem, protagonizada pelos ranchos folclóricos, formam-se os Círios e sai a procissão, segundo preceito determinado.



Figura 18.5 Imagem de Nossa Senhora da Atalaia mais perto dos peregrinos no interior da igreja onde poderia ser venerada. Fonte: Câmara Municipal do Montijo (mun-montijo.pt).

A procissão é feita no seguinte percurso: inicia descendo a rua principal, em direção ao Cruzeiro e daí de novo à Igreja. Nesse preciso momento, sai da sua sede, na Avenida D. Manuel I, em Atalaia, o Círio da Carregueira, que em procissão independente, se antecipa e é o primeiro a chegar ao Cruzeiro, ao qual dá três voltas enquanto se queimam os foguetes da promessa. A procissão continua a descida da Rua António Joaquim Marques, em direção à Estrada Nacional, entra no Largo da Feira, em direção ao Cruzeiro Quinhentista. Contornando o Cruzeiro, segue por entre as duas carreiras de oliveiras, atravessando o Largo da Feira e subindo a escadaria da igreja. O andor com a imagem da Senhora da Atalaia entra na igreja, de costas, um gesto simbólico de não virar as costas aos seus devotos. A procissão tem duração de cerca de duas horas.



Figura 19.5 Início da Procissão à saída da Igreja de Nossa Senhora da Atalaia. Fonte: Câmara Municipal do Montijo (mun-montijo.pt).



Figura 20.5 Decorrer da procissão pelas ruas da Atalaia. Fonte: - Câmara Municipal do Montijo (mun-montijo.pt).

É neste dia que inúmeros devotos pagam as promessas feitas e outros renovam-nas. Um comentário feito à porta da igreja expressava: “A Senhora é milagrosa, mas também é caprichosa, ela «castiga» quem não cumpre as promessas feitas”.

À semelhança do passado, em que a nobreza e população em geral, manifestavam a sua devoção à Senhora da Atalaia, o culto perpetua-se no tempo e atualidade, de igual modo, as pessoas de todos os estatutos sociais, dirigem-se à Senhora da Atalaia, fazendo as suas promessas, em hora de aflição.

Terminada a procissão, a romaria não acaba, pois segue-se à procissão, o arraial, com mostras de produtos regionais, dinamizados pelo Museu Agrícola, onde os espetáculos musicais animam a festa, como a já habitual música ao vivo.



Figura 21.5 Espetáculos Musicais e danças pelos ranchos folclóricos da região. Fonte: - Câmara Municipal do Montijo (mun-montijo.pt)

As bandeiras e o guião com a imagem da Senhora da Atalaia, ofertas provenientes de promessas, são leiloados nas respetivas “casas dos Círios”, cabendo a quem as remata, levá-las para casa até às festas do ano seguinte, de onde provêm os fundos para a realização das festas. Os andores permanecem guardados na sua “casa”, sendo que alguns já possuem um oratório.

5.5.5 Os Círios da Atalaia

O uso da vela ou do círio já se faziam na Roma antiga, como herança do povo etrusco, que usava as velas nas suas cerimónias religiosas. Esse costume foi passado aos romanos e, por volta do ano 320, o imperador Constantino introduziu na igreja o uso da vela para fazer parte do culto religioso cristão (Barros, 2011: 229). A tradição dos círios começou entre nós, possivelmente, como peregrinações religiosas a um lugar de culto mariano.

A presença dos círios no Santuário da Atalaia revela a atração pela “liturgia da luz”, que caracteriza as confrarias da devoção, em particular as confrarias de Maria na Idade Média. Os arquivos demonstram que os Círios-romagens que anualmente se deslocam à Atalaia, começaram por ser velas de grandes dimensões que as confrarias levavam ao Santuário em romaria. Com o tempo, as próprias romarias tomaram os nomes

dos respetivos círios que, por sua vez, foram sendo substituídos por bandeiras (Penteado, 1998).



Figura 22.5 Círios com as suas bandeiras durante a procissão. Fonte: - Câmara Municipal do Montijo (mun-montijo.pt).

Especialmente no litoral (de Setúbal a Coimbra), os Círios são confrarias populares que anualmente se deslocam a um santuário (por vezes afastado) em cumprimento de uma “promessa antiga” que a aldeia ou povoação teria feito em tempos idos (míticos). Esses habitantes que ciclicamente se dirigem ao velho local de culto, constituem uma delegação da povoação e cumprem a “promessa antiga” em nome de todos. Transportam geralmente consigo a imagem religiosa que veneram, bem como o guião e as bandeiras onde constam os nomes da povoação e do santuário.



Figura 23.5 Círios com as suas bandeiras durante a procissão. À primeira vista os Círios não se distinguem uns dos outros. No entanto, cada um tem as suas originalidades, as suas tradições e a sua orgânica própria. Fonte: - Câmara Municipal do Montijo (mun-montijo.pt).

A criação dos Círios ficou a dever-se basicamente a três fatores: doenças, calamidades públicas e intempéries e perigos no mar. Se cada Círio tem uma organização própria, estes possuem alguns aspetos comuns. Os Círios eram compostos por devotos tanto da mesma freguesia, sem possuírem a mesma atividade profissional, como devotos de um mesmo grupo profissional que residiam num mesmo bairro ou vila, como os pescadores ou marítimos, sendo que a figura mais importante é o juiz, eleito por um ano.

Foram muitos os Círios que, ao longo de séculos, concorreram à Atalaia: em 1607 temos notícia da existência de 23 círios, número que aumentou para 26 em 1741 e para 34 em 1823 (Costa, 1887: 25-26). O número de Círios só viria a decrescer no início do século XX. A este facto podemos associar a conjuntura política da época, como o surgimento da República e os sentimentos de anticlericalismo que lhe estava associado (Barros, 2011: 235).

Até ao final do século XIX, a tradição do Círios manteve-se e existem algumas notícias dispersas que dão conta de que, na transição para o século XX, se terá atingido o ponto máximo dos Círios, ultrapassando largamente as três dezenas. Mas o século XX não foi particularmente benéfico para o culto à Senhora da Atalaia. À semelhança do que aconteceu com a generalidade dos movimentos religiosos populares no nosso país, também esta romaria entrou em decadência.

Na atualidade são apenas seis as comunidades que mantêm a tradição (Círios dos Marítimos de Alcochete, da Azóia, Quinta do Anjo, Carregueira, Olhos de Água e Círio Novo)³³. Descreve-se sucintamente os Círios que mantêm o culto à Senhora da Atalaia.

Círio das Alfândegas: Desconhece-se a data de início do culto de Nossa Senhora da Atalaia, sabe-se, porém, que em épocas distintas inúmeros milagres lhe foram atribuídos. Aquele que mais recuado no tempo aparece documentado refere-se ao motivo que deu origem ao nascimento da Confraria da Alfândega de Lisboa. Corria o ano de 1507 quando os alfandegários de Lisboa se dirigiam à Ermida da Senhora da Atalaia, a fim de rogar o seu auxílio. Em sinal de reconhecimento e agradecimento público, formou-se a Confraria de Nossa Senhora da Atalaia ou Círio das Alfândegas. Em 15 de Dezembro de 2007, comemoraram-se os quinhentos anos do Círio das Alfândegas.

Os Círios que vinham de Lisboa eram transportados em fragatas. O Círio da Alfândega de Lisboa merece especial destaque porque foi o primeiro a vir à Atalaia em data conhecida.

Círio dos Marítimos de Alcochete: Com a vida das tripulações em risco, os marítimos de Alcochete voltavam-se para Nossa Senhora da Atalaia, rogando auxílio nas horas de aflição. Era na Nossa Senhora da Atalaia que os marítimos acreditavam. O Círio dos Marítimos de Alcochete ainda existe e é um Círio de promessa feita. Para os Alcochetanos, a festa de Nossa Senhora da Atalaia é uma festa religiosa e de muita devoção. Embora exista uma Comissão de Festas, não existem Estatutos e a organização da festa surge de uma forma espontânea. As pessoas aderem à devoção à Senhora da Atalaia e à preservação da tradição, oferecendo-se para participar. Com tradição de cerca de 500 anos, os preceitos da festa, no seu essencial, ainda mantêm a sua originalidade. É o primeiro Círio a festejar a Senhora da Atalaia, por altura da Páscoa e segundo a tradição, que ainda se mantém, só o filho varão do marítimo é que pode ser festeiro (dono da festa), a sua ligação à festa não implica uma promessa individual, mas sim manter a tradição da família.

Círio da Azóia: O Círio da Azóia é um dos mais antigos círios que ainda se desloca em romaria à Atalaia. Sabe-se que a sua fundação data de cerca do ano de 1700, mas é anterior a 1673. O Círio tem instalações próprias junto ao santuário e a sua construção enquadra-se no casario existente, tendo sido restaurada em 2000. Este Círio também é designado por Círio do Termo de Sesimbra ou Círio das Aldeias, sendo

³³ Sobre cada um destes círios veja-se Luís Marques, 2005, pp-97-155. A estes seis junta-se ainda o Círio dos Atrasados “com uma prática desinserida do contexto dos restantes círios”.

formado por seis localidades (Azóia, Alfarim, Caixas, Zambujal, Santana e Pedreiras). No que concerne à organização do Círio, sempre existiu um juiz, que gere a festa. Atualmente, já existe uma Direção, pois este tipo de atividades insere-se no âmbito cultural e é necessária uma organização legalmente constituída para que se possa aceder a verbas disponibilizadas à Cultura. A Direção está sedeada na biblioteca da junta de freguesia do Castelo, constando com o apoio da autarquia local, no entanto, continua a haver liderança do juiz. A gestão do Círio é feita em conjunto e de uma forma participada.



Figura 24.5 Círio da Azoia. Foto da autora.



Figura 25.5 Bandeira do Círio da Azoía a representar na procissão. Fonte: Câmara Municipal do Montijo (mun-

Círio da Quinta do Anjo: O Círio da Quinta do Anjo foi fundado a 20 de agosto de 1780 e tem igualmente instalações próprias junto ao santuário, na Rua dos Círios. O Círio desloca-se em peregrinação à Atalaia, também por altura da Festa Grande e vem da freguesia da Quinta do Anjo, no concelho de Palmela.



Figura 26.5 Placa de azulejos encimando a Porta de Entrada da Casa do Círio da Quinta do Anjo. Foto da autora.

Círio da Carregueira: A sede do Círio da Carregueira está localizada na Av. D. Manuel I, tendo sido fundado em 1833, e é um dos Círios que ainda se desloca à Atalaia, por altura da Festa Grande e na Quinta-feira de Ascensão. Vem do lugar da Carregueira, da freguesia de Pinhal Novo e no concelho de Palmela. Sobre a criação deste Círio, dizem os seus conhecedores, que há perto de 180 anos apareceu uma doença no lugar da Carregueira. Não havendo forma de a mortífera doença desaparecer, as pessoas fizeram uma promessa à Senhora da Atalaia: se a doença levantasse atiravam nove dúzias de foguetes em frente à Igreja. O povo da Carregueira começou a fazer peditórios para comprar fogo, formou um círio, angariou sócios e dinheiro. Entretanto, o Círio da Carregueira ia-se organizando, criando os símbolos próprios: as bandeiras, os ceptros e as medalhas. Esses símbolos seriam arrematados todos os anos, de modo a angariar dinheiro para dar continuidade ao Círio.

Círio dos Olhos de Água: este círio foi fundado em agosto de 1854, por Manuel dos Santos Rei, natural de Olhos de Água. O círio define-se juridicamente, como uma Associação Recreativa Cultural e Religiosa e considera-se uma instituição ao serviço da cultura Carmela dos concelhos de Palmela e Montijo. Sobre a origem do círio, Ribeiro Costa dá-nos conta que o mesmo foi fundado por altura da cólera-morbo, tendo os romeiros de vários casais do sítio dos Olhos de Água, acorrido ao lugar da Atalaia, no cumprimento do seu voto, deslocando-se no último domingo do mês de agosto (Costa, 2007: 64).

Círio Novo: O círio está localizado à esquerda da igreja, junto ao cruzeiro da Estrada, tendo sido fundado em 1945, vem da freguesia de Jardã, do concelho do Montijo e é o único círio do Concelho. A história deste círio, tem que ver com o empenho das Direções, sócios e amigos do Círio.



Figura 27.5 Edifício da Sociedade do Círio Novo da Atalaia. Foto da autora.

Para além destes destaca-se ainda, no movimento cultural dos Círios, as Casas dos Círios. As casas dos círios flanqueando a Igreja apresentam-se fachadas rebocadas e pintadas a branco, algumas com faixas, frisos e cunhais e molduras dos vãos sublinhados a policromia azul, à exceção de duas, que são integralmente pintadas ou têm elementos a amarelo. Cada Círio possuía, assim, na Atalaia a chamada “Casa dos Círios”, dispersas pela freguesia, tinham como objetivo servir e apoiar os peregrinos que ali descansavam, no entanto, de Domingo para Segunda-Feira era mesmo proibido dormir, esta proibição deve-se ao facto da deslocação, na manhã seguinte, à Fonte Santa.



Figura 28.5 Casa dos círios, com fachada a branco e frisos a azul. Foto da autora.



Figura 29.5 Casa dos círios, com fachada a branco e frisos a azul. Foto da autora.



Figura 30.5 Casa dos círios, com fachada a branco e frisos a amarelo. Foto da autora.

Várias foram as causas que concorreram, ao longo dos séculos para a interrupção e extinção dos Círios. A proibição da realização de romarias, por razões de Saúde Pública, em tempo de epidemias; as Invasões Franceses – os exércitos franceses saquearam a ermida - e os novos ideais emergidos da Revolução Francesa, a crescente laicização da Sociedade, que se opera a partir do século XIX, o incremento dos ideais republicanos e anticlericalismo a eles aliado serão outras causas a somar às apresentadas pelo autor do

opúsculo acima citado. A implantação da República, em 5 de outubro de 1910, teve forte repercussão sobre os movimentos religiosos, nomeadamente, sobre a romaria e os Círios da Atalaia. Em 1911, na primeira Festa Grande após a implantação da República, a romaria perdera o brilhantismo dos anos anteriores, porque, devido à insegurança que reinava, quase todas as famílias que ali costumavam ir, receosas de cenas de sangue, que ali se esperavam, deixaram-se ficar em casa. Atualmente, fatores demográficos e sociais colocam em risco e existência futura dos Círios (Marques, 2006).

5.6. Contexto de Transmissão

Estado de transmissão: ativo

Descrição: O contexto de transmissão é predominantemente oral, com a passagem do testemunho de um ano para o outro entre os diferentes organizadores da festa. Informação escrita, relativa ao processo de festas anteriores, é também relevante para a continuidade e reprodução de algumas atividades.

Modo de transmissão: oral e escrita

Idioma: Português

5.7. Património Associado

5.7.1. Património cultural móvel



Figura 31.5 Imagem de Nossa Senhora da Atalaia, Senhora Moça, no Altar-Mor da Igreja. Fonte: autoria própria.



Figura 32.5 Imagem de Nossa Senhora da Atalaia, encontra-se no local inicial, a sacristia, designada como a Senhora Velha. Fonte: autoria própria.

A “Festa Grande” encontra-se associada a um conjunto de artefactos que lhe conferem valor e unidade. Entre estes, destaca-se a imagem de Nossa Senhora da Atalaia que, durante os dias de celebração, está em exposição com maior proximidade com os fiéis.

O “santo” representa, historicamente, o sagrado, e é o objeto principal de devoção para os peregrinos. A imagem é, geralmente, de uma estátua, que além de ser objeto de devoção tem a função de curar e proteger a aldeia. Analisando a atitude dos devotos para com as estátuas – é a que se teria para com uma pessoa viva – “fala-se-lhes, toca-se-lhes, fixam-se com uma insistência de quem espera uma resposta, levam-se junto dela objeto familiares ou crianças” (Sanchis, 1992: 42).

Reportando-se ainda à lenda que na está na origem do culto, ao ser encontrada a imagem, na aroeira, esta foi colocada na cantareira de uma pequena casa existente no alto do monte da Atalaia e, neste sítio, a imagem passou a ser venerada. Assim, passaram a

existir no lugar duas imagens: a primitiva, designada por Senhora Velha, mais pequena, exposta no lugar inicial, transformado em sacristia, e a segunda, de maior porte, designada por Senhora Moça, colocada no altar-mor da Igreja.

Casa dos Ex-votos

A Casa dos ex-votos, está localizado no largo da Igreja Santuário de Nossa Senhora da Atalaia, numa dependência contigua à Igreja, no local onde funcionou a antiga sacristia e a primeira habitação da Imagem de Nossa Senhora da Atalaia.

Um testemunho do século XIX, dado pelo Padre Manuel Frederico Ribeiro da Costa (Barros, 2011), refere que “é esta sacristia denominada também a casa dos milagres, onde os devotos mais se demoram a contemplar os milagres, representados em todos os objetos aluídos que ornam as paredes”.

O espólio do Museu retrata uma vivência de fé, expressa em manifestações de reconhecimento face às graças concedidas pela Senhora, aqui com a invocação de Nossa Senhora da Atalaia. Este reconhecimento é consubstanciado em oferendas materiais, umas de maior e outras de menor valor económico, mas todas elas de um grande valor humano.

Os objetos oferecidos que hoje se podem contemplar são em grande número: quadros, fotografias, figuras em cera, bandeiras, peças de vestuário e de ourivesaria e objetos pessoais.



Figura 33.5 Painel de Azulejo de Nossa Senhora da Atalaia. Fonte: Autoria própria

Existem inúmeros quadros expostos onde podemos observar a imagem da Virgem que se sobrepõe às restantes imagens do quadro, representando a sua aparição e auxílio aos fiéis. Proliferam, ainda, neste espólio as imagens de barcos a naufragar, aludindo ao milagre da Senhora que salvou a tripulação (Barros, 2011: 98/99).



Figura 34.5 Museu dos Ex-votos. Fonte: Barros, 2001.

5.7.2. Património cultural imóvel

O património arquitetónico da freguesia da Atalaia está intimamente ligado à sua herança religiosa e é dominado pela Igreja Santuário de Nossa Senhora da Atalaia e pelos três cruzeiros circundantes ao Santuário. Este conjunto patrimonial é ainda constituído pela imponente escadaria e Fonte Santa, assim como pelo Museu dos ex-votos e do Museu Agrícola da Atalaia.

O Santuário Igreja de Nossa Senhora da Atalaia

O Santuário de Nossa Senhora da Atalaia é o único bem patrimonial da União das freguesias de Atalaia e Alto-Estanqueiro-Jardia que está inventariado no Sistema de Informação do Património Arquitetónico (SIPA) gerido pela DGPC, com o identificador

IPA 00004663³⁴. É ainda o único bem patrimonial classificado que existe no concelho de Montijo.

Está classificado como Monumento de Interesse Público (ZEP, Portaria nº 259/2010, DR. 2ª Série, nº71 de 13 de abril de 2010), sendo propriedade privada da Igreja Católica da Diocese de Setúbal.

O Santuário é constituído pela Igreja, pela escadaria delimitada pelas Casas dos Círios, pelo cruzeiro alpendrado no terreiro frontal e dois outros que delimitam o santuário a Norte e a Sul, inclui ainda a zona do antigo arraial e a Fonte Santa.

Desconhece-se a data exata em que a construção do atual santuário igreja que veio substituir a primitiva ermida, à qual acorreram os primeiros devotos. Desde, pelo menos, 1409 que a Nossa Senhora da Atalaia é objeto de veneração, com referência documental à capela, datada de 1470. A visitação de 1525 descreve uma capela alpendrada, com nave e capela-mor.

A igreja de Nossa Senhora da Atalaia, sucessora da ermida de Santa Maria da Atalaia (1470), veio a sofrer remodelações, principalmente nos séculos XVII e XVIII com linhas eruditas de influência maneirista, com obras pagas pelas várias confrarias ou Círios, existindo inscrições alusivas, nomeadamente, à feitura do púlpito, pelo Círio de Palmela. A atual igreja, tal como é descrita em 1512, a ermida é uma sólida construção recente, onde a reedificação no século XVIII, respeitou, nas suas linhas gerais, a construção anterior, excetuando-se o alpendre, que foi incorporado no próprio edifício, e a sacristia que atualmente fica à esquerda e não à direita (Graça, 1989).

De acordo com Pinho Leal, o atual santuário foi construído em 1623 e remodelado no século XVIII (Leal, 1873: 251). Situa-se num local elevado, donde se obtém uma bela panorâmica de toda a região circundante e do estuário do Tejo até Lisboa. Defronte da mesma estende-se um grande adro seguido de uma ampla escadaria ladeada por casas. Uma outra razão que torna uma ermida situada num terreno elevado e isolado centro de uma romaria é servir melhor a experiência de uma romagem: partir e abandonar os lugares das rotinas diárias e desse modo intensificar o encontro com o sagrado (Almeida, 1984: 79-81). É bem possível que no período da Reconquista Cristã (no reinado de D. Afonso Henriques) o monte da Atalaia desempenhasse uma importante função de vigia e de defesa das terras à volta, na luta contra os mouros.

³⁴ A ficha completa deste monumento está disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4663

Os três cruzeiros

No que concerne aos cruzeiros, mais importante que a relevância arquitetónica ou estilística é, sem dúvida, o valor simbólico e humano que os mesmos encerram, como manifestação cultural de um povo, testemunho de fé e agradecimento, desde épocas remotas.

Casimiro Henriques (2007) considera que os três cruzeiros da Atalaia encerram “uma espécie de agradecimento público, erigidos individualmente ou por um círio”. Considera ainda que “os cruzeiros são testemunhos das antigas marcas do espaço dos festejos da Senhora prodigiosa e milagrosa” (Henriques, 2007).

Delimitando a área do santuário, foram erguidos outros dois cruzeiros de decoração mais modesta. Junto à estrada que liga Atalaia a Alcochete, ergue-se o **Cruzeiro de Alcochete**. Foi mandado edificar por uma família de Alcochete, em 1669. Embora o cruzeiro se encontre em bom estado de conservação, o desgaste provocado pelos tempos impede que se torne visível todo o registo (Barros, 2011: 165). Sobre plataforma de planta quadrangular, de dois degraus.



Figura 35.5 Cruzeiro de Alcochete.
Fonte: Autoria Própria.



Figura 36.5 Pormenor do Plinto do Cruzeiro da Atalaia. Fonte: Autoria Própria.

No plinto assenta uma cruz latina, de braços quadrangulares. A face frontal está virada a Norte e a face posterior apresenta o braço horizontal rusticado. Existe também uma inscrição no plinto: “ESTA CRVS. MANDOV / FAZER D.OS. F.RAPATA /RATA E SVA MOLHER POR SVA DEVOÇÃO, PEDE/ HV PADRE NOSSO E AVE/ MARIA PELAS ALMAS/ FEITA NO ANNO DE / 1669/ DE ALCOCHETE”.

No lado nascente, na via que liga o Montijo a Pegões, encontra-se o Cruzeiro da Estrada ou o **cruzeiro das esmolas**, designações que foram colocadas em época recente pela Câmara Municipal do Montijo. Em termos de arquitetura é o mais pobre de todos e desconhece-se o ano da sua construção. O cruzeiro foi sujeito a obras de beneficiação em agosto de 2007. Sobre um soco quadrangular nivelador de terreno, rebocado e pintado a branco, assenta num plinto cúbico, com orifício para encaixe da cruz, em cantaria, marcando a base e de braços quadrangulares lisos, possuindo no braço vertical virado a sul um pequeno nicho, em arco, desnudo e mísula frontal (DGPC, SIPA).

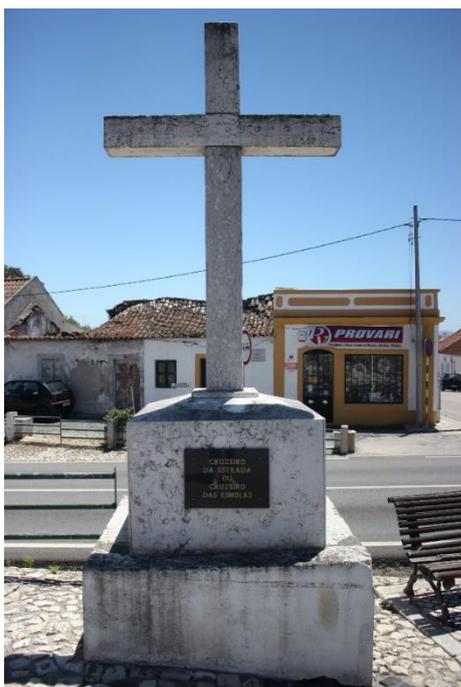


Figura 38.5 Cruzeiro das Esmolas.
Fonte: A autoria própria.



Figura 37.5 Pormenor do Plinto do Cruzeiro da Estrada.



De construção mais recente, o **Cruzeiro da Rotunda**, serve de entrada para a freguesia, e é destinado a homenagear os Círios que ainda vêm à Atalaia.

Figura 39.5 Cruzeiro da Rotunda. Fonte: Autoria Própria.

O cruzeiro quinhentista

O Cruzeiro do Arraial é uma peça de importância em todo o contexto religioso da localidade, chegando este a dispor de uma caixa de esmolas em ferro. Mandado construir pelo Círio da Alfandega de Lisboa, em 1551, conforme dupla inscrição na base da cruz, este cruzeiro é a peça mais antiga do atual complexo religioso da Atalaia. É também o único testemunho conservado das beneficiações que ocorreram na localidade, ao longo da primeira metade do século XVI, no reinado de D. João III coincidentes com o desenvolvimento do culto à Virgem da Atalaia, com posteriores remodelações.

Primeira paragem aquando das romarias, o cruzeiro é a “porta do arraial”, quer do ponto de vista físico, quer espiritual, pois é o primeiro elemento, com que os romeiros se deparam, quando chegam à localidade. O material utilizado foi a pedra de lioz e é de estilo gótico bizantino, no entanto subsistem algumas dúvidas quando à catalogação desta obra, posteriormente aplicou-se o qualificativo de manuelino, certamente pela sensação de medievalidade que ainda se reconhece no conjunto e pelo fato de um grande número de cruzeiros contruídos em Portugal datarem da primeira metade do século XVI. É coberto por uma cúpula com pináculos, assente sobre quatro colunas. Nos ângulos e nas arestas esculpiram-se bustos e face de animais. Ao centro e ligando todas as composições escultóricas do capitel, um lado fino tipicamente renascentista terminado em voluta. No lado nascente, representa a imagem de Cristo e a poente a imagem de Nossa Senhora da

Piedade onde a imagem de Cristo se encontra decapitada, estando esta destruição ligada ao resultado que as invasões francesas deixaram entre nós, nomeadamente através do saque à igreja da Atalaia no ano de 1808 e destruição de imagens. Registando-se um significativo abrandamento do número de círios, o nível do terreno em volta do cruzeiro foi subindo, chegando a base do cruzeiro a estar soterrada cerca de um metro. Também a cúpula apresentava sinais de deterioração, sendo que a constante subida da cota e no desafrontamento do terreno e na construção de uma caixa em cimento que protegesse o monumento (Barros, 2011: 164).

No que se refere a rituais, segundo a tradição, todos os círios quando chegam à Atalaia dão três voltas ao cruzeiro do arraial. Em 2001, a Câmara Municipal do Montijo promoveu obras de conservação, limpeza e pintura do cruzeiro alpendrado e restauro da tela pintada, representando as festas em honra de Nossa Senhora da Atalaia.



Figura 40.5 Pormenor de Cristo na Cruz.
Fonte: Autoria Própria.



Figura 41.5 Cruzeiro Quinhentista. Fonte:
Autoria Própria.

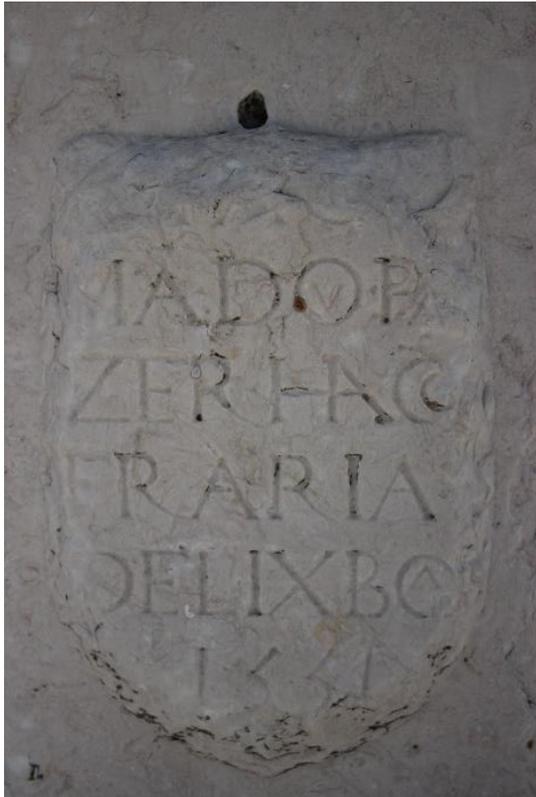


Figura 42.5 Pormenor do Plinto do Cruzeiro Quinhentista com inscrição. Fonte: Autoria Própria.



Figura 43.5 Pormenor de Nossa Senhora da Piedade. Fonte: Autoria Própria.

O grupo escultórico é assim o principal elemento deste monumento, apesar de se encontrar em mau estado de conservação. A Piedade constituiu uma das cenas mais representadas em cruzeiros deste género, razão por que aparece em primeiro plano, a todos os que chegam à Atalaia; na face voltada ao santuário, retrata-se a crucificação de Cristo, desta forma, são representados dois momentos essenciais da Paixão de Cristo. Sobre Cristo existe uma cartela com a inscrição “INRI”. No plinto, existe uma cartela com forma de escudo com a inscrição “ESTE CRUZEIRO/ MANDOU FAZER HAS CON/ FRARIA/ DE LIXBOA/ 1551”.

Fonte Santa

A Fonte Santa, junto à qual, segundo a tradição, apareceu a Virgem, é uma fonte profundamente descaracterizada pelas obras de finais do século XIX e do século XX.

Nas romarias do século XVI surge um Círio que faz um trajeto desde Lisboa até Atalaia, cujos responsáveis mandaram construir um chafariz onde os peregrinos saciavam a sede, identificando que a fonte do santuário foi construída em 1540”. Aqui colocaram uma lápide com a inscrição “Obra da Confraria de Lisboa”, a qual foi encontrada em 1752, aquando as escavações e restauro por parte da Câmara Municipal de Aldeia Galega, a configuração da fonte teria mantido sempre o aspeto original embora com algumas alterações, assemelhando-se a uma pequena capela com um reservatório. Em 1873, a Câmara de Alcochete reedificou-a, invertendo a sua orientação e colocando uma placa identificativa “Fonte de Nossa Senhora da Atalaia, mandada reedificar em 1873, pela Câmara Municipal de Alcochete”, mas foram, sobretudo, as obras de 1897 e as de 1964 que descaracterizaram a fonte. Em meados do século XX, segundo a memória popular, a fonte não tinha paredes à volta. Em 1962, a Câmara Municipal de Alcochete realizou uma intervenção no recinto envolvente da Fonte Santa e em 2000, arranjou o jardim do Círio dos Marítimos de Alcochete.



Figura 44.5 Fonte Santa. Fonte: Autoria Própria.



Figura 45.5 Plano aproximado da Fonte Santa. Fonte: Autorial Própria.



Figura 46.5 Azulejaria com Nossa Senhora da Atalaia na Fonte Santa. Fonte: Autorial Própria.



Figura 47.5 Pormenor da placa identificativa de obra por parte da Câmara de Alcochete. Fonte: Autorial Própria.



Figura 48.5 Pormenor da placa identificativa de obra por parte da Câmara de Alcochete. Fonte: Autorial Própria.

Quinta Nova da Atalaia

O Museu Agrícola está instalado numa antiga quinta agrícola, então denominada como Quinta Nova da Atalaia

Vestígios da construção primitiva fazem remontar esta propriedade agrícola ao século XVIII, nos anos 90 do século XX, os terrenos desta quinta foram considerados um objeto urbano, sendo uma condição da Câmara Municipal de Montijo que este edifício fosse preservado e passasse a património Municipal com o intuito da sua musealização dentro do conceito da exposição temática e museu de sítio.

O museu agrícola abriu ao público em 1997 com requalificação em 2009, o que tem permitido a preservação da história e a transmissão da memória.

Na sala de exposição permanente “As atividades agrícolas na Quinta Nova da Atalaia”, são muitos os instrumentos de trabalho que se podem ver, por exemplo, conjuntos de alfaias agrícolas na mobilização da terra até à produção de azeite e vinho, atividades económicas importantes para este concelho. Foi também feito um levantamento do património rural junto das cinco freguesias do Montijo e foram doadas por particulares algumas peças ao museu.

A visita ao lagar do vinho permite ainda conhecer para além da arquitetura rural própria deste tipo de atividade, o processo de produção de vinho de forma tradicional.

O principal motivo museológico apresenta o carácter agrícola do concelho, e possui um conjunto de potencialidades que o afirmarão, no contexto museológico regional na sua específica área de abordagem histórico-patrimonial, a salvaguarda da memória das atividades agrícolas tradicionais do concelho do Montijo, dando a conhecer o passado histórico das suas atividades económicas explorando a componente pedagógica. Concluindo, este museu permite oferecer aos munícipes um instrumento cultural para o desenvolvimento local e regional.

José Bastos afirma sobre este museu que “Não é fácil conseguir um museu agrícola, num local com tantas tradições como é o Santuário da Atalaia, cujas populações só viviam da agricultura e que é composto por um lagar de azeite, adega, alambique e grande quantidade de alfaias agrícolas e utensílios para a agricultura. Este museu vai mesmo ao encontro das nossas raízes mais profundas”³⁵.

³⁵ Bastos, José (2013), “O Montijo tem o mais completo museu agrícola da área metropolitana de Lisboa”, *blog. aviajemdosargonautas.net* 13 de março de 2013.

5.8 Fundamentação do Processo

Critérios genéricos de apreciação

Na qualidade de indivíduo responsável pela inventariação da festa em Honra de Nossa Senhora da Atalaia no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, em conformidade com o disposto no artigo 5º do Decreto-Lei nº 139/2009 de 15 de Junho, considera-se ser relevante a inventariação da Festa em Honra de Nossa Senhora da Atalaia de acordo com os seguintes critérios genéricos de apreciação constantes nas alíneas a) a h) do artigo 10º do mesmo decreto:

a) *A importância da manifestação do património cultural imaterial enquanto reflexo da respetiva comunidade estando profundamente enraizada nas tradições locais, adquirindo múltiplas dimensões de valor.* Indivíduos, famílias e coletividades reúnem-se para assinalar o momento, participando nas diversas atividades desenvolvidas despertando o sentimento de pertença a um espaço geográfico e cultural bem definido e distinto. As celebrações são também fator identitário para os habitantes da Atalaia. As festas sempre foram abertas à população e a coletividades locais chamadas a participar representando um momento de oferta cultural e de lazer única na região;

b) Os contextos sociais e culturais da sua produção, reprodução e formas de acesso, designadamente quanto à respetiva representatividade histórica e espacial, as festas populares demonstram também que se constituem em espaços sociais privilegiados de construção de identidades coletivas. A construção de identidades, por seu turno, é um elemento fundamental para a constituição de sujeitos sociais ativos e, conseqüentemente, para a elaboração de projetos sociais;

c) *A efetiva produção e reprodução da manifestação do património cultural imaterial no âmbito da comunidade ou grupo a que se reporta.* A Festa Grande em Honra de Nossa Senhora da Atalaia realiza-se anualmente no último fim-de-semana do mês de agosto, no Santuário da Atalaia. Esta festa representa um importante momento de celebração para os habitantes que são devotos a Nossa Senhora da Atalaia;

d) *A efetiva transmissão intergeracional da manifestação do Património Cultural Imaterial e dos modos em que se processa.* O papel da Associação em Honra de Nossa Senhora da Atalaia e de outras associações, Círios da Atalaia, assim como de famílias é importante na criação de momentos de convívio, embelezamento das ruas, bem como a participação nas cerimónias de carácter religioso;

e) *Aas circunstâncias suscetíveis de construir perigo ou eventual extinção, parcial ou total, da manifestação do património cultural imaterial.* No contexto da

freguesia da Atalaia apesar do crescimento populacional, existe um risco de quebra de passagem de conhecimento para novos agentes, fazendo-se também já sentir o desaparecimento de alguns círios e associações nas celebrações de carácter religioso, onde tinham um papel ativo;

f) *As medidas de salvaguarda em relação à continuidade da manifestação do Património Cultural Imaterial.* O Museu dos ex-votos e o Museu Agrícola revelam a importância histórica e a necessidade de criar uma linha de continuidade e de preservação. A digitalização de arquivos fotográficos e documentos são contributos que facilitam o trabalho de pesquisa histórica e promovem o acesso à informação. Também a parceria com a Câmara Municipal do Montijo demonstra interesse dos organismos locais da manutenção destas festas e do reconhecimento do seu valor enquanto fator de identidade local;

g) *O respeito pelos direitos, liberdades e garantias e a compatibilidade com o direito internacional em matéria de defesa dos direitos humanos.* A Festa Grande representa uma manifestação cultural em que nada coloca em causa o respeito pelos direitos, liberdades e garantias individuais, ou comunidades/grupos, garantindo a compatibilidade com o direito internacional;

h) *A articulação com as exigências do desenvolvimento sustentável e de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos.* A realização da Festa Grande pretende ser um facilitador na construção de laços com a comunidade local.

5.9 Estudos, metodologias e programas associados

Uma das razões que dá visibilidade e que levam Portugal a estar nos grandes roteiros turísticos a nível internacional, é a sua base cultural e a importância da sua cultura popular. Devido ao desenvolvimento social e cultural, Portugal afirma-se pelos seus valores únicos e pela dimensão da sua multiculturalidade.

Em 2020, A Cultura Popular está no centro de um conjunto de iniciativas destinadas a promover o Património Cultural Imaterial de Portugal, elevando a Cultura Popular a um “patamar de causa pública e de atração turística”³⁶. A “Festa Grande em Honra de Nossa Senhora da Atalaia” candidatou-se ao Concurso Nacional “7 Maravilhas

³⁶ De acordo com Luís Segadães, Presidente da organização 7 Maravilhas, que dedica a sua edição de 2020 à Cultura Popular. Informação disponível em <https://www.pportodosmuseus.pt/2020/02/16/cultura-popular-e-o-tema-das-7-maravilhas-em-2020/>, consultada em julho de 2020.

da Cultura Popular”, estando inserida na categoria de “Procissões e Romarias”, onde são consideradas todas as peregrinações de cariz tradicional, religioso ou profano, que sejam organizados e celebrados periodicamente, agregando um conjunto de peregrinos e também podendo envolver eventos sociais como festejos, danças e cantos, dando-se também alguma importância económica, enquanto elemento dinamizador da economia local através da sua atratividade para o turismo.

O Concelho Científico das “7 Maravilhas da Cultura Popular”, aprovou, assim a candidatura apresentada pelo Município do Montijo que deste modo, procura dar mais visibilidade a uma manifestação cultural que é das mais antigas do país e uma referência única na região.

5.10 Ações de Salvaguarda

As ações de salvaguarda da Festa Grande passam pela sua divulgação por parte da autarquia sobretudo pelas redes sociais e pela imprensa regional e local. Uma das ações tomadas por parte da autarquia foi a candidatura às “7 Maravilhas da Cultura Popular”, que potencia desta forma a salvaguarda do PCI para gerações futuras, dando-se também a conhecer mais sobre esta Festa e esta região.

O apelo à salvaguarda das memórias e tradições procura enquadrar o “verdadeiro, genuíno e único”³⁷. A autarquia também tem manifestado algum interesse patrimonial, onde desenvolveu já algumas ações, como a recuperação do Cruzeiro Quinhentista e a apresentação da proposta de classificação do Santuário como património de interesse público.

5.11 Riscos e Ameaças

Pode-se verificar em qualquer geração presente a alteração cultural resultante das profundas transformações socioeconómicas e de mentalidades ocorridas no país nas últimas décadas, tendo deixado de ser atribuída aos eventos religiosos a mesma importância e quase obrigatoriedade de participação.

Outros tipos de ameaças dizem respeito à tendência geral para transformar este evento cultural comunitário introduzindo-lhe expoentes de espetáculos com interesse para a comunicação e redes sociais, ou de mercantilizar como produto turístico, sujeito a exigências de programas e a uma pressão urbana incompatível com a sua fruição

³⁷ Excerto da entrevista a Zélia Cristina Duarte, realizada em 12 de junho de 2020.

significante pela comunidade, levando a que se perca algumas das tradições e perda da autenticidade religiosa, pois sem um planeamento pode acabar por ser deteriorada e descaracterizada.

Em termos de ameaças, temos no Município do Montijo outras festas da mesma categoria e com um forte imponente turístico como a Festa de São Pedro, no Montijo, a Romaria a Cavalo Moita-Viana do Alentejo e, por fim, a Festa do Círio de Nossa Senhora de Tróia no Concelho de Setúbal.

5.12 Os detentores da Festa Grande

Quem são, afinal, os agentes que intervêm na realização da festa grande e qual a sua função.

Após o 25 de Abril, surgiram comissões espontâneas entre os atalaienses para organizar a Festa Grande, que passaram a incluir atividades não religiosas como, por exemplo, largadas de touros ou espetáculos musicais. Após a criação da Junta de Freguesia da Atalaia, em 1985, esta passou a assumir a organização dos festejos, sendo mais tarde criada a Comissão de Festas, instituição que ainda hoje existe e está sediada nas instalações do primitivo balneário público, ostentando uma placa, com data de 27 de agosto de 1999.

Em 2006 foi criada a Associação em Honra de Nossa Senhora da Atalaia, que tem como missão organizar os festejos. A Associação das Festas da Atalaia é a entidade responsável pela realização da Festa Grande. O seu papel não é apenas a execução das festividades, mas também o da promoção dos valores culturais e patrimoniais associados à Festa Grande.

A Associação em Honra de Nossa Senhora da Atalaia, possui estatutos próprios e os seus órgãos sociais são compostos por uma direção, um conselho fiscal e uma mesa de assembleia geral, tendo ajuda financeira da Junta, onde esta está envolvida em todo o processo administrativo. Adelino Teixeira é o presidente da Direção da Associação, que conta também com responsáveis por várias tarefas associadas à Festa: aluguer dos terrenos, contratação dos artistas, iluminação e som, festa tauromáquica, em regime de trabalho voluntário. Após cada Festa, são efetuadas as contas e é marcada uma Assembleia Geral, para apresentação das mesmas e para que sejam eleitos os novos corpos sociais. Quanto à ligação com a parte religiosa, a Junta e a Associação acabam por dar algum apoio logístico nas celebrações da igreja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho identificou e analisou os principais elementos que compõem a Festa Grande em Honra de Nossa Senhora da Atalaia, o que permitiu caracterizar esta festividade enquanto bem patrimonial imaterial e também como produto de turismo cultural religioso.

A caracterização realizada é um contributo para uma inventariação da Festa Grande enquanto bem patrimonial imaterial, organizada de acordo com os termos legais em vigor, e que permitem a integração deste bem cultural no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (INPCI) com vista de uma candidatura a Património Cultural Imaterial da Humanidade, assunto em discussão pelas entidades municipais agregadas à Festa.

Procurou-se verificar os paradigmas que enquadram a celebração religiosa dentro da própria imaterialidade da festa e do património produzido no período da celebração, um património intangível que ganha visibilidade apenas nos dias da Festa Grande. Conclui-se que a mesma passa por características únicas, singulares e inteiramente de expressão popular com significado enraizado no povo da Atalaia e do concelho do Montijo. Como elemento central da identidade da Festa Grande estão os Círios da Atalia, quase únicos em Portugal, materialização de uma antiga religiosidade popular, que se mantém como elemento diferenciador nesta manifestação cultural imaterial.

Conclui-se que, a Festa Grande sofreu adaptações, ao longo dos tempos e, que existe uma recriação permanente da tradição, já que quando relacionadas à cultura local, as festas religiosas assumem um papel que vem reforçar a identidade e a preservação da memória. Como elemento fundamental para esta persistência, está a comunidade local e a comunidade dos Círios, envolvidos da salvaguarda da Festa, com interpretações diferenciadas da manifestação cultural. Aliás, uma das dificuldades ao longo do trabalho foi a escassez de informação, pois a que chega até aos nossos dias sobre este tema é escassa e a, maior parte da informação provém de fontes orais, verificando-se que cada pessoa tem a sua perspetiva e a sua visão da história e como eram e deveriam ser as Festas Grandes da Atalaia e as Romarias.

Conclui-se também que a apropriação turística da Festa Grande é ainda um processo em curso. Há um reconhecimento, explícito nos programas de desenvolvimento local, das potencialidades turísticas associadas à festa. Nota-se uma urgente necessidade de tratamento deste património, não só pela importância de preservar a história local, mas também como forma de torná-lo mais atrativo, tanto para os turistas como para os próprios moradores: são disso exemplo as práticas de documentação, inventariação ou mesmo classificação do património cultural (como exemplo a recente classificação como Imóveis

de Interesse Público dos três cruzeiros associados à Festa Grande). Verifica-se também que a Festa Grande, sendo consensual a sua importância e relevância, carece ainda de instrumentos práticos que a promovam como produto turístico e, sobretudo que a transformem em fator que aporta para o desenvolvimento local, permanecendo atualmente como uma expressão da religiosidade popular desta região. verifica-se também que a necessidade de manter esta característica prevalece na maneira como a Festa é olhada pelos vários agentes, dando força à assunção de que o património imaterial, mais do que estar associado a objetos, está associado às pessoas.

A freguesia da Atalaia, trata-se de um lugar que por si só não constitui grande atrativo ao tipo de migração, apesar de as vias de acesso privilegiadas, terem sido grandes impulsionadores desta fixação local. A ruralidade da Atalaia praticamente se esbateu quer nas atividades praticadas, quer na paisagem, permanecendo aquela, na memória coletiva e na identidade do lugar.

FONTES

Legislação

UNESCO, *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, Paris 2003.

UNESCO, *Convenção para a proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*, Paris 1972;

EUROPA, Conselho da, *Convenção-Quadro sobre o Valor do Património para a Sociedade*, Faro, 2005.

Constituição da República Portuguesa, 1976.

Lei n.º 13/85, *Diário da República*, Série I, n.º 153/1985, de 06 de junho de 1985;

Lei n.º 107/ 2011, *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 209, de 8 de setembro de 2001;

Decreto-Lei n.º 139/2009, *Diário da República*, n.º 113/2009, Série I de 15 de junho de 2009;

Decreto-Lei n.º 149/2015, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 150, de 4 de agosto de 2015;

Decreto-Lei n.º 50/2018, *Diário da República*, n.º 157/2018, Série I de 16 de agosto de 2018;

Resolução da Assembleia da República n.º 12/2008, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 60, 26 de março de 2008;

Despacho n.º 11142/2012, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, 16 de agosto de 2012.

Fontes documentais:

“Igreja de Nossa Senhora da Atalaia/ Santuário de Nossa Senhora da Atalaia”, SIPA (online).

Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4663;

INE (2011), *Censos 2011 (online)*. Disponível em www.censos2011.ine.pt;

MONTIJO, Arquivo Histórico da Câmara Municipal, Administração do Concelho, Livros Copiadores de Correspondência Expedida, liv. 42, ofício n.º 342, de 17 de Junho de 1910)

MONTIJO, C.M. (2011), *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo do Montijo (PEDTM)*. Disponível em https://www.mun-montijo.pt/uploads/writer_file/document/2398/Plano_estrategico_para_o_desenvolvimento_do_turismo_no_Montijo.pdf;

MONTIJO, Património (1981), *Jornal de Defesa do Património do Concelho*, Ano I, n.º. 1,2,3. Montijo, Círculo Histórico-Cultural do Montijo;

COSTA, Paulo Ferreira da (coord.) (2009), *Kit de Recolha de Património Imaterial*, Lisboa, IMC;

RAMA, J. S. (1906), *Cousas da Nossa Terra: Breves Notícias de Aldeia Galega do Ribatejo*, Lisboa, s.n.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Joge de (1987), *Introdução ao Estudo da História e do Património Locais*, Coimbra, Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras de Coimbra;
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1984), “Religiosidade popular e ermidas”, *Studium Generale: Estudos Contemporâneos, Religiosidade popular*, 6, pp. 75-83;
- ALMEIDA, Fernando-António (2004), *Montijo, Roteiro do Concelho*, Montijo, Câmara Municipal de Montijo;
- ALVES, A.C.L. (2002), *O Património cultural brasileiro: novos instrumentos de preservação*; Brasília: Minc/Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional- IPHAN;
- AMIROU, Rachid. (2007), *Imaginário Turístico e Sociabilidades de Viagem*, Porto, Estratégias Criativas;
- BARBOSA, Vilhena (1864), “Nossa Senhora da Atalaya”, *Archivo Pittoresco*, tomo VII;
- BARROS, Helena (2011), *Monografia da Atalaia*, Montijo, Câmara Municipal do Montijo;
- BAPTISTA, Mário (1997), *Turismo. Competitividade sustentável*, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo;
- BEIRANTE, Maria Ângela (2002-2003), “Um santuário de romaria no tempo de expansão: Nossa Senhora da Atalaia (Montijo)”, Separata da *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXVI, Volume I;
- BENI, M.C. (2003), *Análise estrutural do turismo*, São Paulo, SENAC;
- BRITO, Joaquim Pais de (2006), “Património e identidades: a difícil construção do presente”, In Peralta, Elsa e Marta Anico, org., *Patrimónios e identidades: ficções contemporâneas*, Oeiras, Celta Editora;
- CIARIA, Gaetano (2006). *La perte durable. Rapport d'étude sur la notion de "patrimoine immatériel"*. Paris: Ministère de la Culture et de la Communication, Mission à l'ethnologie.
- CARDONA, Paula Cristina Machado (2008-2009). Procissões sacras: arte e equipamentos no universo das confrarias. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e técnicas do património*, I série, VII-VIII, 127-149. Porto.
- CARNEIRO, Deolinda Maria Veloso (2006). *As Procissões na Póvoa de Varzim (1900 –1950): Imaginário Religioso e Piedade colectiva*, vol. 1. Tese de Mestrado, sob a orientação da Professora Doutora Amélia Polónia e do Professor Doutor Geraldo José Amadeu Coelho Dias. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- CARVALHO, Fernanda, R.T. (2013), *Rota do Ouro: Resgate da memória da mineração em Lavras do Sul através do seu património arquitetónico urbano*, Dissertação de Mestrado Profissionalizante em Património Cultural, UFSM-Centro de Ciências Sociais Aplicadas;
- CARVALHO, Rosário Salema de (2012), *Património Artístico-Cultural do Montijo*, Lisboa, Edições Colibri;

- CIARCIA, Gaetano (2006), *La perte durable. Rapport d'étude sur la notion de "patrimoine immatériel"*, *Les Carnets du Lahic*, LAHIC/ Mission'Ethnologie;
- CHAGAS, Mário Souza (1994), "Novos rumos da museologia", *Cadernos de Sociomuseologia*, n.º 2;
- CHAGAS, Mário Souza (2002), "Memória e Poder: dois movimentos", *Cadernos de Sociomuseologia*, n.º 19;
- CHOAY, Françoise (2006 [1982]), *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70;
- CONDOMINAS, Georges (2004), "Researching and Safeguarding the Intangible Heritage", in *Museum International: Views and Visions of the Intangible*, 221-222 (56), pp. 21-30;
- COSTA, M e R. CASTRO (2008), "Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias?", *Estudos de Psicologia*, 13 (2), pp. 125-131;
- COSTA, Pe. Manuel Frederico Ribeiro da (2007[1887]), *Narrativa histórica da Imagem de Nossa Senhora da Atalaya (...)*, Montijo, Câmara Municipal do Montijo.
- COSTA, P.F., (2008), "Discretos Tesouros. Limites à proteção e outros contextos para o Inventário do Património Imaterial". *Revista Museologia Pt.* Ano II, nº 2;
- COSTA, P.F., (2009), "Património Imaterial, identidade e desenvolvimento rural". In *Os Territórios de baixa densidade em tempos de mudança* (Conferência realizada no centro de ciência viva da floresta Proença-a-Nova, entre 20 e 21 de março de 2009), Câmara Municipal de Proença-a-Nova;
- CUNHA, L. (2003), *Perspectivas e Tendências do Turismo*, Lisboa, Editorial Verbo;
- CUCHE, D. (1999), *A noção de cultura nas ciências sociais*, Bauru, EDUSC;
- DIAS, J.A. Coelho (1987), "A devoção do povo português a Nossa Senhora nos tempos modernos", *Ler Letras (online)*. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2061.pdf> [acedido em 27 de dezembro de 2019];
- DIAS, Mário Balseiro (1999), "O culto de Nossa Senhora da Atalaia (Montijo)", in *Piedade Popular, Sociabilidade- Representações, Espiritualidade, Atas do Colóquio Internacional*, Lisboa, Terramar / Universidade Nova de Lisboa;
- DUARTE, Ana; Fernando António B. Pereira e Luís J. Gonçalves (1997), *Festas, Feiras e Romarias, Percursos da Costa Azul*, Região de Turismo de Setúbal;
- FONSECA, Francisco da (1944), *Nossa Senhora da Atalaia, Padroeira das Alfândegas e Nossa Senhora da Conceição, Protetora da Alfândega das Sete Casas*, Lisboa, Scarpa;
- FRANÇA, Luís (1980), *Comportamento religioso da população portuguesa*, Lisboa, Morais Editores;
- GELLNER, E. (1998), *Nationalism*, Londres, Phoenix;
- GOODY, Jack, 2004, "The Transcription of Oral Heritage", in *Museum International: Views and Visions of the Intangible*, 221-222 (56), pp. 91-95;

- GOUVEIA, António Camões (2001). Procissões. In Carlos Moreira Azevedo (Dir.). Dicionário de história religiosa de Portugal (Vol. 4, P-V, pp. 67-72). Lisboa: Círculo de Leitores.
- GRAÇA, Luís (1989), *Edifícios e Monumentos Notáveis do Concelho do Montijo*, Montijo, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo;
- GUILLAUME, Marc (2003 [1980]), *A política do património*, Porto, Campo das Letras;
- HARTOG, F. (2006), “Tempo e património”, *Varia História*, v. 22, n. 36, p. 261-273;
- HENRIQUES, Casimiro (2007), *As imagens da Virgem Santa Maria e o título «Da Atalaia»*, Atalaia, s.n;
- KURIN, Richard, (2004), La Salvaguarda del patrimonio cultural inmaterial en la Convención de la Unesco de 2003: una valoración crítica, *Museum Internacional*, 221-22-2 (6);
- LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho (1873), “Atalaia (Nossa Senhora da)”, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. I, Lisboa, Livraria Editora de Matos Moreira, pp. 250-251;
- MAGRINHO, Sofia d’Almeida da Costa Macedo (2017), *A defesa e Salvaguarda do Património em Portugal: as Associações de Defesa do Património (1974-1997)*. Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, ISCTE-IUL;
- MANSON, Randall e Marta de la Torre (2000), “Valores e conservação do património nas sociedades em processo de globalização”, in *Informe Mundial sobre a Cultura 2000*, São Paulo, UNESCO/Editora Moderna, pp. 170-186.
- MARQUES, Luís (2005), *Tradições Religiosas entre o Tejo e o Sado, os Círios do Santuário da Atalaia*, 3ª edição, Lisboa, Assírio & Alvim;
- MARQUES, Luís (2011) “Património Imaterial, a nova exigência do turismo português”, *Jornal O Público (online)*, edição de 05 de julho. Disponível em <https://www.publico.pt/2011/07/05/jornal/patrimonio-imaterial-a-nova-exigencia-do-turismo-portugues-22412943>;
- MOLETTA, V.F. (1998), *Turismo Cultural*, Porto Alegre, SEBRAE/RS;
- PAULO, Eulália de Medeiros e Paulo GUINOTE (2000), “A «banda d’além do Tejo na História”, *Roteiro Histórico das Margens Sul do Estuário do Tejo: das origens ao fim do Antigo Regime*, Lisboa, Ministério da Educação;
- PEDRO, C.,F. e DIAS, R. Dias (2008), “Património imaterial e turismo: o caso do município de Jequitibá-MG”, *Caderno Virtual de Turismo*, v.8 (3), 41-53. [Acedido em 18-11-2013];
- PEIXOTO, Paulo (2006), “O Património mata a identidade”, in PERALTA, Elsa e Marta Anico (orgs.), *Patrimónios e Identidades. Ficções Contemporâneas*, Oeiras: Celta Editora, pp. 65-74;
- PENTEADO, Pedro (1998), *Peregrinos da Memória. O Santuário de Nossa Senhora da Nazaré 1600-1785*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa - Centro de Estudos de História Religiosa;

- PINTO, S. de O. A. (2011), *Turismo Religioso – potencial de desenvolvimento da Vila de Arcozelo*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias;
- PRANDI, C. (1997), Tradições, in Enciclopédia Einaudi – Vida/morte-Tradições-Gerações, v. 36, p. 166-197, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, Lisboa.
- PRAZERES, J. F. S.(2014). *Turismo Religioso: Fátima no contexto dos santuários marianos europeus*, Dissertação de Mestrado, Évora, Universidade de Évora;
- REIS, M (2004), “Património e Ambiente: duas dimensões da cidadania moderna”, *Ambiente e Desenvolvimento*, ICS, Viseu, pp. 193-238;
- RICHARDS, Greg e Xerardo Pereiro (eds.) (s.d.), 2016 *Cultural Tourism: Negotiating Identities* (online). Disponível em (http://www.academia.edu/4562833/Cultural_Tourism_Negotiating_Identities)
- RUSCHMANN, D.V.M., (1997), *Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente*, Campinas, Papirus;
- SANCHIS, Pierre (1992), *Arraial: Festas de um povo – as romarias portuguesas*, Lisboa, Dom Quixote;
- SANTOS, F. (2008), “Turismo e transfigurações culturais”, In Santos M. (org), *Turismo Cultural, Territórios e Identidades*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, pp.39-62;
- SOUZA, A & CORRÊA, M. (2006) *Turismo - Conceitos, definições e siglas*, 2ª ed. Manaus: Editora Valer, Brasil, p.150
- SWARBROOKE, J. (1999), *Sustainable Tourism Management*, Wallingford, CAB International;
- RAJ, Razaq e Kevin GRIFFIN (eds.) (2015), *Religious Tourism and Pilgrimage Management: An International Perspective*, Wallingford, CAB I;
- RAY, R. & MORPHET, A. (2007) *Religious Tourism and pilgrimage Management: An International Perspective*, Oxfordshire: Cabi
- SILVA, Elsa Peralta da (2000), *Património e identidade. Os desafios do turismo cultura* (online). Disponível em <http://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/view/932>);
- SMITH, Laurajane (2006), *Uses of Heritage*, London & New York, Routledge;
- SMITH, Laurajane & Natsuko Akagawa (2008), *Intangible Heritage, Key Issues in Cultural Heritage*, London & New York, Routledge;
- SANTOS, M.G.M.P. (2008), *Estudo sobre o perfil do visitante de Fátima*, Leiria, Edições Afrontamento;
- SOUSA, Ricardo Luiz de (2013), *Festas, procissões, romarias, milagres: aspectos do catolicismo popular*, Natal, IFRN;
- TORRICO, Juan Agudo (2006), “Patrimónios e discursos identitários”, In *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*, Oeiras, Celta Editora, pp. 21-34.

VIEIRA, J.M. (2011), “Turismo religioso”, *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias*, pp. 125-135.

ANEXOS

ANEXO I. Guião de Entrevista

Nota Introdutória: Antes demais começamos por agradecer a sua disponibilidade em responder à presente entrevista e à veracidade das suas respostas.

Esta entrevista, enquadra-se no âmbito do desenvolvimento de uma dissertação de mestrado em empreendedorismo e estudos da cultura, no ISCTE. O tema incide assim sobre o património cultural imaterial relacionando com o turismo de carácter religioso, na freguesia da Atalaia.

Os dados aqui recolhidos serão usados simplesmente para fins académicos, e comprometemo-nos a guardar a confidencialidade das mesmas.

Testemunho dado por Elisabete Jacinto

Elisabete Jacinto: “Tenho algumas memórias de ir com a minha avó e com o meu avó por arrasto à Festa Grande da Atalaia. Somos quatro irmãs e a minha mãe mandava duas a duas para casa dos meus avós e passei grande parte da minha infância na Atalaia, entretanto entrei para a escola e passei a ir só à Atalaia por altura das férias grandes, onde acabava por ir à “Festa Grande”. Lembro-me de haver uma enorme multidão e um grupo de pessoas, bem vestidas (...) tenho ideia dos homens vestidos com coletes antigos por cima das camisas muito lavadinhas, muito direitinhas coloridas às vezes, vinham armados com os estandartes enormes, com umas bandeiras enormes, com um formato normal daquela bandeira clássica que nós conhecemos, ou seja, com a haste cruzada e a bandeira caída e vinha sempre alguém com gaitas de foles e sei que havia sempre ali uma música que eles tocavam (...) e havia sempre ali uma certa animação. E sei que depois a história terminava sempre com aquilo que eles chamavam o Beijo da Virgem (acho que era assim que a minha avó dizia), porque por cima da porta da casa, a minha avó tinha um azulejo com a imagem de Nossa Senhora da Atalaia (...), então eles faziam ali um encontro do estandarte com os azulejos, como se tivesse ali a fazer um grande cumprimento, uma aproximação muito grande em relação às duas imagens da Virgem. E depois tenho ideia também que essas pessoas iam receber donativos, que iam receber dinheiro, os meus avós davam sempre alguns trocos (...) a intenção era sempre ir recolher fundos que não sei para quê que serviam.

Havia também as barraquinhas feitas no espaço ao fim da escadaria, perto do cruzeiro principal, onde a minha avó tentava negociar o preço das coisas, mas eu e a minha irmã só pensávamos em algodão doce e nos torrões.”

1. Como é que se sente com o convite feito para apadrinhar a “Festa Grande” em Honra de Nossa Senhora da Atalaia, no âmbito das “7 maravilhas da cultura popular”?

Elisabete Jacinto: “A questão é que as pessoas pedem-me coisas, eu às vezes não tenho coragem de dizer que não e depois de repente estou metida em situações para as quais não estou muito bem preparada, esta de facto é uma delas. Ou seja, eu aceitei o facto de ser madrinha desta candidatura, mas fui clara a dizer que não sabia nada sobre o assunto, e que tinha de estudar, tinha de ler, tinha de aprender (...)”

2. Acha que a “Festa Grande” ao concorrer pode ganhar maior visibilidade? E porquê?

Elisabete Jacinto: “Acho que sim, sem dúvida acho que sim. Porque ao ter momento de antena, ao passar na televisão, vai chamar a atenção das pessoas para a festa, e muitas pessoas como eu, que secalhar já se tinham esquecido que a Festa existia e não lhe prestavam atenção, o facto de aparecer na televisão vai valorizar a festa, e ao valorizar vai secalhar atrair outras pessoas à festa e vai fazer com que ela seja encarada de outra forma e que seja valorizada, e eu acho que isso é que é a parte mais importante, eu acho que este tipo de programas até aos olhos das pessoas em vem trazer uma valorização da sua própria cultura, vai-nos fazer pensar que este tipo de eventos populares fazem parte da nossa formação, da nossa maneira de ser, da nossa de pensar e na nossa maneira de estar (...) todo aquele sacrifício de aguentar aquele dia inteiro desde manhã ali ao sol, ao calor, eu aprendi a lidar com o esforço físico e com o cansaço desde pequena e depois quando ia para as provas e quando já não me apetecia mais e o final da etapa ainda estava muito longe, eu já sabia o que é que se sentia e como é que se geria esse sentimento, no fundo é só para dizer que apesar de não ter pensado nunca mais nas festas da atalaia, elas fazem parte da nossa cultura, fazem parte da nossa formação e é o relembrar um bocadinho e o valorizar também e eu acho que é muito importante valorizar a nossa cultura, que é onde nos sentimos melhor, como percebemos muito melhor quem somos.”

Junta de Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia, dirigida a uma Funcionária da Junta, a Sra. Antónia.

- 1. Em que medida, a entidade que representa está envolvida na “Festa Grande”?**

Sra. Antónia: “A nossa Junta além da colaboração monetária, está envolvida em todo o processo administrativo, pois todo esse trabalho é desenvolvido por nós em concertação da Associação em Honra de Nossa senhora de Atalaia.”

- 2. Na “Festa Grande”, quais os principais domínios de intervenção por parte da entidade que representa?**

Sra. Antónia: “Administrativo/monetário.”

- 3. Considera que a “Festa Grande” contribui para uma valorização do Concelho do Montijo e da Freguesia da Atalaia? De que modo?**

Sra. Antónia: “Tratando-se como o nome indica “Festa Grande” é uma mais valia cultural e económica para a Freguesia e para o Concelho.”

- 4. Quem são os detentores da “Festa Grande”?**

Sra. Antónia: “Não há detentores, a Festa pela sua singularidade e sendo organizada pela Associação em Honra de Nossa Senhora de Atalaia, depende também, da Paróquia de Nossa senhora de Atalaia e dos Círios que ainda visitam a Atalaia em agosto (Círio da Azóia, Círio da Quinta do Anjo, Círio da Carregueira, Círio dos Olhos de Água e Círio Novo).”

- 5. Como é que a freguesia está a posicionar a “Festa Grande” enquanto atrativo turístico? De que modo a divulgação e promoção é feita? E por quem?**

Sra. Antónia: “A divulgação é feita pela Câmara Municipal de Montijo, por nós Junta de Freguesia e pelos Círios. Este ano foi apresentada uma candidatura às 7 Maravilhas da Cultura Popular, estando neste momento entre as sete regionais, ainda decorrendo a votação.”

- 6. Estatísticas de pessoas e qual o público alvo se tem vindo a notar?**

Sra. Antónia: “São sempre esperados milhares de pessoas, no entanto não temos estatísticas do número, o público alvo neste momento é muito diversificado, estendendo-se do público mais velho por norma acompanhantes dos Círios e/ou dos bailaricos ao público bem jovem que aproveita a festa para conviver e divertir-se.”

7. Qual o apoio da freguesia para a sustentabilidade da Festa?

Sra. Antónia: “O apoio resulta sempre da apresentação do orçamento de cada ano e das dificuldades sentidas pela Associação em Honra de Nossa senhora de Atalaia.”

8. Em que pontos de vista uma candidatura da “Festa Grande”, a PCI da UNESCO, pode valorizar o evento?

Sra. Antónia: “A candidatura valoriza, dando a conhecer a Festa muito além da nossa região.”

9. Na sua ótica, identifique os aspetos a ter em conta numa candidatura?

Sra. Antónia: “Todo um conjunto de tradições que são únicas e quase exclusivas nas nossas festas, devido sobretudo às comunidades da península de Setúbal que aqui se deslocam (Círios) venerando Nossa Senhora de Atalaia.”

10. Esta possível candidatura proporciona um aumento de visibilidade à freguesia? Que benefícios poderá trazer?

Sra. Antónia: “Benefícios económicos resultantes do aumento do turismo, não só pela Festa, mas durante todo o ano nas visitas ao Santuário.”

Ao Presidente da Junta de Freguesia da Atalaia (Luís Morais)

1. Em que medida, a entidade que representa está envolvida na “Festa Grande”?

Presidente Luís Morais: “ A Junta de Freguesia, agora União de Freguesias, está bastante envolvida na Festa, não é diretamente a promotora da festa, porque tem a Associação de Festas em Honra de Nossa Senhora da Atalaia, o que a Junta de Freguesia faz é dar ali um grande apoio à Associação de Festas (...), além do apoio monetário, é quase impossível subsistir por si só, porque o aluguer dos terrados, os apoios são poucos e é claro que a freguesia depois acaba por ter que se chegar à frente e apoiar naquilo que é necessário, claro que há sempre um orçamento previamente definido, para que não hajam surpresas, (...). Todo o apoio logístico, com funcionários, com materiais, faz também a ponte entre a Câmara Municipal e a Associação de Festas, (...) num apoio muito direcionado.”

2. Considera que a “Festa Grande” contribui para uma valorização da do Concelho do Montijo e da Freguesia da Atalaia? De que modo?

Presidente Luís Morais: “ Acaba por valorizar sempre e contribuir para essa promoção aqui da nossa região por todo o historial da festa, com todas estas

caraterísticas únicas, e quando começamos a ler sobre isto, percebemos que é uma festa diferente, porque tem caraterísticas e raízes históricas profundas que se continuam a conseguir manter, e acaba por causa curiosidade em pessoas de outras zonas que acabam por vir cá, e promover também um bocadinho a Atalaia e o concelho do Montijo.”

3. Quem são os detentores da “Festa Grande”?

Presidente Luís Morais: “A Associação de Festas, os órgãos sociais passam por uma direção, tem um conselho fiscal, tem uma parte da assembleia também, muitas vezes acabam por estar lá algumas pessoas que vão colaborando da forma que lhes é possível, (...) embora o associativismo seja cada vez mais difícil (...). A estrutura, acaba por ter um presidente, tem uma pessoa que toma conta dos terrenos, depois tem todo o restante grupo que reúne de vez enquanto para falarem sobre esses assuntos, para contratar os artistas, para tratar da iluminação de ruas, som, um grupo que também trata do tema tauromático. (...)”

4. O padre está envolvido na Associação de Festas?

Presidente Luís Morais: “Não, não está nada envolvido na Associação. A ligação com a parte religiosa, é feita numa reunião em determinada altura antes da Festa, onde a ligação que há com a Igreja, nós enquanto Junta e Associação de Festas, acabamos sempre por dar algum apoio logístico também para o funcionamento da Festa também na igreja, e depois em relação à missa, que normalmente é uma missa campal, porque pela quantidade de pessoas que assistem é impossível fazer-se dentro da Igreja (...), realizada no Adro na Igreja ou no último patamar, o que depende dos anos e também do Senhor Padre, essa colaboração é perceber o que é preciso para a realização da missa (o som, casas de banho portáteis para colocar em alguns pontos) e na organização da Procissão, a Igreja organiza a Procissão, o que é que a Associação e Junta fazem é contratar a GNR, a Proteção Civil, damos esse apoio logístico, falamos com os feirantes para que não impeçam a zona onde passa a procissão, porque vem muita gente mesmo. A Igreja tem um programa próprio de celebração, não tem qualquer papel da feira franca, nem na festividade envolvida na Festa Grande. (...)”

5. Como é que a freguesia está a posicionar a “Festa Grande” enquanto atrativo turístico? De que modo a divulgação e promoção é feita? E por quem?

Presidente Luís Morais: “ A nível turístico, nós acabamos por não estar a promover e a trabalhar muito nessa promoção, enquanto freguesia, claro que o facto de realizarmos estas festas em conjunto com a Associação leva à promoção da freguesia

e da localidade, mas a Câmara Municipal sim, tem um eixo orientador que está a trabalhar, para incluir o local, a festa num roteiro turístico aqui da zona do Montijo.”

6. Estatísticas de pessoas e qual o público alvo se tem vindo a notar?

Presidente Luís Morais: “As Festas, principalmente a parte religiosa, não se vê muita gente nova, à volta do culto religioso (...), é um bocado pela evolução dos tempos, as pessoas que assistem a esta parte religiosa, são pessoas com uma determinada idade. Depois vê-se pessoal mais novo que vão ainda com os pais. Isto é mediante a faixa etária, algumas faixas etárias querem é as Festas para se divertir, ouvir um bocado de música e beber uns copos, não ligam muito a esta cultura religiosa que acaba por se ir perdendo, as pessoas vão morrendo, nós vemos isso pelos Círios, as direcções estão envelhecidas, não há sangue novo nas direcções (...) o que os vão substituindo são os que estão ali ao lado deles já com uma idade avançada. É difícil manter esta tradição (...). Dificuldade em manter todas estas tradições.”

7. Em que pontos de vista uma candidatura da “Festa Grande”, a PCI da UNESCO, pode valorizar o evento?

Presidente Luís Morais: “Essa candidatura era excelente, era uma forma também de termos uma visibilidade completamente diferente e repensar algumas questões relativamente à festa, dar aqui mais importância a algumas questões que neste momento se estão a realizar mas que deveriam ter mais importância e dessa forma essa candidatura levava o nome muito mais além, e levar a que haja um cuidado redobrado aqui da organização para que faça mais e melhor.”

Investigadora: (Em 2013 houve uma proposta para a candidatura, mas, entretanto, ficou em standby, passado estes anos todos porque só em 2019/2020)

Presidente Luís Morais: “Nessa altura foi quando houve a mudança da antiga presidente agora para o Nuno Canta, e estava lá até a trabalhar nessa altura, nessa proposta, o doutor Luís Marques, entretanto para renovar a continuidade dele lá houve algumas dificuldades a nível da oposição política da câmara municipal e ele acabou por não permanecer, entretanto aquilo ficou em standby e no esquecimento durante algum tempo.”

8. Na sua ótica, identifique os aspetos a ter em conta numa candidatura?

Presidente Luís Morais: “Há que valorizar em primeiro lugar o alto da Atalaia e aparição da Santa aqui, o que levou a que se formassem aquelas Associações, que tem o nome de Círios, eu acho que esse é o principal ponto de atração e que faz aqui a diferença.

**9. Esta possível candidatura proporciona um aumento de visibilidade à freguesia?
Que benefícios poderá trazer?**

Presidente Luís Morais: “(...) Se trazer para cá mais pessoas, acaba por desenvolver aqui mais a nível turístico, não diria que nós conseguíssemos fazer aqui um santuário de Fátima, mas provavelmente conseguiríamos fazer aqui algo parecido. A nível do comércio local, o facto de trazer para cá mais pessoas, acabaria por reforçar a nível de comércio local, restauração para dar apoio a todas essas pessoas que cá viessem e dessa forma isto iria crescer controladamente.”

Ao Posto de Turismo:

1. “Em que pontos de vista uma candidatura da “Festa Grande”, a Património Cultural Imaterial da UNESCO, pode valorizar o evento?”

Sr^a. Zélia Cristina Duarte: “Na medida em que dará a conhecer e divulgar quer a manifestação religiosa, quer o local onde ela ocorre e toda a região onde se insere e desenvolve. A candidatura valorizará todo este património religioso e profano que distingue este lugar identitário de elevada importância que faz parte do concelho de Montijo. A candidatura poderá igualmente a salvaguarda de todo esse património material e imaterial para gerações futuras.”

2. Qual a relação que se estabelece entre a “Festa Grande” e o número de visitantes? (Estatísticas e público-alvo)

Sr^a. Zélia Cristina Duarte: “Atualmente, não é contabilizado o número de visitantes, que ocorrem à Festa Grande. Desconhecemos se a Junta de Freguesia ou a Comissão de Festas possam eventualmente ter essa informação (...)”.

3. “Quem são os detentores da “Festa Grande”?”

Sr^a. Zélia Cristina Duarte: “A Comissão de Festas em Honra de N^a. Sr^a. Da Atalaia (...) não será constituída este ano, em virtude de não realização das festividades devido à atual pandemia.”

4. O que é que o visitante procura quando vem ao Montijo?

Sr^a. Zélia Cristina Duarte: “Essencialmente Património Cultural, Gastronomia e Alojamento”.

5. Qual a estratégia de comunicação da “Festa Grande”? Que temas utiliza e que meios?

Sr^a. Zélia Cristina Duarte: “A divulgação da Festa Grande é feita nos meios habituais de divulgação da autarquia (site, redes sociais) e também através da imprensa local e regional”.

6. Como é que o Município do Montijo está a posicionar a “Festa Grande” enquanto atrativo turístico?

Sr^a. Zélia Cristina Duarte: “Neste momento, em termos de divulgação do evento tem sido através dos canais habituais, como sejam a imprensa escrita local e regional e as redes sociais, embora com um alcance ainda muito diminuto se pensarmos numa perspetiva nacional. A Festa Grande não é infelizmente, muito conhecida fora desta região, até porque os romeiros que aqui acolhiam, e ainda acolhem durante os festejos, são na sua maioria, e por tradição, do concelho de Montijo e Sesimbra.

A Festa Grande faz parte dos eventos principais do concelho pela antiguidade, tradição e importância que tem como evento histórico, cultural e religioso. Existem um folheto, editado, pela autarquia, com informações sobre a localidade da Atalaia e que obviamente faz referência à Festa Grande (...).

A candidatura do evento ao Concurso Nacional 7 Maravilhas da Cultura Popular revela o interesse da autarquia em divulgá-lo e promovê-lo como uma atração turística do concelho apostando numa oferta turística diferenciadora na diversidade existente da Área Metropolitana de Lisboa.

A Câmara Municipal do Montijo, está ciente que a Festa Grande da Atalaia, independentemente de ser distinguida no referido concurso, reúne todas as condições para voltar a ser um evento de forte atratividade da região, num momento em que se apela à salvaguarda das memórias e tradições, procurando enquadrar a oferta em experiências enriquecedoras, ao atual turista que procura o verdadeiro, o genuíno e o único.”

ANEXO II

Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial

Ficha de Inventário (Anexo I)

I. IDENTIFICAÇÃO

1. Domínio:

2. Categoria:

3. Denominação:

4. Outras denominações:

5. Contexto tipológico:

6. Contexto de produção:

6.1. Contexto social:

6.1.1. Comunidade(s):

6.1.2. Grupo(s):

6.1.3. Indivíduo(s):

6.2. Contexto territorial:

6.2.1. Local:

6.2.2. Freguesia:

6.2.3. Município:

6.2.4. Distrito:

6.2.5. País:

6.3. Contexto temporal:

6.3.1. Periodicidade:

6.3.2. Data(s):

7. Caracterização:

7.1. Caracterização síntese:

7.2. Caracterização desenvolvida:

7.3. Manifestações associadas:

8. Contexto de transmissão:

8.1. Estado:

8.2. Descrição:

8.3. Modo(s):

8.4. Agente(s):

8.5: Idioma:

9. Origem/historial:

II. DOCUMENTAÇÃO:

10. Bibliografia:

11. Fontes escritas:

12. Fontes orais:

13. Fotografia:

14. Filme:

15. Som:

16. Outra documentação:

III. DIREITOS ASSOCIADOS

17. Tipo:

18. Detentor:

IV. Património Associado

19. Património Cultural:

19.1. Móvel:

19.2. Imóvel:

19.3. Imaterial:

20. Património Natural:

ANEXO III - Programa das Festas de 2019 e 2020

PROGRAMA DA FESTA GRANDE ATALAIA/2019

SEXTA-FEIRA, 23 DE AGOSTO

18.30 horas	Entrada do Círio da Quinta do Anjo (Cruzeiro Mor).
19.00 horas	Abertura da FESTA GRANDE com uma salva de 21 morteiros, na presença das entidades oficiais convidadas, com a colaboração da Fanfara dos Bombeiros Voluntários de Montijo. Desfile do grupo de percussão "BATUCANDO".
19.30 horas	No Santuário – Oração do Angelus.
20.00 horas	Chegada do Círio da Quinta do Anjo em Procissão e acompanhado de charanga.
21.00 horas	No Santuário: Recitação do Terço. Na Sociedade Recreativa Atalaiense – exibição de marchas populares: - Marcha Popular dos Reformados do Montijo; - Marcha Popular da Atalaia e Alto Estanqueiro – Jardã.
21.30 horas	No Palco principal das Festas: atuação do grupo ZUMBA AREIAS . Baile na sede do Rancho Folclórico Juventude Atalaiense com "CARLA SOFIA".
22.00 horas	No Palco principal das Festas: atuação do grupo de SEVILHANAS do Aposento do Barrete Verde de Alcochete.
22.30 horas	Na Sociedade Recreativa Atalaiense - Disk Jôquei com Pass Music – Caló Júnior .
23.00 horas	No Palco principal das Festas: espetáculo musical com "GANDA MALUCOS"
23.30 horas	No Palco pequeno: atuação do grupo de SEVILHANAS do Aposento do Barrete Verde de Alcochete.
24.00 Horas	Encerramento do Santuário. No Palco pequeno: atuação de PAULO GAMITO .

1

PROGRAMA DA FESTA GRANDE ATALAIA/2019

SÁBADO, 24 DE AGOSTO

08.00 horas	Abertura do Santuário.
09.00 horas	Celebração da Santa Missa no Santuário.
10.00 horas	Partida do Largo da Feira no Montijo, da imagem de Nª Sª da Atalaia, acompanhada pelo grupo "Amigos no Estribo".
12.00 horas	No Santuário – Oração do Angelus.
12.30 horas	Entrada do Círio da Azoia, em procissão acompanhada pelo Grupo Amigos da Música de Azeitão.
13.30 horas	Entrada dos "Amigos no Estribo" – (Cruzeiro Mor).
14.00 horas	No Parque de Merendas - Almoço convívio dos Amigos do Estribo.
16.00 horas	No Santuário: Recitação do Terço. Baile até de madrugada no Círio da Azoia, com o conjunto "JACINTO ART SHOW MUSIQUE". Abertura da Festa no Círio da Carregueira com um Baile abrilhantado pelo conjunto "NOVA ERA". Prova de atrelagem e Cavalhadas no recinto das largadas.
19.30 horas	No Santuário – Oração do Angelus.
20.30 horas	Desfile dos Ranchos participantes no Festival de Folclore. No Santuário: Recitação do Terço. Baile no Círio Novo abrilhantado pelo conjunto musical "TRIO ARTE NOVA". Baile no Círio da Quinta do Anjo com "STAR BOND".
21.00 horas	No Palco principal das Festas: atuação das Marchas de Montijo . Baile no Círio dos Olhos de Água com "ANA e LUÍS VICENTE". Na Sociedade Recreativa Atalaiense – Exibição do Grupo de Sevilhanas "Rocieras" de Alcochete.

1

21.30 horas	no Palco principal das Festas FESTIVAL DE FOLCLORE : Rancho Folclórico Juventude Atalaiense – Atalaia; Rancho Folclórico Flores da Aldeia de Mosteiro – Castro Daire Rancho Folclórico Fonte de Anjo – Aveiro Rancho Folclórico de Elvas - Elvas Rancho Folclórico e Etnográfico "O Clibotas" – Lourinhã
22.00 horas	No Palco pequeno: atuação de MISTER GAY - ALEX .
22.30 horas	Na Sociedade Recreativa Atalaiense - Disk Jôquei com Pass Music – Caló Júnior .
23.00 horas	No Palco pequeno: atuação de PAULO GAMITO .
24.00 horas	Baile na sede do Rancho Folclórico Juventude Atalaiense com CARLA SOFIA . Charanga pelas Ruas da Freguesia, da Tértúlia "Mansos e Vadios". Encerramento do Santuário.
00.30 horas	No Palco principal – atuação de MISTER GAY – ALEX .

2

**PROGRAMA DA FESTA GRANDE
ATALAIA/2019**

DOMINGO, 25 DE AGOSTO

08.00 horas	Lavagem da cara na Fonte da Senhora, pelo Círio da Azoia, seguindo-se a visita aos outros Círios.
09.00 horas	Abertura do Santuário.
10.00 horas	Saída do Círio da Azoia com estandarte para a Missa Solene na Igreja Matriz.
11.00 horas	Celebração da Santa Missa no adro do Santuário.
12.00 horas	Entrada do Círio Novo em Procissão, acompanhado pela Banda do Rosário.
13.00 horas	Entrada dos Círios dos Olhos de Água, da Moita e de Chelas - (Cruzeiro-Mor). Chegada do Círio dos Olhos de Água, com cortejo a cavalo. Almoço no Círio da Carregueira para os Arrematantes das Bandeiras, Direção e Gaiteiros.
13.30 horas	Almoço no Círio Novo para os arrematantes das bandeiras.
14.30 horas	Baile no Círio da Carregueira abrilhantado pelo acordeonista e vocalista " MÁRIO NEVES ".
15.00 horas	Baile no Círio dos Olhos de Água com " ANA E LUIS VICENTE ". Baile no Círio da Quinta do Anjo com " STAR BOND ".
16.00 horas	Matiné Dançante no Círio Novo abrilhantado pelo conjunto musical " TRIO ARTE NOVA ". Baile no Círio da Azoia com " TRIO MUSICAL NOVA ERA ". No Santuário: Recitação do Terço.
17.30 horas	Entrada do Círio da Carregueira acompanhado pela mini banda do Pinhal Novo - (Cruzeiro Mor) Formação da Procissão no Círio dos Olhos de Água.

1

23.00 horas	No palco principal das Festas: espetáculo musical com " TRIBUTOS AOS ABBA ". Na Sociedade Recreativa Atalaiense - Disk Jôquei com Pass Music - Caló Júnior .
24.00 horas	Encerramento do Santuário.

3

**PROGRAMA DA FESTA GRANDE
ATALAIA/2019**

SEGUNDA-FEIRA, 26 DE AGOSTO

08.00 horas	Tradicional Lavagem da Cara, na Fonte da Senhora, do Círio Novo, acompanhado pela Banda do Rosário.
09.00 horas	Abertura do Santuário. Lavagem da cara, na Fonte da Senhora, do Círio da Carregueira, seguindo-se a visita aos outros Círios. Lavagem da Cara, na Fonte da Senhora pelo Círio da Quinta do Anjo, acompanhado pela Charanga. Visita do Círio Novo aos outros Círios.
09.30 horas	Lavagem da cara, na Fonte da Senhora pelo Círio dos Olhos de Água.
10.00 horas	No Santuário: Recitação do Terço. Visita do Círio dos Olhos de Água, aos outros Círios. Visita do Círio da Quinta do Anjo, aos outros Círios.
11.00 horas	Celebração da Santa Missa no Santuário, em intenção do Círio Novo e do Círio da Carregueira.
12.00 horas	Almoço convívio no Círio dos Olhos de Água.
13.00 horas	Tradicional almoço da Direção e Gaiteiros no Círio da Carregueira. Tradicional almoço da organização no Círio Novo.
15.00 horas	Baile no Círio da Carregueira com " MÁRIO NEVES " até à saída do Círio. Baile no Círio dos Olhos de Água com " ANA E LUIS VICENTE ". Baile no Círio da Quinta do Anjo com " STAR BOND ".
16.00 horas	No Santuário - Recitação do Terço. Matinée dançante no Círio Novo. Partida do Círio da Azoia;
17.00 horas	Saída do Círio da Quinta do Anjo.
17.30 horas	Saída do Círio da Carregueira com a habitual procissão para entrega da bandeira principal na casa do seu arrematante.

1

19.00 horas	Saída do Círio Novo para entrega da primeira bandeira arrematada. Saída do Círio dos Olhos de Água para a tradicional procissão de regresso.
19.30 horas	No Santuário - Oração do Angelus.
21.00 horas	No Santuário: Recitação do Terço.
22.00 horas	No Santuário - Saudação à Senhora pela Comunidade do Alto Estanqueiro-Jardia. No Palco principal das Festas: atuação do grupo de SEVILHANAS do Aposento do Barrete Verde - Alcochete. No Palco pequeno: atuação de PAULO GAMITO .
22.30 horas	No palco principal das Festas grandioso espetáculo musical com " RUTH MARLENE ". Baile na sede do Rancho Folclórico Juventude Atalaiense com " CARLA SOFIA ".
24.00 horas	Encerramento do Santuário. Sessão de FOGO DE ARTIFÍCIO oferecida pela Comissão de Festas seguindo-se o encerramento dos Festejos.

2

